

ÂÇÃO COORDENADA
DE GOVERNO

(1975-1979)

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL
INSTITUTO DE PLANEJAMENTO

ÂÇÃ O C O O R D E N A D A D E G O V E R N O

(1975-1979)

5

AÇÃO SETORIAL EM OUTRAS ÁREAS

11

Trabalho

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A política do Governo na área do Trabalho visa a garantir, de um lado, a incorporação efetiva da força de trabalho ao processo de desenvolvimento e, de outro, a assegurar a elevação do padrão de vida e bem-estar da população brasileira.

O acelerado crescimento da economia nacional, nos últimos anos, provocou profundas transformações na estrutura ocupacional, particularmente no tocante à exigência de padrões de qualificação da mão-de-obra cada vez mais complexos. Emerge daí a necessidade de ajustar oferta e demanda de mão-de-obra, incorporando, ao fator trabalho, conhecimento especializado e qualificação profissional.

Não basta apenas criar oportunidades de emprego, treinamento, e de mobilidade ocupacional ao trabalhador. Faz-se necessário ampliar, concomitantemente, seus horizontes sociais, como também propiciar-lhe crescente segurança, através de medidas mais eficazes de prevenção de acidentes e do efetivo cumprimento das normas de proteção ao trabalho.

Dentro desta estratégia setorial, o Ministério do Trabalho conduzirá suas atividades visando aos seguintes objetivos:

⊕ No que se refere à Política Salarial, prosseguirá o Conselho Nacional de Política Salarial adotando o mecanismo utilizado nos reajustes salariais, com as modificações e aperfeiçoamentos introduzidos em 1974, baseado na manutenção do poder da compra pela correção do resíduo inflacionário e incorporação dos acréscimos de produtividade às negociações coletivas; além disso, serão realizados, estudos sobre custo de vida, orçamentos familiares e efeitos do treinamento profissional, a fim de subsidiar a condução da política salarial, apontando eventuais distorções.

⊕ No que se refere ao Treinamento, serão intensificados os programas de preparação da mão-de-obra carente de qualificação profissional e aqueles voltados ao aperfeiçoamento contínuo da já qualificada; serão ainda desenvolvidos programas especiais de treinamento para desempregados, reciclagem profissional da mão-de-obra cuja qualificação não se adapte às exigências do mercado, especialmente aquela situada em faixa etária mais elevada.

⊕ No que diz respeito à Colocação de Mão-de-Obra, será implementado o Sistema Nacional de Emprego, cujas funções compreenderão, além daquelas relacionadas diretamente com colocação e orientação, estudos e pesquisas destinados a aprofundar o conhecimento das particularidades do funcionamento do mercado de trabalho; para isto, serão concluídos os trabalhos da classificação brasileira de ocupações, já em andamento, e reestruturada a atual rede de agências de colocação, de forma a permitir o desempenho das funções previstas, bem mais amplas e complexas do que as atuais.

⊕ No campo da Segurança, Higiene e Medicina do Trabalho, intensificar-se-á a preparação de profissionais especializados para a inspeção e orientação do cumprimento das normas de segurança, higiene e medicina do trabalho, promovendo-se a divulgação de ensinamentos práticos de prevenção, a fim de reduzir os índices de acidentes.

⊕ No que se refere à Inspeção do Trabalho, o objetivo é a ampliação da atuação do Ministério do Trabalho, através da criação de novos postos de fiscalização e identificação profissional e da renovação e expansão do quadro de inspetores do trabalho.

⊕ No campo da Estatística do Trabalho, visar-se-á ao aperfeiçoamento da metodologia de obtenção de informações, para que seja possível atender, em quantidade e qualidade, às necessidades de dados sobre emprego e permitir seu processamento em tempo útil.

⊙ No que diz respeito à valorização da Ação Sindical, o objetivo é o de fortalecer as entidades sindicais, dotando-as de condições para o exercício de suas altas funções sociais, através da participação efetiva no esforço de formação sindical, seja por meio de cursos de aperfeiçoamento dos que exercem cargos de direção (diretores e administradores sindicais), seja através de cursos de preparação de vocalato junto à Justiça do Trabalho, da promoção de Campanhas de Alfabetização de Adultos, em colaboração com o MOBREAL, e da expansão do Programa Especial de Bolsas de Estudo - PEBE.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

Baseado nessas premissas o Ministério do Trabalho buscará alcançar as seguintes metas principais no período 1975-1979:

⊙ Treinamento Profissional de Cerca de 2 Milhões de Pessoas em ocupações dos setores primário, secundário e terciário.

⊙ Treinamento Especializado de 5 500 Pessoas, em diversos níveis educacionais, especificamente no campo da higiene, segurança e medicina do trabalho e promoção de campanhas nacionais de prevenção de acidentes.

⊙ Programas de Valorização Sindical visando a alfabetização de 156 mil trabalhadores e dependentes, formação de 11 mil administradores sindicais e vogais, doação de bens e equipamentos aos sindicatos no valor de Cr\$ 41,8 milhões, e concessão de Cr\$ 19,9 milhões em empréstimos a essas entidades.

⊙ Implantação de 12 Novas Agências de Colocação nos dois primeiros anos do período, sendo que a expansão nos três anos restantes obedecerá à evolução do Sistema Nacional de Emprego.

⊙ Expansão do Programa Especial de Bolsas de Estudos, que de verá conceder, no período, 1,4 milhões de bolsas para trabalhadores e seus dependentes.

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1979.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

O Ministério do Trabalho despenderá, o montante de Cr\$ 356,1 milhões, nos seguintes projetos prioritários:

① Expansão dos Serviços de Inspeção do Trabalho. O projeto visa à melhoria do atendimento no campo de inspeção do trabalho e identificação profissional e da renovação e expansão do quadro de inspetores do trabalho. Sua execução estará a cargo da Secretaria de Relações de Trabalho, com a colaboração das Delegacias Regionais do Trabalho, Governos Estaduais e Municipais. As metas consistem na instalação de 1.000 novos postos de fiscalização e identificação profissional e o recrutamento e admissão de 3 mil novos inspetores do trabalho (Cr\$ 204,0 milhões).

② Treinamento e Aperfeiçoamento de Mão-de-Obra. Este projeto prevê a continuidade do esforço de treinamento profissional em ocupações nos diferentes setores da economia, em todo o território nacional. Será desenvolvido nas seguintes áreas:

- treinamento de trabalhadores e conscritos carentes de qualificação profissional;
- aperfeiçoamento da mão-de-obra qualificada;
- reciclagem do trabalhador para novas ocupações, sobretudo dos que se situam em faixas etárias de difícil absorção pelo mercado de trabalho;
- reabilitação e adaptação para o trabalho de pessoas acidentadas ou deficientes;
- qualificação profissional para o trabalho doméstico; e
- treinamento para o trabalho artesanal.

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

Sob coordenação da Secretaria de Mão-de-Obra e participação das Delegacias Regionais de Trabalho, o projeto será desenvolvido através de convênios com diversas entidades tais como: SENAI, SENAC, PIPMO, EMBRATUR, INCRA, SUDEPE, BNH, SUDENE, SUDAM, unidades militares, CIAGA, órgãos sindicais, LBA, FAC, organizações estaduais e municipais, e entidades que, em muitos casos, participam com recursos financeiros. São as seguintes as metas para o período: treinamento intensivo de 363 mil trabalhadores na Construção Civil e Obras Públicas; treinamento e aperfeiçoamento de 263 mil trabalhadores e conscritos para ocupações do setor primário; treinamento de 3 150 trabalhadores para as atividades da pesca; treinamento e aperfeiçoamento de 750 mil trabalhadores e conscritos para a indústria, o comércio e os serviços; treinamento e aperfeiçoamento de 168 mil pessoas para a área do turismo; treinamento de 40 mil adultos para o trabalho doméstico; treinamento de 90 mil artesões para a produção utilitária de arte popular e da pequena indústria; adaptação para o trabalho de 17,5 mil acidentados ou deficientes; e treinamento acelerado para 16 mil estudantes evadidos dos cursos superiores ou técnicos (Cr\$ 149,8 milhões).

⊗ Prevenção de Acidentes de Trabalho. O projeto visa a ampliar consideravelmente o treinamento de especialistas em higiene e segurança e promover campanhas capazes de educar o trabalhador e motivar o empresariado. Os objetivos relacionam-se basicamente com a necessidade de redução dos agentes causadores dos acidentes de trabalho, em primeiro lugar, pelo cumprimento das normas estabelecidas de segurança e higiene do trabalho por parte das empresas e dos trabalhadores, e, em segundo, pela implementação de medidas que sirvam para a orientação e controle das normas de prevenção de acidentes, através da preparação de profissionais de níveis médio e superior para atuar junto às empresas. As principais metas para o período são: treinar, em 1975-1976, 600 médicos do trabalho; treinar, em 1975-1976, 600 engenheiros de segurança do trabalho; treinar, em 1975-1976, 1,6 mil inspetores de segurança do trabalho; treinar, em 1975-1976, 1,2 mil auxiliares de enfermagem do trabalho; treinar, no período 1975-1979, 1,5 mil assistentes sociais especializados no campo do serviço Social do Trabalho; e realizar anualmente, no período 1975-1979, a Semana de Prevenção de Acidentes e o Congresso Nacional de Prevenção de Acidentes do Trabalho (Cr\$ 32,8 milhões).

⊗ Valorização da Ação Sindical. O projeto visa a oferecer condições para o fortalecimento das entidades sindicais no sentido de atender aos interesses dos trabalhadores e seus dependentes e incentivar o associativismo sindical. Sob a coordenação da Secretaria de Relações do Trabalho, será

executado pelas DRT's, com a participação de diversos órgãos tais como: entidades sindicais, SESI, SESC, LBA, INC, MEC, FUNRURAL, MOBRAL, entidades estaduais e municipais e Forças Armadas. As principais metas para o período 1975-1979 são: alfabetização de 155,1 mil trabalhadores e dependentes; preparação prática de 27,2 mil pessoas em cursos de economia doméstica; formação de 8 mil administradores sindicais; formação de 17,6 mil dirigentes sindicais; formação de 3 mil vogais junto à Justiça do Trabalho; doação de bens e equipamentos a entidades sindicais no valor de Cr\$ 41,8 mil; concessão de empréstimos no valor de Cr\$ 19,9 mil a entidades sindicais; doação de 250 equipamentos cinematográficos de 16 mm a sindicatos; promoção de 18 mil sessões cinematográficas de caráter educativo-culturais; realização da Olimpíada Sindical; e edição e distribuição de 90 mil volumes de material de interesse do trabalhador (Cr\$ 58,5 milhões).

● Melhoria do Sistema Estatístico do Trabalho. O projeto objetiva o aperfeiçoamento de métodos de trabalho do Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho, com o propósito de atender às necessidades de informações estatísticas sobre mão-de-obra, emprego e mercado de trabalho, bem como a outras tarefas de âmbito interno. Para isto, será necessária a implantação de modificação metodológica na coleta e tratamento das informações e a destinação ao CDI de recursos para aquisição de equipamentos para processamento dos dados coletados. A execução será de responsabilidade do Centro de Documentação e Informática, com a colaboração das Delegacias Regionais de Trabalho, a cooperação Técnica do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento-PNUD, o IEGE e outros órgãos (Cr\$ 12,1 milhões).

● Sistema Nacional de Emprego. Este projeto visa à implantação, manutenção e coordenação, em todo o território nacional, de um sistema de agências de emprego, abrangendo também a informação e orientação profissional e os estudos do mercado de trabalho. Compõe-se de uma série de atividades interdependentes, que são: conclusão da Classificação Brasileira de Ocupações; implantação da Metodologia de análise do mercado de trabalho; integração do Sistema de Agências de Colocação; reformulação das funções das atuais agências de colocação e conseqüente reaparelhamento material; treinamento de pessoal especializado para operar no Sistema Nacional de Emprego; criação de novas agências públicas; assistência técnica às agências particulares; e criação de um subsistema de informações técnicas e permanentemente atualizadas sobre emprego, salário e oportunidades de treinamento e colocação de trabalhadores, bem como de sua conveniente divulgação. A montagem e o desenvolvimento do projeto estão a cargo da Secretaria de Emprego e Salário, que conta com assistência técnica de entidades internacionais (PNUD, OIT) e a participação

das Delegacias Regionais do Trabalho, SENAI, SENAC, governos estaduais e municipais, entidades sindicais, MOBIL, CDI, além de operar em convênio com entidades de pesquisa e universidades. No período 1975-1976, serão instalados doze novas agências públicas e recrutados e treinados 334 especialistas para comporem os seus quadros. As metas para o período subsequente deverão ser precisadas a partir da avaliação do desempenho dessas novas agências (Cr\$ 57,2 milhões).

① Bolsas de Estudo para Trabalhadores Sindicalizados e seus Dependentes. Danto prosseguimento ao Programa Especial de Bolsas de Estudo, que visa a oferecer oportunidades educacionais aos trabalhadores sindicalizados e dependentes, dever-se-á, no período 1975-1979;

② assegurar aos trabalhadores sindicalizados e dependentes ensino fundamental e médio, suprimindo o custeio das despesas essenciais à educação, abrangendo os cursos do primeiro e do segundo grau, bem como possibilitar o preparo de candidatos para ingresso em cursos técnicos prioritários do segundo grau (bolsas de reforço);

③ ampliar oportunidades aos trabalhadores sindicalizados, visando à melhoria dos padrões técnico-profissionais, através de sua participação em cursos preparatórios para exames supletivos de primeiro e segundo graus e de seleção para as Escolas Técnicas;

④ implantar o sistema de participação direta dos beneficiários nos custos de sua formação técnico-profissional de segundo grau, bem como proporcionar aos trabalhadores sindicalizados oportunidades de especialização, através de bolsas reembolsáveis.

A execução do projeto caberá ao Programa Especial de Bolsas de Estudo -PEBE, com as seguintes metas a atingir: distribuição, de 1 380 mil bolsas não reembolsáveis, através dos sindicatos; distribuição de 11,6 mil bolsas não reembolsáveis, através de convênios com Escolas Técnicas; e concessão de 21,9 mil bolsas reembolsáveis, no período 1975-1979 (Cr\$ 309,3 milhões).

⑤ Pesquisas Básicas sobre Emprego e Salário. O projeto tem por objetivo a implantação de atividades sistemáticas de pesquisa sobre problemas relacionados com emprego, salários, padrões de vida e análise ocupacional e profissiográfica. Sob a coordenação da Secretaria de Emprego e Salário e com a participação de diversas instituições, estas pesquisas deverão concentrar-se em problemas relacionados ao fator trabalho, principalmente quanto ao comportamento do emprego e dos salários na economia, oferecendo subsídios ao planejamento a nível do setor público e das empresas privadas (Cr\$ 32,4 milhões).

12

Previdência Social

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A recente criação do Ministério da Previdência e Assistência Social expressa o elevado grau de prioridade que o Governo atribui à dimensão social do desenvolvimento do País. Alçando as atividades previdenciárias a nível ministerial específico, e assumindo a coordenação nacional das ações de assistência social, anteriormente dispersas, quis o Governo demonstrar cabal consciência da responsabilidade do Estado no tocante à proteção social da comunidade, ampliando-se o conceito de previdência para, obedecidos os critérios atuariais e financeiros, abranger progressivamente novas categorias da população, especialmente aquelas situadas nas faixas de maior pobreza.

Com esse objetivo principal, o programa de ação no campo da Previdência e Assistência Social fundar-se-á em um esforço paralelo de modernização da máquina previdenciária, mediante gradual integração de entidades ainda desentrosadas, que contribuem para exaurir recursos humanos e financeiros, numa inaceitável superposição de atribuições e com inequívoco desperdício de meios. A racionalidade gerencial decorrente proporcionará uma elevação geral de eficiência e rendimento, com economia de recursos que poderá viabilizar projetos inovadores e pioneiros, no campo da assistência às classes atualmente mais desprotegidas e desassistidas.

A estratégia proposta para efetivação dessas diretrizes levará também em conta, as notáveis mudanças das condições sócio-econômicas que vêm ocorrendo com extrema rapidez no Brasil, notadamente o processo de urbanização, de marcante repercussão no âmbito providenciário. A unificação do sistema federal de aposentadorias e pensões, mediante criação do INPS, encontrou, em 1968, uma massa segurada de 7 milhões de trabalhadores urbanos, ao passo que o FUNRURAL, em 1972, passou a atender cerca de 13 milhões de trabalhadores rurais. As projeções para 1979 indicam, como decorrência das migrações rural-urbanas, que o setor urbano passará naquela época à cifra de 24 milhões de trabalhadores, enquanto o setor rural permanecerá estacionariamente nos 13 milhões.

Serão adotadas medidas legislativas e institucionais que atualizem a previdência social, ajustando-a à nova realidade, de forma dinâmica e flexível, conforme toda uma linha programática a que se dedicará o novo Ministério, no campo da previdência. Concomitantemente, as ações de assistência médica, que também lhe competem, deverão adequar-se a essas transformações com igual celeridade e eficácia, para que, paulatinamente, seja alcançado um estágio de proteção social de maior abrangência quantitativa e qualitativa.

A concretização dessa política requer, da nova agência ministerial, uma estrutura central solidamente identificada com os seus grandes objetivos, embora reduzida e flexível. Tornar-se-á possível, então, pôr em prática, validamente, o sistema de administração por objetivos, no que utilizará de preferência o regime de grupos de trabalho e entidades análogas, capazes de mobilizar a parcela de capacidade ociosa existente nos órgãos executivos vinculados, notadamente o INPS.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

● UNIVERSALIZAÇÃO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

A previdência social urbana, a cargo do INPS, conta hoje com mais de 14 milhões de segurados ativos e um milhão de aposentados, os quais,

(*) As realizações do MPAS, no pertinente à assistência médica, estão devidamente incorporados à programação de Saúde.

juntamente com seus dependentes, constituem um contingente populacional superior a 45 milhões de pessoas assistidas. Acrescentando-se os trabalhadores rurais - cerca de 13 milhões de ativos a 900 mil aposentados - e respectivos dependentes, assim como as pessoas sujeitas a regime próprio de previdência, como os militares, e os servidores civis da União e dos Estados, vê-se que elevada percentagem da população brasileira conta com alguma forma de proteção previdenciária.

Resta, porém, em números absolutos, grande massa desassistida pela previdência social, em razão de ter perdido ou de nunca haver estabelecido vínculo com ela. Isto ocorre, muitas vezes, como é o caso dos autônomos, das empregadas domésticas e dos servidores municipais, com pessoas legalmente incluídas no sistema, mas que, por uma ou outra razão, não puderam ou não quiseram nele inscrever-se.

Quanto aos autônomos, modificações recentes da legislação, tornando-se mais consentânea com a realidade e ampliando a faixa de abrangência desses profissionais, vieram facilitar grandemente sua inscrição, o que, aliado a medidas administrativas já postas em prática, deverá resultar na absorção quase total dessa faixa. A par disso, providências de ordem legislativa que possam tornar efetiva a obrigação legal de recolher a contribuição previdenciária tenderão a reduzir à expressão mais simples o número daquelas pessoas que, legalmente abrangidas pela previdência social, dela se encontram, de fato, alijadas.

Por outro lado, através de medida legislativa adequada, a previdência social urbana será gradativamente estendida ao empregador rural.

Definidos esses aspectos, a meta seguinte é a universalização da previdência social, isto é, sua extensão ao restante da população ainda carente de amparo, através de um plano básico que atenda a qualquer pessoa, em função exclusiva de suas necessidades fundamentais, nos casos de incapacidade física ou mental de angariar meios para seu sustento.

O desejável e socialmente justo, é que esse atendimento se faça independentemente de qualquer correlação com vínculos profissionais ou contribuições pagas, o que, entretanto, deverá ser encarado como meta a atingir a longo prazo, de forma gradual, estendendo-se a proteção por faixas ou grupos mensuráveis, de forma compatível, com o equilíbrio financeiro do sistema, até que, ao final, estejam todos atendidos.

O plano de custeio da previdência social permite, sem a criação de novas fontes, que possa ser iniciado, brevemente, o programa de universalização, tendo como ponto de partida a instituição de plano básico, que contemplaria, com aposentadoria no valor da metade do maior salário-mínimo vigente no País, as pessoas, maiores de 70 anos de idade ou inválidas, que se encontrarem em uma das três seguintes situações:

⊗ Pessoas que, em qualquer época, estiveram vinculadas à previdência social, nela cumprindo a carência mínima de doze meses, e que vieram a perder a qualidade de segurado;

⊗ Pessoas que embora jamais tenham tido qualquer vinculação à previdência social, comprovarem haver exercido, no mínimo durante cinco anos, consecutivos ou não, qualquer tipo de atividade remunerada, seja no campo ou nas cidades.

⊗ Pessoas que, embora mantenham atualmente a condição de segurado, mas que, por haverem ingressado no sistema após os 60 anos de idade, estão beneficiadas apenas com um pecúlio, não tendo direito às prestações da Previdência Social.

Estima-se preliminarmente que cerca de 200 mil pessoas seriam beneficiadas pelo programa, cujo custeio anual, nesta primeira fase, importaria aproximadamente em Cr\$ 450 milhões, em termos do salário-mínimo vigente.

Após a implantação e verificação do comportamento do programa inicial, novos estudos de viabilidade indicarão as próximas faixas a serem atendidas, até que, pouco a pouco, se atinga a meta desejada, quando então o Brasil será um dos raros países do mundo a contar com um programa global de previdência social.

⊗ INTEGRAÇÃO DOS REGIMES PREVIDENCIÁRIOS

Dentre as providências tendentes ao aperfeiçoamento da proteção social no Brasil, avultam as que possam conduzir a uma integração entre os vários regimes previdenciários existentes e o geral, a cargo do INPS.

Com essa finalidade, alguns estudos já concluídos encontram-se em fase final de elaboração dos respectivos instrumentos legais, com o que algumas situações prementes, que há longo tempo vêm preocupando os responsáveis pelos assuntos previdenciários, poderão ser solucionadas a curto prazo. Nesta ordem de idéias, serão propostos:

⊙ Contagem recíproca de tempo de serviço estatutário e trabalhista, através de uma distribuição proporcional dos encargos entre a União e o INPS, para fins de aposentadoria pelo regime onde a pessoa estiver vinculada ao requerê-la.

⊙ Extensão do regime da legislação trabalhista à maior parte dos servidores da União, o que os integrará automaticamente ao regime geral; aliás, visando a essa integração, foi providenciada a revogação da Lei nº 5 927/73, tornando vinculados ao IPASE os servidores sob regime trabalhista da Administração Federal direta e indireta.

⊙ Criação de condições para que o trabalhador rural passe a integrar o regime geral, à medida em que a atividade rural se for organizando em moldes empresariais.

⊙ DISTRIBUIÇÃO MAIS EQUITATIVA DE ENCARGOS SOCIAIS

O custeio de previdência social, através de percentuais fixos incidentes sobre as folhas de salário, gera ônus que gravam de maneira desigual as empresas, segundo o maior ou menor volume de mão-de-obra empregado.

Algumas fórmulas para minorar essa situação, propiciando uma distribuição mais equitativa desses encargos, estão sendo estudadas, algumas das quais, já equacionadas, dependem apenas da competente autorização legal para serem postas em prática.

⊙ Salário-Maternidade. A legislação do trabalho dispõe sobre o afastamento da gestante quatro semanas antes e oito após o parto, e atribui ao empregador o encargo do pagamento de seu salário integral durante o período. Tal fato tem provocado discriminação contra a mulher, quanto a seu ingresso ou permanência na força de trabalho. Cumpre pois, para evitar essa discriminação, incluir o salário-maternidade no conjunto das prestações previdenciárias, objetivo para cuja concretização já se conta com estudos de viabilidade concluídos.

Os cálculos técnico-atuariais indicam que o custo da medida pode ser quantificado em 0,3% da folha de salário-de-contribuições, dependendo sua implantação imediata, da decisão entre algumas alternativas para definição da fonte de custeio.

A transferência da prestação do salário-maternidade para a previdência social, além de proteger a mulher que trabalha, proporcionará uma distribuição mais equitativa de encargos, que passarão a onerar de modo igualitário as empresas, independentemente do maior ou menor emprego de mão-de-obra feminina.

⊕ Alteração de incidência da taxaço. Outra medida - esta em fase inicial de estudos - tendente ao aperfeiçoamento da distribuição dos encargos sociais entre as empresas, consiste no estabelecimento de uma fórmula que possa, sem reduzir a receita do INPS, nem desestimular o desenvolvimento tecnológico, tornar menor a desigualdade relativa entre os encargos que recaem sobre a empresa tradicional, de funcionamento dependente do largo emprego de mão-de-obra, e a empresa moderna, que dispensa grandes parcelas de recursos humanos. Tal fórmula consistiria na instituição de um sistema de contribuições, condicionado a parâmetros fixados em função do valor da produção, de tal forma que, a partir de determinada proporção entre o valor do produto e a mão-de-obra nele empregada, a contribuição para a previdência social passaria a ser cobrada sobre o valor do faturamento, em substituição à incidente sobre a folha de salários da empresa.

⊕ Fundo de Assistência Social. A instituição de um Fundo de Assistência Social, a fim de reforçar os recursos destinados à maternidade e infância, à infância desamparada, a velhos e inválidos e a desempregados, será estudada mediante aproveitamento de recursos ora destinados a outros fins. O mecanismo previsto baseia-se na utilização de parte da taxa única incidente sobre a folha de salários, cujo produto é distribuído a várias entidades beneficiárias, segundo percentagens legalmente estabelecidas.

Os recursos provenientes dessa taxa jamais foram examinados sob o ângulo de sua adequação e, principalmente, de seu crescimento, diante das necessidades dos órgãos gestores. Estuda-se agora uma alteração de sistema que, mantida a taxa única e admitida como adequada à situação inicial, possa satisfazer às seguintes condições:

⊕ as entidades com encargos constantes, em termos dos valores corrigidos, por não ajustarem suas atividades ao crescimento proporcional dos salários nem ao número de pessoas beneficiadas, receberiam as alíquotas da receita com base no produto da arrecadação inicial, corrigido, segundo a variação dos índices de preço, verificada cada ano;

④ as entidades com encargos proporcionais, em valor real, ao crescimento da população, teriam sua alíquota de participação na receita corrigida anualmente, em função do crescimento demográfico intercensitário;

⑤ as entidades com encargos crescentes para com a folha de salários, ou eventualmente, maiores que a mesma, e com tendência a uma taxa maior, à medida em que se universaliza a proteção ao trabalhador, continuariam a receber sua quota-parte na forma atual.

⑥ MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

O programa de modernização administrativa é essencial para viabilizar o conjunto de grandes objetivos da Previdência Social. Tem sido um dos principais temas em todos os recentes congressos internacionais, pois de nada vale uma legislação avançada, solidamente apoiada em bases técnico-atuariais, se o mecanismo incumbido de sua aplicação não dispuser da necessária agilidade para o pronto atendimento do público - no caso, a quase totalidade da população. E mais ainda: a eficiência do atendimento tem de estar aliada ao baixo custo operacional.

As principais medidas programadas com esse objetivo, muitas das quais já em fase de execução, deverão mudar a imagem da Previdência Social perante o público, quer na condição de contribuintes, quer na de beneficiário.

⑦ Estruturação do MPAS. O modelo fundamental de estrutura do Ministério e dos órgãos a ele vinculados, distinguirá nitidamente três áreas de atuação, com características próprias no que se refere ao tipo de administração, ao sistema de custeio, ao equacionamento dos problemas e à imagem perante o público:

⑧ previdência social - área estanque, de exclusiva responsabilidade do Ministério, totalmente custeada pelas contribuições previdenciárias e sujeita a compromissos perfeitamente definidos;

⑨ assistência médica - área de integração, envolvendo ação normativa do Ministério da Saúde, e atividades executivas a cargo de órgãos federais, estaduais, municipais e privados;

⑩ assistência social - área de intensa participação de toda a comunidade, na qual o papel do Ministério consistirá principalmente em coordenar programas, destinar recursos e acompanhar o seu desempenho.

④ Atendimento ao Público. As providências nessa área constituem-se, basicamente, na reversão de uma tendência para a macrocefalia das atividades-meio, em detrimento das atividades-fim; no combate aos excessos burocráticos; e, na adoção do conceito de regulação de sistema, em substituição ao de controle processual e casuístico. Será intensificado o processo de descentralização do atendimento ao público, principalmente para rede bancária e para as empresas e sindicatos, sendo que a primeira providência nesse sentido, já em pleno andamento, trata de transferência para os bancos da emissão dos certificados de regularidade e de quitação, cuja sistemática atual vem trazendo dificuldades à grande massa de contribuintes. De outra parte será transferida para a rede bancária o atendimento aos segurados autônomos, eliminando de vez uma das mais odiosas filas, ou seja, a fila para ingresso no sistema.

④ Criação de uma Empresa de Processamento de Dados. Para melhor servir a todos os órgãos do Ministério e dispor de maior agilidade de ação, será transformado em empresa pública, o Centro de Processamento de Dados do INPS, instrumento de modernização administrativa que tornou possível a unificação da previdência social, abrangendo todas as áreas de atividade da Instituição, absorvendo a carga de trabalho dos setores executivos, reduzindo custos e criando um sistema dinâmico de informações, indispensáveis à condução da política previdenciária e assistencial.

④ Integração Cadastral. Para o cumprimento de suas finalidades, a Previdência Social precisa identificar as empresas, os empregados, a folha-de-salários das empresas e os salários individuais dos empregados. O informante desses dados é a empresa, e o veículo, a rede bancária. Através do mesmo informante e do mesmo veículo, o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS e o Programa de Integração Social - PIS, coletam as mesmas informações. Uma integração desses sistemas representará grande redução de custos em todas as áreas, simplificação de trabalho para as empresas e bancos, e controle mais efetivo através da troca de informações entre esses órgãos e o Ministério da Fazenda.

④ ASSISTÊNCIA SOCIAL

É propósito do Governo formular e coordenar uma política de assistência social para todo o País, campo até agora atendido fragmentariamente através de entidades cujos programas pecam pela ausência de comunicação entre si.

Os recursos atribuídos ao setor assistencial são notoriamente insuficientes. E a correção desse estado de coisas exige boa dose de imaginação e criatividade, pois, além da proteção ao menor desamparado, cumpre instituir serviços de prevenção e, principalmente, oferecer assistência à infância, da fase pré-natal ao quinto ano de vida.

Preocupar-se-á o Governo, desde logo, em conjugar os programas assistenciais desenvolvidos através da LBA, FUNABEM e outras entidades, de maneira a obter melhores rendimentos. Em seguida, será revista e planejada toda a política assistencial, dando-lhe unidade e organicidade, e buscando-lhe novas fontes de recursos financeiros e humanos, tanto públicos quanto privados.

13

Forças Armadas e Segurança

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

As Forças Armadas do Brasil, no desempenho de sua destinação constitucional e em consonância com as grandes prioridades nacionais, atuarão de acordo com a seguinte orientação:

● AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica, no período 1975-1979, continuará desenvolvendo seu programa de trabalho de forma bivalente, destinando recursos humanos, materiais e orçamentários para projetos que se enquadram não somente nos objetivos do desenvolvimento, como também nos de segurança nacional. Configuram-se, assim, duas formas de ação:

● Como órgão responsável por amplas atividades no campo econômico e social nas áreas da aviação civil, ciência e tecnologia aeroespacial e indústria aeronáutica, traçadas segundo objetivos e diretrizes definidas em consonância com a política de desenvolvimento do Governo.

② Como Força Armada, responsável que é pela preparação, aparelhamento, adestramento e emprego da Força Aérea Brasileira, visando à segurança nacional.

② EXÉRCITO

O Ministério do Exército, no período 1975-1979, manterá a orientação geral adotada no I PND, dando prosseguimento, em caráter prioritário, ao reaparelhamento, à reorganização e ao preparo das Forças Terrestres, visando a:

② Acompanhar a evolução econômico-social do País, a fim compatibilizar a segurança com as necessidades do desenvolvimento.

② Assegurar, pela presença física e mobilidade, a garantia da integridade territorial e da soberania nacional.

② MARINHA

O Ministério da Marinha, no período 1975-1979, prosseguirá concentrando esforços no sentido de assegurar importantes realizações, tanto na área do desenvolvimento, quanto na área da segurança nacional.

② Na Área do Desenvolvimento

② maior participação da indústria civil nacional nos empreendimentos navais, incluindo a construção naval;

② desenvolvimento das pesquisas de interesse do País, em cooperação com as demais organizações nacionais;

② ampliação do apoio e da atuação no desenvolvimento e segurança das navegações marítima, fluvial e lacustre.

② Na Área da Segurança

② melhoria das condições operativas da Marinha como Força Armada, pelo adestramento adequado e pelo reequipamento gradativo;

② produção do material bélico e renovação de sua estrutura, com incentivo à indústria nacional para a fabricação de material bélico e para as construções naval e aeronáutica.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS

● AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica orientará sua ação no sentido de alcançar, no período 1975-1979, as seguintes metas:

● Transporte Aéreo: promover o desenvolvimento das atividades de transporte aéreo, em consonância com as necessidades presentes e futuras da estrutura sócio-econômica brasileira e da segurança nacional, integrando-as com as atividades dos sistemas de transporte de superfície, através de:

- ampliação e melhoria da infra-estrutura aeroportuária;
- ampliação e melhoria dos serviços de controle e segurança do tráfego aéreo;
- melhoria dos serviços de transporte aéreo.

● Indústria Aeronáutica: proporcionar as condições necessárias para o desenvolvimento da indústria aeronáutica nacional, mediante o incentivo e a continuidade de projetos e de produção de aeronaves, equipamentos e atividades correlatas por entidades de administração indireta e por empresas privadas no País, através de:

- fortalecimento da indústria aeronáutica no País;
- penetração nos mercados nacional e internacional.

● Desenvolvimento Científico e Tecnológico: participar das atividades de desenvolvimento científico e tecnológico no âmbito nacional, com especial ênfase nos aspectos relacionados com o poder aeroespacial e com as atividades espaciais de interesse da Aeronáutica, mediante:

- o desenvolvimento de projetos de aeronaves e equipamentos;

- o desenvolvimento de novas tecnologias;
- o desenvolvimento de vetores e propelentes e aperfeiçoamento de sua operação;
- o estudo de condições e fenômenos atmosféricos relacionados com atividades aeronáuticas e espaciais;
- o desenvolvimento de métodos e processos de beneficiamento de materiais estratégicos.

● Segurança Nacional. desenvolver a participação da Aeronáutica nas atividades relacionadas com a segurança nacional no campo aeroespacial, com vistas à garantia integral do progresso econômico e social do País em um clima de tranquilidade, através de:

- aparelhamento da Força Aérea Brasileira em recursos humanos e materiais, adestrando-a convenientemente e tornando-a cada vez mais eficiente para o cumprimento de sua missão institucional;
- participação na integração nacional, promovendo e garantindo a ocupação e o progresso de regiões menos desenvolvidas do País.

● EXÉRCITO

O Ministério do Exército buscará alcançar, no período 1975-1979, as seguintes metas:

- Reorganização do Exército, de forma a:
 - racionalizar sua estrutura administrativa e operacional, buscando a plena eficiência no desempenho das atividades-fim da instituição;
 - assegurar a estratégia da presença em todo o território nacional, pela permanência física ou pela mobilidade, conforme indicarem as necessidades das áreas consideradas;
 - adequar as Forças Terrestres às necessidades prioritárias de segurança.

④ Reaparelhamento do Exército: prosseguir o reaparelhamento do Exército, bem como incrementar a pesquisa tecnológica, com a participação da indústria nacional, objetivando a substituição gradativa das importações e o acompanhamento do progresso bélico dos demais países.

④ Preparo do pessoal e abastecimento das unidades, envolvendo:

④ a coordenação e integração, nos diferentes níveis, das atividades de seleção, formação e aperfeiçoamento dos quadros permanentes, a fim de manter um núcleo capaz de enquadrar e empregar os efetivos existentes e servir de base à sua evolução;

④ a criação de melhores condições para o exercício da profissão militar e a motivação para o adestramento das Unidades, pela ação efetiva no setor de ensino e instrução, conjugada ao programa de reaparelhamento material, de forma a aumentar a operacionalidade das Forças Terrestres.

④ Educação: orientar o ensino dos estabelecimentos militares de modo a permitir o seu aproveitamento por pessoal não militar nos níveis superior (formação em especialidades ainda não suficientemente desenvolvidas em Universidades e que interessam ao Exército) e médio (manutenção e expansão da rede escolar existente).

④ Desenvolvimento Científico e Tecnológico: participar, com outras entidades nacionais, em atividades de pesquisa, principalmente no que diz respeito à pesquisa técnica militar, de forma a possibilitar o equipamento do Exército com material predominantemente nacional.

④ Transportes: desenvolver programas de construção em consonância com os planos nacionais de viação e através de convênios com o Ministério dos Transportes.

④ Colonização e Reforma Agrária: colaborar nos programas de colonização e ocupação produtiva, particularmente:

④ na proteção e apoio para o desenvolvimento inicial de regiões vitais nas fronteiras norte e oeste, através de Colônias Militares;

④ na localização de núcleos militares, em áreas necessárias à segurança, nos grandes espaços vazios de território nacional.

● MARINHA

O Ministério da Marinha buscará alcançar, no período 1975-1979, as seguintes metas:

● Desenvolver, manter e operar uma Marinha capaz de exercer o domínio marítimo e fluvial compatível com as necessidades da segurança nacional:

● na defesa do tráfego marítimo nacional e internacional de interesse para o Brasil;

● nas áreas marítimas sob jurisdição nacional e/ou de interesse para o Brasil;

● na rede potamográfica e lacustre brasileira.

● Condicionar todos os programas de reequipamento da Marinha às conclusões da Avaliação Estratégica Naval, de modo a adequá-los à situação nacional e internacional.

● Manter a Marinha Brasileira com o máximo de poder combatente, compatível com a política nacional de segurança e a situação econômico-financeira do País.


● Simplificar a estrutura organizacional da Marinha, racionalizando-a e reduzindo os escalões que não contribuam efetivamente para sua eficiência operativa e administrativa.


● Permitir que o Programa de Construção Naval seja contínuo e crescente, constituindo-se preocupação permanente com relação ao uso das disponibilidades orçamentárias, dando ênfase à participação da indústria nacional na construção e manutenção de novas unidades e equipamentos.


● Incentivar o desenvolvimento de projetos de modernização do material naval, adotando-se tipos padrões ou versões brasileiras de equipamentos, bem como de procedimentos e táticas adequados à sua utilização.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)
 AERONÁUTICA

O Ministério da Aeronáutica despenderá, o montante de Cr\$ 545,7 milhões nos seguintes projetos prioritários:

 Pesquisas e Desenvolvimento Aeroespacial. Este projeto se reveste de alta relevância para o desenvolvimento científico e tecnológico do País e visa ao atendimento parcial dos meios necessários para a execução da missão do Instituto de Atividades Espaciais, através dos seguintes estudos e pesquisas: estudos da física da baixa ionosfera, particularmente da Grande Anomalia Geomagnética Brasileira; estudos meteorológico-climatológicos e da física da atmosfera; e desenvolvimento de lançadores de satélites, compreendendo a pesquisa aplicada nas áreas relacionadas a veículos espaciais, tais como estrutura, propulsão, guiagem e controle e dinâmica de voo (Cr\$ 21,3 milhões).

 Pesquisas e Desenvolvimento de Aeronaves e Equipamentos, objetivando o desenvolvimento de novos projetos de aeronaves, em particular de aeronaves para emprego tático perfeitamente adequadas às condições geográficas do País, aeronaves de transporte médio e equipamentos de pista e hangar (Cr\$ 72,6 milhões).

 Reaparelhamento da Força Aérea Brasileira: visa equipar as diversas unidades da FAB, com material adequado e compatível com suas necessidades, a fim de capacitá-las para um bom desempenho de suas atividades funcionais (Cr\$ 451,8 milhões).

 EXÉRCITO

O Ministério do Exército despenderá, o montante de Cr\$ 1 407,7 milhões, cabendo destacar os seguintes projetos prioritários:

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se sempre, ao período 1975-1979.

④ Equipamento de Intendência do Exército: tem por finalidade equipar o Exército com material de intendência, de modo a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre (Cr\$ 93,7 milhões).

④ Construção de Quartéis: visa a dar prosseguimento às obras de aquartelamento e depósitos de munição, de modo a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre, possibilitando o seu desempenho na defesa da segurança nacional (Cr\$ 321,3 milhões).

④ Equipamento de Motomecanização: tem por objetivo suprir o Exército de material de motomecanização, com reflexos econômicos para a indústria automobilística nacional (Cr\$ 348,0 milhões).

④ Equipamento de Armamento e Acessórios, visando dotar o apoio logístico de bases de material bélico no grau de eficiência necessário à manutenção do armamento (Cr\$ 216,9 milhões).

④ Equipamento de Fábricas e Arsenais. O projeto visa a modernizar e equipar as fábricas e arsenais do Exército, de modo a possibilitar o atendimento da crescente demanda e sofisticação do material bélico empregado (Cr\$ 113,9 milhões).

④ Equipamentos de Comunicações do Exército, tem por finalidade de equipar o Exército de material de comunicações, de modo a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre (Cr\$ 207,9 milhões).

④ Equipamento de Engenharia, visando equipar o Exército de material de engenharia, de modo a aumentar a capacidade operacional da Força Terrestre (Cr\$ 70,0 milhões).

④ MARINHA

O Ministério da Marinha dispenderá, o montante de Cr\$ 2 270,3 milhões, cabendo destacar os seguintes projetos prioritários:

④ Renovação e Ampliação dos Meios Flutuantes. Tem por finalidade a renovação e ampliação dos meios flutuantes, com o propósito de desenvolver e operar uma Marinha compatível com as linhas marítimas vitais e com a extensão de costas brasileiras, prevendo-se a construção de fragatas, submarinos, navios varredores, de patrulha costeira e fluvial, navio faroleiro, navio oceânico e de embarcações de apoio logístico da Esquadra, Forças e Serviços (Cr\$ 1 337,2 milhões).

④ Ampliação da Rede de Sinalização Náutica: visa à efetivação de levantamentos hidrográficos, expansão e modernização da rede faróis e luzes e ao balizamento de acesso aos portos incluídos nos corredores de exportação. (Cr\$ 19,5 milhões).

④ Ampliação da Rede Hospitalar: tem por objetivo a ampliação da disponibilidade de leitos hospitalares em vista da crescente demanda por serviços médico-assistenciais (Cr\$ 35,4 milhões).

④ Ampliação das Organizações Militares de Apoio, envolvendo a construção e ampliação do número de bases, em diversos pontos do território nacional, onde se concentram recursos humanos e materiais. (Cr\$ 117,4 milhões).

④ Desenvolvimento de Pesquisas: visa a incentivar as atividades científicas e tecnológicas no âmbito do Ministério da Marinha (Cr\$ 65,1 milhões).

④ Ampliação do Sistema de Comunicações. Tem por objetivo a otimização do sistema de comunicação móvel e fixo da Marinha Brasileira, no exercício do comando, nos seus vários escalões, e dos sistemas imprescindíveis às operações das unidades flutuantes ou terrestres (Cr\$ 3,9 milhões).

④ Ampliação dos Centros de Formação de Pessoal para a Marinha Mercante: visa a concluir a execução do plano de obras, instalações e aparelhamento dos Centros de Instrução Almirante Graça Aranha, no Rio de Janeiro e Almirante Braz de Aguiar, em Belém. (Cr\$ 191,8 milhões).

14

Justiça

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

Ao definir os seus objetivos para o período 1975-1979, o Ministério da Justiça ajusta-se aos princípios de Governo da Revolução, que tem estabelecido a rotatividade dos comandos políticos, sem prejuízo da continuidade administrativa. Desta forma, vários projetos em curso prosseguirão sem mudanças de ritmo, sofrendo alterações ou correção de rumos somente diante de circunstâncias emergentes.

A atuação do Governo na área da Justiça terá como objetivo principal assegurar as prerrogativas de independência dos poderes da República e promover a harmonização e o entrosamento imprescindíveis à manutenção da ordem política e institucional. Junto ao Congresso Nacional, agirá o Executivo no sentido de obter unidade de pensamento e de ação no plano da atividade política, consentânea com os objetivos do desenvolvimento e da segurança nacional, empenhando-se em proporcionar-lhe condições para o efetivo desempenho de suas atribuições constitucionais. Com relação ao Poder Judiciário, o Ministério da Justiça não medirá esforços no sentido de assegurar-lhe as condições necessárias para administração da Justiça, zelando, dessa forma, pela preservação da ordem jurídica, dos direitos políticos, das garantias constitucionais e da segurança interna.

④ a transformação do Departamento de Polícia Federal em organismo padrão, que possa servir de modelo para a reorganização e funcionamento das polícias estaduais, em tudo que se enquadre na esfera de sua atuação;

⑤ a intensificação do combate ao tráfico de entorpecentes;

⑥ a modernização dos serviços de polícia marítima, aérea e de fronteira, dotando essas unidades de pessoal habilitado para um melhor atendimento público e mais eficiente fiscalização do descaminho e do contrabando;

⑦ a construção de sedes próprias em Brasília e nas dependências regionais e a instalação de modernos sistemas de telecomunicações, transporte e de processamento de dados, para mais rápida apuração de ilícitos penais contra a segurança e a ordem social, política e moral do País.

⑧ NO CAMPO SOCIAL

① Reformulação do Conselho Penitenciário Federal, inclusive na sua função de inspetoria geral penitenciária, dotando-o de recursos humanos e materiais (provenientes, inclusive, de um Fundo Penitenciário Federal, a ser criado), a fim de que possa contribuir para:

② a implantação de política penal e penitenciária adequada à realidade de um país com diversificadas macro-regiões e com áreas em diversificados estágios de desenvolvimento sócio-econômico e cultural;

③ o controle e o estímulo de iniciativas e providências que visem ao cumprimento das normas de regime penitenciário, quer sejam contidas em leis gerais ou supletivas, quer em recomendações internacionais de órgãos dos quais o Brasil participa, com o objetivo de integrar o sentenciado no processo do desenvolvimento nacional e aperfeiçoar o tratamento que o mantenha ou reintegre no convívio da comunidade;

④ orientar a execução de medidas de que se encarregue o Governo Federal, a fim de obter a instalação de estabelecimentos e de sistemas penitenciários condizentes com os preceitos do Direito Penal Executivo;

④ promover o preparo técnico especializado dos servidores da execução penal e de colaboradores voluntários, representantes da comunidade.

④ Reformulação do Conselho Nacional de Trânsito, reorganizando-o e equipando-o com vistas especificamente à redução dos acidentes de trânsito no País, mediante:

④ formação e aprimoramento de pessoal técnico especializado para o trânsito;

④ implantação de um sistema nacional de estatística e análise de acidentes de trânsito;

④ controle centralizado da emissão de documentos de habilitação de condutores e registro de veículos;

④ campanha permanente de esclarecimento público sobre procedimento no trânsito;

④ educação para o trânsito nas escolas de Primeiro e Segundo Graus.

④ Reformulação do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, provendo-o de quadros funcionais próprios, reativando e dinamizando a sua atuação, de tal forma que a repressão ao abuso do poder econômico também se efetive pronta e eficazmente.

④ Criação do Conselho Nacional do Direito Autoral, que será um órgão de fiscalização, consulta e assistência, com o objetivo de assegurar os direitos do autor e daqueles que lhe são conexos.

● NA ÁREA DA NACIONALIDADE E CIDADANIA

● Criação do Registro Nacional de Pessoas Naturais - RENAPE, através de Órgão da administração direta, para que se elimine, gradativamente, a multiplicidade de fontes geradoras de identificações, aperfeiçoando-se, conseqüentemente, as estatísticas demográficas e os controles civis, fiscais, de serviço militar, do serviço eleitoral, etc.

● Reestruturação do Departamento Federal de Justiça, de tal forma que as suas atribuições se voltem especialmente para as questões de cidadania, nacionalidade e assuntos pertinentes a estrangeiros, inserindo-se, desde logo, como uma de suas metas imediatas, os estudos finais para a nova conceituação do brasileiro naturalizado.

● NA ÁREA DA DIVULGAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E ARQUIVO DE ATOS OFICIAIS

● Prosseguimento da Construção da Nova Sede do Departamento de Imprensa Nacional e da modernização do seu equipamento gráfico, em razão do avanço tecnológico dos sistemas de composição e impressão. Contemplar-se-á a possibilidade de transformação do DIN em empresa pública, para maior flexibilidade de operação industrial.

● Instalação, mediante Convênios, de terminal ou terminais de Centros de Processamento de Dados no atual Serviço de Documentação, como medida básica para a concretização do projeto de Consolidação e Atualização Legislativas e, igualmente, com o objetivo de integrar aquela unidade no Sistema Nacional de Documentação.

● Criação do Sistema Nacional de Arquivos, mediante a transferência do Arquivo Nacional para Brasília, onde deve ser instalado em boas condições técnicas, e o estabelecimento dos depósitos regionais, para conservar a documentação administrativa nos lugares onde é gerada e onde se faz necessária para a proteção e defesa de direitos. O Sistema Nacional de Arquivos apresentará, igualmente, sob a orientação normativa do Arquivo Nacional, a conjugação de todos os arquivos públicos, eclesiásticos e privados, indispensáveis à preservação do patrimônio documental e histórico do País.

● PROJETOS ESPECIAIS

● Modernização e Reparcelamento da Estrutura Administrativa do Tribunal de Contas da União, com a conclusão da nova sede, em Brasília, acelerando-se, desta forma, a transferência de várias unidades que ainda funcionam no Rio de Janeiro.

● Modernização e Reparcelamento da Estrutura Administrativa do Ministério Público da União, com a conclusão da nova sede, em Brasília, que abrigará a Procuradoria Geral da República, a Procuradoria Geral da Justiça Militar, a Procuradoria Geral do Trabalho e a Procuradoria Geral do Distrito Federal e Territórios.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

O Ministério da Justiça despenderá o montante de Cr\$ 262,8 milhões, nos seguintes programas e projetos:

● Reformulação do Sistema Penitenciário. O projeto tem por finalidade o aprimoramento do Sistema Penitenciário Federal, através do aperfeiçoamento de pessoal técnico destinado à fiscalização de estabelecimentos carcerários, bem como a implantação, em escala nacional, de uma rede de estabelecimentos penitenciários modelares, mediante convênios a serem firmados pelo Ministério da Justiça com os Estados (Cr\$ 129,0 milhões).

● POLICIAMENTO CIVIL

● Reparcelamento do Departamento de Polícia Federal que visa a dotar os órgãos técnicos descentralizados de instalações físicas condígnas, bem como promover a implantação do serviço de Telecomunicações e a criação do Centro de Processamento de Dados (Cr\$ 111,3 milhões).

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

❁ OUTROS PROGRAMAS

❁ Reaparelhamento do Departamento de Imprensa Nacional: tem por finalidade o aprimoramento da formação profissional dos servidores do Departamento de Imprensa Nacional que exercem funções técnicas ou especializadas e administrativas (Cr\$ 22,5 milhões).

15

Relações Exteriores

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

No propósito de alcançar as grandes metas da política externa brasileira, de caráter permanente e de natureza transitória, todas intimamente relacionadas com o processo de desenvolvimento sócio-econômico do País, o Ministério das Relações Exteriores, no período 1975-1979, continuará orientando sua linha de ação no sentido do fortalecimento e modernização de sua estrutura, aprimoramento de seus métodos de trabalho e melhor aparelhamento da rede de postos no exterior.

Para a consecução desses objetivos, o Itamaraty, deverá intensificar os esforços já iniciados no sentido de:

① Aprimorar o Preparo de seu Pessoal, tanto diplomático quanto administrativo.

② Modernizar a sua Máquina Administrativa, tendo em vista as exigências operacionais da diplomacia moderna e a expansão das atividades da Secretaria de Estado.

③ Aprimorar os Serviços de Transmissão e Processamento de Informações, indispensáveis a uma organização que deve operar com precisão e rapidez nas mais diversas partes do mundo.

④ Possibilitar a disponibilidade e flexibilidade de meios necessários ao Estudo em Profundidade dos Problemas Internacionais.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS

O Ministério das Relações Exteriores empenhar-se-á na consecução do seguinte elenco de realizações:

① Ampliação da Rede de Missões Diplomáticas e Serviços de Promoção Comercial no Exterior. A complexidade crescente das relações internacionais e a diversificação dos interesses brasileiros no exterior exigem que o País esteja preparado, através de sua rede de Missões Diplomáticas e Centros de Promoção Comercial, para agir com flexibilidade e eficiência.

② Aperfeiçoamento dos Sistemas de Informações e Comunicações. Implantar-se-á um Sistema de transmissão de comunicações e processamento de informações que permita ao Governo orientar, em tempo hábil, as ações das Missões Diplomáticas e Repartições Consulares brasileiras no exterior.

③ Modernização Administrativa. Dar-se-á prosseguimento à reformulação da estrutura administrativa do Ministério das Relações Exteriores e ao aperfeiçoamento de seu quadro funcional, através de treinamento continuado do pessoal diplomático e auxiliar.

④ Expansão e Consolidação do Comércio Exterior. A expansão e consolidação do comércio externo envolve, direta ou indiretamente, boa parte das atividades diplomáticas, tanto no campo da promoção como no da política comercial no âmbito bilateral e multilateral. Inclui também entendimentos multiformes, abrangendo aspectos de investimentos, financiamentos, de exportações, assistência técnica e outros.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

O Ministério das Relações Exteriores despendará o montante de Cr\$ 170,8 milhões, nos seguintes projetos prioritários:

⊗ POLÍTICA EXTERIOR

⊗ Implantação do Centro de Processamento de Dados e Informações, visando a:

⊗ modernização do Sistema de Informações do Ministério das Relações Exteriores, a fim de adequá-lo ao crescimento das áreas de interesse da política externa, à expansão da sua rede no exterior e às necessidades de ampliar a coordenação com os demais órgãos da Administração Federal;

⊗ otimização da rede de Missões Diplomáticas e Repartições Consulares como instrumento de captação de informações científico-tecnológicas, culturais e comerciais, entre outras, para utilização direta do MRE ou sua disseminação a outros sistemas informacionais do País;

⊗ reestruturação, dentro das novas técnicas da informática, do processamento, guarda e recuperação das informações coletadas, para assegurar-lhes rapidez, confiabilidade e sigilo e condições para que possam orientar a formulação, execução e avaliação da política externa (Cr\$ 20,7 milhões).

⊗ Modernização do Sistema de Comunicação Internacional, mediante a incorporação de técnicas modernas de comutação de mensagens na rede interna do MRE (Secretaria de Estado e Missões Diplomáticas), com vistas a assegurar maior rapidez e confiabilidade nas comunicações que preparam ou veiculam as decisões de política externa. (Cr\$ 8,2 milhões).

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

④ Estudos Estratégicos de Mercado Externo. Este projeto tem por finalidade a elaboração de um conjunto de estudos e pesquisas dedicadas ao levantamento sistemático das condições efetivas e potenciais da oferta brasileira exportável de bens e serviços técnicos e da demanda desses bens e serviços nos mercados internacionais. Tais estudos permitirão a definição de uma estratégia de promoção e política do Governo no exterior, bem como a adoção de medidas governamentais de ordem interna visando ao aumento das exportações brasileiras (Cr\$ 31,5 milhões).

④ Expansão e Aperfeiçoamento da Informação Comercial, objetivando a ampliação das atividades de informação comercial regularmente exercidas no âmbito do Programa de Promoção Comercial no Exterior, com o objetivo de divulgar, no Brasil e no exterior, informações de apoio à expansão das exportações brasileiras e à captação de investimento (Cr\$ 14,8 milhões).

④ Reorganização do Sistema de Promoção Comercial no Exterior. O projeto tem por objetivos aumentar a produtividade da promoção comercial do Ministério das Relações Exteriores, no apoio ao esforço brasileiro de exportação; ajustar a escala organizacional e operacional de promoção comercial às novas solicitações do comércio exterior brasileiro, determinadas pela súbita elevação dos custos de importação dos produtos essenciais para o desenvolvimento do País; e contribuir para a formação de especialistas em promoção das exportações, a fim de atender às necessidades do setor privado por pessoal qualificado para o exercício de atividades de comercialização externa (Cr\$ 52,6 milhões).

④ Expansão e Aperfeiçoamento das Promoções Diretas. O projeto visa a expandir e aperfeiçoar a participação do Brasil em feiras e exposições internacionais e promover a vinda de importadores estrangeiros ao Brasil para o conhecimento do potencial nacional de exportações, e, também, para o contato direto com os exportadores. Esses objetivos serão alcançados através da ampliação dos serviços de promoção direta do MRE, mediante a participação em maior número de feiras internacionais, a realização de maior quantidade de exposições no exterior e o aumento do número de visitas de importadores estrangeiros ao Brasil e da melhoria qualitativa destes serviços, com vistas ao mais efetivo aproveitamento de suas potencialidades promocionais e maior rendimento em termos de negócios realizados. Prevê-se, para 1975, a participação do Brasil no II Festival de Artes Negras em Lagos-Nigéria, que representará não só maior aproximação cultural, como também um instrumento de estímulo ao intercâmbio comercial e à cooperação econômica com os países da África Ocidental (Cr\$ 43,0 milhões).

16

Planejamento, Fazenda e Ação Administrativa

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

● PLANEJAMENTO

As funções de planejamento e coordenação distinguem-se das de natureza setorial, exercidas no âmbito dos demais Ministérios, em vista do seu caráter globalizador, envolvendo decisões sobre a formulação das diretrizes mais amplas de política econômico-social, bem como sobre a orientação geral do Coverno, visando à consecução dos objetivos nacionais de desenvolvimento.

O planejamento e a coordenação, atividades de natureza integrada, por englobarem definições de política econômica de repercussões multi-setoriais, deverão ser exercidos ao mais alto nível da administração, sob orientação do Presidente da República, assessorado diretamente pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico e pelo Conselho de Desenvolvimento Social, nas decisões a serem tomadas nas áreas econômica, financeira e social, e pela Secretaria de Planejamento da Presidência no que diz respeito:

● à coordenação do sistema de planejamento, orçamento e modernização administrativa;

● à coordenação das medidas relativas à política de de

envolvimento;

- à coordenação da política tecnológica;
- à coordenação de assuntos afins ou interdependentes, de interesse de mais de um Órgão setorial.

● FAZENDA

Ao lado de suas múltiplas atividades, ligadas diretamente à formulação e execução da política econômica, a ação do Ministério da Fazenda, como Órgão responsável pelas Finanças do Governo, terá como objetivo básico o de assegurar os recursos necessários à implantação e prosseguimento dos programas das diversas unidades da administração federal, de acordo com as prioridades e metas definidas.

O sistema de entrega automática das dotações incluídas na programação financeira com vistas a uma execução orçamentária isenta de distúrbios, é parte fundamental desta política. Procurar-se-á o seu aperfeiçoamento através de mecanismo que permita uma maior vinculação entre a execução dos cronogramas físicos e a execução financeira, de modo a se obter melhor eficiência nas políticas orçamentárias e de gastos públicos.

Na área tributária, competirá ao Ministério da Fazenda o prosseguimento e a implantação de medidas e projetos indispensáveis à melhoria do processo fiscal. Ênfase especial será dada aos seguintes aspectos:

● Prosseguimento do esforço da política progressiva de liberalização tributária.

● Exame do sistema tributário vigente, com vistas ao seu aperfeiçoamento, a fim de ajustá-lo às diretrizes traçadas pelo Governo e aos reclamos dos contribuintes.

● Implantação do sistema de pagamento do imposto de renda em bases correntes, com vistas a tornar o tributo mais equitativo.

● Aperfeiçoamento da sistemática de arrecadação e distribuição dos incentivos fiscais, para sua utilização sem perdas intermediárias de vulto. As medidas previstas visam:

- encontrar o equilíbrio entre a oferta e a procura de incentivos, de modo a impedir o atraso na execução de projetos;

- evitar as clássicas disputas de isenções tributárias entre Estados para obtenção de novas indústrias, mediante a formulação de uma política nacional de localização industrial à qual fiquem subordinados os diferentes programas de desenvolvimento regional, de acordo com as vantagens comparativas.

- Aperfeiçoamento mediante coordenação do Ministério da Fazenda, dos mecanismos de distribuição das rendas fiscais entre as diferentes Unidades da Federação, através de modificações na atual sistemática do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e do Fundo de Participação dos Estados e Municípios, objetivando corrigir os desequilíbrios existentes no âmbito tributário estadual.

- Prosseguimento da política de acordos internacionais de eliminação da bitributação em estreita vinculação com a abertura e ampliação de mercados externos.

Por outro lado, programas de treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, através da Escola de Administração Fazendária, darão ênfase à formação de pessoal para os diversos níveis exigidos pelo sistema de tributação, arrecadação e fiscalização.

Na área do sistema financeiro, destacam-se as seguintes linhas de atuação:

- Prosseguimento dos programas de apoio à empresa privada nacional, através de estímulos fiscais e creditícios. As instituições financeiras oficiais concuzirão suas aplicações mediante critérios que fortaleçam a posição relativamente frágil da empresa privada nacional, em confronto com a empresa estatal e estrangeira.

- Utilização através das instituições ligadas ao Ministério da Fazenda, como o Banco Central e o Banco do Brasil, dos instrumentos da política monetária no sentido de se assegurar o cumprimento das metas fixadas pelo Conselho Monetário Nacional. Neste sentido, esforço permanente será dedicado ao aprimoramento das técnicas de controle monetário e dos mecanismos de crédito seletivo.

④ Aprimoramento operacional das instituições financeiras para que a intermediação de fundos no mercado de moeda e de capitais se faça a custos cada vez menores. O aperfeiçoamento gradativo, da estrutura do sistema financeiro nacional deverá contribuir para melhor alocação dos recursos disponíveis na economia, com repercussões positivas sobre seu ritmo de crescimento.

⑤ Manutenção e aperfeiçoamento dos mecanismos de acompanhamento e administração da dívida externa do País, através do Banco Central do Brasil, de modo a assegurar evolução equilibrada da nova liquidez internacional.

⑥ Modificação da Lei das Sociedades Anônimas, mediante ação coordenada a nível ministerial, com vistas a assegurar, entre outros aspectos:

① preferência de dividendos mínimos às minorias acionárias;

② extensão às minorias dos benefícios auferidos pelas majorias na venda de lotes de ações de controle;

③ substituição do atual conselho fiscal por auditoria devidamente credenciada perante os órgãos públicos.

Ação coordenada a nível ministerial, na área de controle de preços, deverá visar principalmente:

④ Evitar que os controles na área da produção sejam frustrados pela liberdade dos preços da comercialização, distorcendo a alocação dos lucros entre os setores da economia.

⑤ Estender os controles a certas matérias-primas básicas.

⑥ Assegurar o maior automatismo dos reajustes de preços diante do aumento comprovado do custo dos insumos.

⑦ Permitir a remuneração dos investimentos destinados a baixar os custos e a aumentar a produtividade, os quais são desincentivados pela sistemática atual. Ainda na mesma ordem de idéias, os controles de preços devem ser encarados como um instrumento de reversão das expectativas de corte dos componentes da realimentação inflacionária, mas nunca como um inçênua violador da lei da oferta e da procura.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

⊙ PLANEJAMENTO

O Sistema Nacional de Planejamento, de caráter descentralizado, flexível e dinâmico, é integrado por todos os órgãos da Administração Federal, sendo de abrangência nacional. Apoiado numa estrutura de pesquisa e produção de informações, planejamento e orçamentação, controle e acompanhamento de planos e projetos, modernização administrativa e capacitação de recursos humanos, o Sistema Nacional de Planejamento, - objetivando a implementação do Plano Nacional de Desenvolvimento - deverá incrementar a extensão de técnicas e processos de planejamento e coordenação às administrações estaduais e municipais, buscando uma efetiva compatibilização programática entre os três níveis de Governo. A par da integração dos programas federais, estaduais e municipais, deverá ser assegurado um fluxo permanente e sistemático de informações entre todas as unidades integrantes do sistema, no objetivo de capacitar-se o órgão central - a Secretaria de Planejamento da Presidência da República - para as necessárias avaliações e reformulações das metas do Plano Nacional de Desenvolvimento.

⊙ Planejamento e Orçamentação. Os objetivos contemplados no Plano Nacional de Desenvolvimento serão viabilizados orçamentariamente, através da integração operativa entre as funções de planejamento e orçamento. Essa integração deverá dar condições ao órgão central do Sistema Nacional de Planejamento de exercer, através de medidas de curto e médio prazos, as seguintes atividades:

⊙ programação da ação do Governo, efetivamente orientada para consecução das metas globais e setoriais;

⊙ análise global de todos os projetos, visando ao estabelecimento da vinculação de cada um deles com as referidas metas, através da programação;

⊙ elaboração orçamentária baseada na programação;

⊙ registro atualizado da situação de todos os projetos da Administração Pública Federal Direta, Indireta e Fundações, desde sua proposição à sua conclusão;

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1979.

② acompanhamento sistemático da execução dos projetos prioritários;

③ controle do alcance das metas prioritárias, através do acompanhamento da execução dos projetos correspondentes;

④ liberação dos recursos orientada para a consecução das metas com base em informações sobre o acompanhamento da execução orçamentária.

⑤ Modernização Administrativa. A Modernização Administrativa deverá ter como objetivos fundamentais:

① constituir, a curto prazo, um acervo de conhecimentos sobre aspectos relevantes da Administração Pública, visando propiciar ao Governo Federal o suporte conceitual e estratégico necessário ao melhor desempenho da máquina administrativa;

② orientar e assistir os órgãos da Administração Pública, objetivando a implantação de mecanismos que assegurem graus crescentes de eficiência administrativa;

③ promover o aperfeiçoamento dos mecanismos de integração do Sistema de Planejamento Federal, através da ação coordenada entre os órgãos central e setoriais;

④ auxiliar na formação de recursos humanos necessários ao aperfeiçoamento do Sistema de Planejamento através da promoção e coordenação de atividades de treinamento.

A atividade de modernização administrativa desenvolverá, entre outras, as seguintes linhas básicas de atuação:

① montagem de um sistema de informações sobre a Organização Administrativa Federal;

② modernização da estrutura e funcionamento dos órgãos da Administração, em especial daqueles mais diretamente responsáveis pela consecução dos objetivos propostos nos planos de desenvolvimento.

④ Articulação com os Estados e Municípios. A função de articulação do Governo Federal com os Estados, Distrito Federal e Municípios visa a integração do planejamento das ações dessas esferas de governo, com as diretrizes contidas no Plano Nacional de Desenvolvimento. Através do exercício dessa função, propiciando a deflagração de ações voltadas para a crescente cooperação intergovernamental, é possível assegurar a convergência de esforços dos três níveis de Governo, no sentido de serem implementadas as prioridades nacionais de desenvolvimento. A articulação aos três níveis de Governo tem em vista desenvolver as seguintes linhas de ação:

④ integrar programaticamente as ações dos Estados, Distrito Federal e Municípios com as do Governo Federal, especialmente quanto à compatibilização da elaboração dos Planos Estaduais de Desenvolvimento para a período 1976-1979, com os objetivos do II Plano Nacional de Desenvolvimento;

④ coletar informações sistemáticas sobre a atividade governamental dos Estados, Distrito Federal e dos Municípios com população superior a 200 mil habitantes e os integrantes das Regiões Metropolitanas; e sobre o desempenho dos sistemas sociais dos Estados, em articulação com a Fundação IBGE;

④ promover a crescente capacitação técnica e administrativa dos Municípios, através de apoio técnico, em função das diretrizes definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Urbano.

④ Cooperação Econômica e Técnica Internacional. O esforço para obter crescentes graus de eficiência nas ações de cooperação externa, econômica e técnica visará, entre outros, aos seguintes objetivos principais;

④ elaborar Programas Nacionais de Cooperação Técnica - PNCTs, no sentido de promover a apresentação conjunta e integrada das solicitações dirigidas a uma mesma fonte externa, com vistas a estabelecer uma escala de prioridades para cooperação técnica e compatibilizar as necessidades globais de cooperação técnica com a oferta disponível;

④ identificar projetos e idéias de projetos para financiamento externo, objetivando aperfeiçoar o esquema de inventário e relatório básico sobre negociações;

④ acompanhar a execução dos programas de cooperação téc-

nica internacional em execução no País, de forma a maximizar seus resultados, a través da absorção e disseminação do conhecimento técnico colocado à disposição dos organismos nacionais, bem como indicar, no futuro, as formas mais eficientes de recebimento desta assistência.

④ Pesquisa Básica para o Planejamento. A função de pesquisa orientar-se-á no sentido de identificar e analisar aspectos relevantes dos setores considerados prioritários para o desenvolvimento nacional, objetivando proporcionar informações atualizadas, necessárias ao planejamento das ações de Governo. Neste sentido, caberá, principalmente, a duas importantes instituições de pesquisa vinculadas ao Sistema de Planejamento Governamental, ou seja, o Instituto de Planejamento Econômico e Social - IPEA e a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, produzir informações e análises para orientação do processo de desenvolvimento nacional, relativamente aos aspectos mais significativos da realidade física, econômica e social do País, obedecendo ao seguinte plano geral de trabalho:

⑤ pesquisa sobre a intervenção do setor público, objetivando analisar os principais programas executados pelo Governo Federal, particularmente quanto a cada um dos principais impostos do Sistema Tributário, visando a avaliar a situação nacional do ponto de vista de critérios de eficiência administrativa, econômica e de equidade na distribuição dos custos e benefícios, e quanto à mão-de-obra e a níveis agregados de emprego, objetivando conhecer os efeitos dos programas de treinamento profissional e alfabetização, sobre populações sub-empregadas ou migrantes;

⑥ pesquisa sobre o setor indústria, para identificar os fatores que, direta ou indiretamente, irão influir sobre o comportamento do setor nos próximos anos, considerando a importância estratégica dos bens de capital(*);

(*) - Poder-se-á estudar os efeitos da orientação sistemática de recursos financeiros, para expansão do setor produtor de bens de capital, sobre a taxa de investimento do setor privado. Essas análises poderão indicar possíveis efeitos secundários sobre a própria demanda de equipamentos, advindos de medidas tomadas com a finalidade de fortalecer o setor. Os aspectos referentes à atuação da pequena e média empresa serão levantados com maior pormenorização visando dar subsídios à formulação da política industrial concernente. Por outro lado, a crescente relevância das empresas multinacionais demanda estudos que possam melhor informar o Governo na determinação de uma política que atenda à soberania das decisões nacionais.

④ pesquisa sobre o setor agrícola, com a finalidade de promover, entre outros, estudos relativos à modernização da agricultura e suas consequências em relação a absorção da mão-de-obra rural, ao incremento da exportação de produtos agrícolas, e aos programas de assistência alimentar à população de menor idade, com o objetivo de estimar os recursos necessários à dinamização dessas iniciativas e suas repercussões sobre o preço dos alimentos no mercado;

⑤ pesquisa sobre o setor serviços, visando a investigar especialmente o nível de absorção de mão-de-obra, as características do fator trabalho demandado, bem como as condições de utilização do contingente empregado; nessa perspectiva, será possível analisar aspectos da distribuição pessoal da renda, salários e qualificação da mão-de-obra por setores produtivos, de modo a complementar o conhecimento analítico da economia brasileira;

⑥ pesquisas Geográficas e Estatísticas, que obedecerão ao Plano Geral de Informações Estatísticas e Geográficas, objeto do Decreto nº 74.084 de 29/05/74, que estabelece o conjunto de informações estatísticas, geográficas, geodésicas, cartográficas, demográficas, sócio-econômicas, de recursos naturais e de condições do meio-ambiente, inclusive poluição, consideradas essenciais ao planejamento econômico e social e à segurança nacional.

⑦ Treinamento para o Desenvolvimento. O Programa envolve as seguintes atividades principais:

① coordenação dos programas de treinamento sob a responsabilidade da Secretaria de Planejamento;

② a melhoria da eficiência dos programas de treinamento para o desenvolvimento;

③ coordenação dos programas nacionais de treinamento para o desenvolvimento e, também, os financiados e/ou executados juntamente com instituições internacionais ou com agências de governos de outros países;

④ estabelecimento de maior e mais eficaz aproximação com as Universidades brasileiras, visando à aceleração de integração universidade-comunidade.

⑩ Informática. Será implementada uma Política Nacional de Informática - PNI - visando integrar esforços nas áreas industrial, de educação e de treinamento, para utilização, particularmente, pelos vários Setores da Administração Pública Federal. Buscar-se-á, principalmente:

① estimular o desenvolvimento industrial específico do setor de eletrônica digital, em função dos objetivos nacionais de desenvolvimento;

② formar pessoal qualificado em quantidades compatíveis com as necessidades dos subsetores;

③ criar um mecanismo institucional adequado para atuar como suporte técnico de alto nível para as decisões da PNI;

④ promover a coordenação de projetos de desenvolvimento tecnológico (hardware e software), a concentração de volume computacional para obtenção de economia de escala, além do compartilhamento e remanejamento de sistemas entre organismos afins.

⑪ Fortalecimento Empresarial. O fortalecimento econômico da empresa nacional e o crescente aperfeiçoamento de seus quadros executivos, constituem preocupação básica do Governo Federal, como fatores de promoção do desenvolvimento, que desenvolverá, entre outras, as seguintes medidas:

① Programa de Assistência à Pequena e Média Empresa, objetivando fortalecer economicamente e modernizar administrativamente as pequenas e médias empresas através, especialmente, do crédito orientado, mediante criação de mecanismos que assegurem a essas empresas oportunidades de participação do mercado financeiro, e do treinamento gerencial, voltado para a adoção das modernas técnicas de gestão e controle;

② Programa de Treinamento de Executivos, visando a promover o crescente aperfeiçoamento de executivos de alto nível, tanto do setor privado, mediante ampliação de programas voltados para as áreas consideradas prioritárias ao desenvolvimento nacional, como do setor público, através do apoio a programas de qualificação de pessoal, especialmente nas empresas governamentais.

③ Mecanismos Especiais de Financiamento de Projetos Prioritários

rios. Dentre os recursos diretamente geridos pela Secretaria de Planejamento para fornecimento de apoio financeiro a projetos de alto conteúdo estratégico, destacam-se os atribuídos ao Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI e ao Fundo de Desenvolvimento de Áreas Estratégicas - FDAE. O FDPI, criado pelo Decreto nº 72 062, de 6 de abril de 1973, destina-se a apoiar financeiramente o desenvolvimento de programas integrados regionais e urbanos, a implantação de Distritos e Núcleos Industriais e outros tipos de programas integrados capazes de criar melhores condições para desempenho de atividades produtivas, ou capazes de melhorar as condições de vida nos centros urbanos. Estão programadas aplicações do Fundo no montante de Cr\$ 5 390,1 milhões. O FDAE, criado pelo Decreto-Lei nº 718, de 31 de julho de 1969, tem por finalidade prestar apoio financeiro a programas e projetos de alto interesse, inscritos em áreas estratégicas para o desenvolvimento nacional. A aplicação dos recursos do FDAE é feita em parte através de repasses a outros fundos e instituições, que canalizam os recursos recebidos para iniciativas específicas e, diretamente, pela Secretaria de Planejamento em programas e projetos de sua responsabilidade precípua. Está estimada em Cr\$ 3 782,9 milhões a parcela do FDAE gerida pela Secretaria de Planejamento, seja para financiamento de seus próprios programas, seja para posterior aplicação no financiamento de projetos, de responsabilidade de outros órgãos, que venham a ser considerados merecedores do apoio do Fundo.

④ Consolidação da Capital Federal. Para definitiva consolidação da Capital Federal terão continuidade os trabalhos que vêm sendo desenvolvidos sob coordenação da Secretaria de Planejamento, através do Grupo Executivo da Mudança para Brasília - GEMUD, consistentes na implantação do Plano de Transferência de Servidores e nos programas de construção de edifícios públicos e de residências. O dispêndio à conta do Plano de Transferência de Servidores foi estimado em Cr\$ 106,1 milhões, enquanto que para construção de sedes e residências está programado o desembolso de recursos no valor de Cr\$ 3 649,5 milhões.

⑤ FAZENDA

⑥ Modernização e Aumento da Produtividade do Sistema de Fiscalização e de Arrecadação. Este plano tornou-se possível graças às transformações qualitativas por que passou a Administração Fiscal da União, tanto internamente como em suas relações com o contribuinte e demais agentes do univer

verso fiscal. Como instrumento da Política Setorial, na área Fiscal, prevêem-se as seguintes realizações:

② conclusão do prédio onde ficará sediada a Escola de Administração Fazendária e a aquisição dos equipamentos necessários ao seu funcionamento, através de convênio firmado com a República Federal Alemã, país onde vêm sendo treinados os instrutores dos diversos cursos previstos na sua programação;

③ construção de prédios fazendários nas fronteiras, em especial as do sul, prevendo-se também instalações nas zonas fronteiriças do Centro Oeste e do Norte, com o objetivo de melhorar não apenas as condições de fiscalização, mas também no sentido de oferecer uma melhor imagem a todas as pessoas que ingressem no País;

④ prosseguimento da construção de edifícios-sede da Fazenda nas capitais dos Estados com o objetivo de unificar os órgãos Fazendários ali sediados, facilitando tanto as tarefas dos funcionários fazendários como dos contribuintes em geral;

⑤ construção do Palácio da Fazenda em Brasília.

Destacam-se, ainda, os trabalhos de Assistência Técnica aos Estados e Municípios na área fiscal e financeira, tendo sido assinados convênios, até o momento, com 14 Estados da Federação. Esta assistência consiste principalmente no aperfeiçoamento do sistema de lançamento e arrecadação dos tributos estaduais. Convém ressaltar que a Assistência Técnica não se restringe só a essa tarefa, uma vez que para aprimorá-la, surgem exigências relacionadas com a estrutura e organização dos órgãos fazendários estaduais e municipais, o equacionamento dos seus recursos humanos, o reequipamento material, o acompanhamento e controle dos atos financeiros e orçamentários e as adaptações legais que regem estas áreas. Por último, dentro da Modernização do Sistema de Arrecadação e Fiscalização, estão previstos dispêndios com processamento de dados, particularmente na área da Secretaria da Receita Federal, relativos ao processamento de declarações de pessoas físicas e jurídicas, arrecadação do Imposto sobre Produtos Industrializados e Impostos Aduaneiros, controle da rede bancária arrecadadora e produção de dados e informações econômico-fiscais, como subsídio para a formulação da Política Tributária Nacional. Tais tarefas serão desempenhadas pelo Serviço Federal de Processamento de Dados mediante ajuste anual com a Secretaria da Receita Federal.

⑦ Expansão do Parque Fabril da Casa da Moeda. Considerando o empenho do Governo na Política de Saneamento do meio circulante, torna-se necessário aparelhar o parque fabril da Casa da Moeda visando criar condições adequadas para o atendimento da demanda de cédulas e moedas requeridas pelo Banco Central do Brasil, bem como da produção de selos postais e fiscais para suprimento da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos e atendimento de exigências da Secretaria da Receita Federal. A expansão do parque fabril e a introdução de modernas técnicas de fabricação permitirá economia de divisas despendidas na importação de cédulas, e melhoria das condições de segurança.

⑧ Reequipamento, Modernização e Ampliação da TV-Rádio Nacional - Brasília. Este projeto destaca-se pela sua importância no campo das comunicações. Estão assim previstos os Sistemas de Alta Potência cobrindo parte da Amazônia, toda a América Latina, África e partes dos Estados Unidos, Canadá, Europa, Japão, Austrália e Índia e o Sistema Internacional, com operação em transmissores de ondas curtas, cobrindo também vasta região do Globo, em condições de promover e divulgar o Brasil em línguas estrangeiras.

⑨ Fomento à Política de Aumento de Produtividade da Economia. O Fundo de Financiamento à Exportação (FINEX), vem efetuando diversificadas aplicações, mercê da ampla assistência que se proporciona aos exportadores, quer na promoção de suas mercadorias, quer no apoio à comercialização externa e, principalmente, na produção e na própria venda aos mercados externos. Ressaltam-se ainda:

● o ressarcimento de tributos e prêmios para o desenvolvimento do programa de exportação de navios e embarcações;

● financiamento e pré-financiamento à exportação; financiamento a produtos cuja exportação exija esquemas especiais de apoio à comercialização; financiamento à entrepostagem de manufaturados para exportação; e financiamento a projetos técnicos e de engenharia.

3

PROGRAMAÇÃO REGIONAL

1

DESENVOLVIMENTO REGIONAL

1

A Política de Desenvolvimento Regional

ESTRATÉGIA REGIONAL

O Brasil continuará a executar, nos próximos anos, a política de integração nacional, que se consubstancia no esforço concentrado em favor do desenvolvimento do Nordeste e na ocupação econômica na Amazônia e Centro-Oeste.

A política de integração nacional viabilizou, nos últimos anos, a transferência, para o Nordeste e para a Amazônia, de grande volume de recursos, seja diretamente, através do Governo Federal, seja indiretamente, através do mecanismo de incentivos fiscais e financeiros, orientados para o desenvolvimento de atividades produtivas, de responsabilidade da iniciativa privada. Esses recursos possibilitaram:

- o fortalecimento da infra-estrutura de transportes, energia, comunicações, saneamento e habitação e a diversificação e ampliação da base industrial e agrícola do Nordeste, de modo a assegurar ritmo de crescimento econômico compatível com o verificado para o País como um todo;

● a construção dos grandes eixos rodoviários de penetração amazônica e da infra-estrutura de energia e comunicações, que permitem a intensificação do processo de sua ocupação efetiva pelas atividades produtivas, de modo a integrá-la progressivamente à economia nacional e a tirar proveito de suas grandes potencialidades nacionais.

A continuidade desse esforço desenvolvimentista deverá, portanto, consolidar o que já foi ali executado, partindo, ademais, para novos objetivos de integração dinâmica dessas regiões com o resto do País e para a capitalização da complementaridade inter-regional, no que diz respeito à dotação relativa dos fatores produtivos e às vantagens comparativas existentes.

Nesse contexto, a política de desenvolvimento regional concebida para o próximo quinquênio, atenta para as características geo-políticas do grande espaço brasileiro e para a nova etapa do processo de integração nacional, deverá perseguir os seguintes objetivos:

① Compatibilização do crescimento global da economia com a correção progressiva das desigualdades inter e intra-regionais de níveis de renda, particularmente no caso do Nordeste.

② Ocupação produtiva do grande espaço interior, no Centro-Oeste e na Amazônia.

③ Estímulo ao desenvolvimento de sub-regiões que apresentam escasso dinamismo econômico, a despeito de encontrarem-se encravadas nas regiões de maiores níveis de desenvolvimento.

④ Integração crescente entre as diversas regiões geo-econômicas brasileiras, pelo estímulo ao estreitamento de suas relações econômicas e à especialização produtiva, de que resulte divisão de trabalho adequado às peculiaridades regionais e às suas aspirações de desenvolvimento setorial harmonizado.

⑤ Ação concentrada em áreas selecionadas através de programas especiais regionais ou setoriais, de modo a intensificar e racionalizar as atividades produtivas, com amplo aproveitamento dos recursos potenciais existentes (florestais, minerais, pecuários, etc.).

A complexidade crescente no processo do desenvolvimento regionalmente equilibrado no Brasil decorre, de uma parte, do acelerado ritmo de crescimento e de transformação por que passa o País, e, de outra, da intensificação das relações econômico-sociais que se estabelecem entre as regiões, em virtude da diversificação econômica e da expansão da fronteira produtiva. Os altos índices de crescimento global exigem, das regiões menos desenvolvidas, esforço de formação de capital que lhes possibilite alcançar taxas de elevação do produto regional superiores às nacionais. As interligações inter-regionais e a redução dos custos da distância determinam orientação seletiva e criteriosa dos investimentos produtivos, que lhes assegure competitividade a nível regional e nacional. Impõem-se, portanto, novas formas de atuação programada, seja quanto aos investimentos governamentais em infra-estrutura e na valorização dos recursos humanos, seja na concepção e aperfeiçoamento dos mecanismos de indução às decisões empresariais. Cabe considerar, também, as peculiaridades de cada região e a diversidade sub-regional, estimulando-se a descentralização executiva, tanto através dos organismos regionais de desenvolvimento como pelo apoio aos programas estaduais e municipais. O acompanhamento permanente da atuação governamental prioritária no campo do desenvolvimento regional, a avaliação sistemática das políticas, estratégias e instrumentos de execução, deverão conferir flexibilidade, dinamismo e objetividade à política regional de desenvolvimento.

❶ NORDESTE

A redução das desigualdades de níveis de renda entre o Nordeste e o resto do País, a progressiva eliminação da pobreza e a melhoria do bem-estar, no meio urbano e no campo, e a participação ativa no processo de integração nacional e de transformação social, são os principais objetivos da política de desenvolvimento a ser executada no Nordeste, principalmente através da SUDENE. Esses objetivos deverão ser alcançados:

❶ Pela aceleração da formação bruta de capital na região, tanto através da expansão dos investimentos públicos (que deverão responder por mais de 40% da formação bruta de capital regional), como através do estímulo às inversões privadas.

❷ Pela elevação da produtividade do investimento, a obter-se, inclusive, por sua reorientação para atividades que apresentam relações produto-capital mais elevadas.

④ Pelo melhor desempenho da agropecuária, que deverá crescer entre 6 a 7% ao ano e pelo fortalecimento e expansão acelerada das atividades industriais.

Para que se atinjam esses objetivos de crescimento, a atuação governamental no Nordeste deverá orientar-se:

④ Por política tributária que atue com progressividade, no que diz respeito às disparidades inter-regionais entre o Nordeste e as regiões mais desenvolvidas do País.

④ Por política de dispêndio público que opere transferências significativas de recursos do resto do País para o Nordeste. Isto será obtido através de dispêndios públicos federais diretos superiores às receitas da União arrecadadas regionalmente, valendo destacar que somente o esforço de formação de capital, pela administração federal (inclusive empresas governamentais), na região, deverá ser superior à receita tributária - direta e indireta - federal.

④ Através das transferências institucionais de recursos da União para os Estados e Municípios, enfatizando-se o caráter redistributivo dos Fundos de Participação e do Fundo Especial.

④ Através da manutenção e aperfeiçoamento dos mecanismos de estímulo fiscal e financeiro às atividades produtivas, concebidos como instrumentos de transferência de poupanças, de expansão industrial e agrícola, de modernização do sistema produtivo e de renovação empresarial.

④ Através do apoio financeiro oficial federal ao setor privado e aos governos e empresas estaduais e municipais.

④ Pela complementação e melhoria da rede de transportes inter - e intra-regional, com ênfase na ferroviária, do sistema de telecomunicações e pela ampliação da oferta de energia.

④ Através de programa de desenvolvimento urbano orientado para a melhoria da infra-estrutura de serviços e o reforço às atividades produtivas das metrópoles regionais (Recife, Salvador e Fortaleza), demais Capitais dos Estados e núcleos urbanos de menor porte, polarizadores das atividades agropecuárias e agro-industriais.

● Pelo tratamento prioritário de sub-regiões de menor grau de desenvolvimento relativo ou de grandes potencialidades de ocupação produtiva.

O ritmo de crescimento, mais intenso que o programado para o País, previsto para o Nordeste nos próximos anos, deverá comandar grande desenvolvimento da agropecuária, de modo a caracterizar uma verdadeira revolução na estratégia, objetivos e tecnologia setoriais.

A estratégia agrícola concebida para viabilizar essa expansão e as transformações estruturais decorrentes envolvem a reorganização e modernização do sistema de produção, através do aproveitamento racional das áreas propícias à agricultura (manchas férteis em serras e vales úmidos), do incremento das culturas xerófilas nas zonas semi-áridas, da utilização produtiva dos tabuleiros costeiros e de grande número de projetos de irrigação e de colonização. Todo esse esforço deverá comportar atuação integrada dos diversos organismos governamentais e da iniciativa privada, possibilitando o necessário apoio de infra-estrutura, da extensão rural e do crédito orientado, além do incentivo a projetos agro-industriais, mormente no caso de culturas nas quais o Nordeste detém nítidas vantagens comparativas ou edafo-climáticas e amplas possibilidades da exportação.

O desenvolvimento da industrialização do Nordeste, de outra parte, apoiado na ação da SUDENE e na manutenção e aprimoramento dos poderosos mecanismos fiscais e financeiros que administra, deverá permitir a consolidação, na região, de vigoroso pólo manufatureiro e a manutenção das altas taxas de crescimento setorial verificadas nos últimos anos.

● AMAZÔNIA

A política de desenvolvimento regional para a Amazônia deverá permitir que, ao final da década, consolide-se, irreversivelmente, o processo de sua integração produtiva à economia nacional. A estratégia para o grande esforço brasileiro de ocupação amazônica, no próximo quinquênio, deverá considerar:

● A dimensão continental do espaço amazônico e o atual conhecimento das grandes potencialidades de desenvolvimento de algumas de suas sub-regiões que permite processo de ocupação mais ordenado e seletivo, concentrado em áreas prioritárias, nucleadoras de colonização e do desenvolvimento.

④ Os resultados dos grandes investimentos realizados nos últimos anos, particularmente através do PIN, de que resultaram a implantação de grandes eixos de penetração rodoviária, a revitalização da navegação fluvial, o aumento da oferta de energia aos núcleos urbanos de maior porte, a introdução de moderno sistema de comunicações, a prospecção dos recursos naturais, a colonização oficial e a implantação de projetos industriais, agroindustriais e agropecuários privados, através do estímulo dos mecanismos fiscais e financeiros.

⑤ A complementaridade inter-regional da dotação de fatores produtivos, existente entre a Amazônia e o Nordeste, bem como as vantagens comparativas decorrentes da grande variedade de recursos naturais - minerais, florestais, pesqueiros e de solo e água.

⑥ A capitalização do grande espaço amazônico como fator que possibilitará ao desenvolvimento brasileiro, nas próximas décadas, expansão e crescimento em parte viabilizados pela incorporação de novas regiões e recursos naturais.

⑦ A preservação do patrimônio natural da Amazônia, através de processo de colonização que o resguarde da devastação e do caráter predatório da ocupação desordenada.

⑧ OUTRAS REGIÕES

A política de desenvolvimento regional para as outras regiões brasileiras orientar-se-á para a promoção de sub-regiões e áreas selecionadas, seja em função de suas potencialidades para a expansão ordenada da fronteira produtiva, seja em decorrência de tendência à estagnação relativa com relação ao dinamismo da macro-região que as envolve, ou ainda tendo em vista a importância estratégica que assumem no quadro geo-político do País.

Trata-se de abordagem relativa ao desenvolvimento regional, no Centro-Oeste (através da SUDECO), no Sul (SUDESUL) e no crescimento autônomo e de grande dinamismo não justificando o tratamento prioritário e diferenciado que continuarão a merecer o Nordeste e a Amazônia.

2

Denvolvimento do Nordeste

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A estratégia de desenvolvimento do Nordeste apoia-se no conjunto de instrumentos de ação de que dispõe o Governo Federal para a programação de crescimento econômico e da transformação social e orienta-se no sentido de alcançar os seguintes objetivos:

- ⑤ maior integração do Nordeste no processo de desenvolvimento do País;
- ⑥ melhoria dos níveis de renda e bem-estar da população;
- ⑦ redução das disparidades inter e intra-regionais de renda,

● A INTEGRAÇÃO DO NORDESTE AO PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO

O inter-relacionamento do Nordeste com as demais regiões do País deverá conferir maior dinamismo a sua economia, mediante o aproveitamento das vantagens comparativas e da ampliação das oportunidades que assegurem complementaridade entre as economias regionais.

A política de integração propõe-se a tirar proveito da dimensão continental do País, expandindo sua fronteira econômica, pela ampliação do mercado interno e pela progressiva descentralização da produção nacional.

O Nordeste, pela posição estratégica que ocupa, em vista de sua proximidade com a Amazônia e aos mercados externos, pela sua importância territorial e demográfica - quase um quinto do espaço nacional e um terço da população brasileira - pelos recursos e potencialidades disponíveis, apresenta os requisitos indispensáveis para uma integração mais ativa no atual estágio de desenvolvimento nacional.

Nesse sentido, cabe à região contribuir para a desconcentração do processo de industrialização nacional, permitindo o aproveitamento de recursos econômicos e humanos, ainda não plenamente utilizados.

Pode contribuir, por outro lado, com parcela ponderável no esforço de ampliação das exportações de produtos agropecuários, agro-industriais e manufaturados, contando para tanto com a sua vocação de região tradicionalmente exportadora. Do mesmo modo, apresenta o Nordeste condições favoráveis para reduzir a dependência nacional a determinados insumos estratégicos ao crescimento econômico.

A consecução do objetivo de integrar efetivamente o Nordeste, requer o fortalecimento das interligações de transportes e comunicações, a promoção de fluxos migratórios e o fomento do intercâmbio cultural e turístico com as outras regiões, assim como a intensificação do comércio inter-regional.



MELHORIA DOS NÍVEIS DE RENDA E BEM-ESTAR DA POPULAÇÃO

A redução das disparidades inter-regionais, apoiadas no crescimento econômico acelerado, não deverá comprometer a ampla disseminação dos resultados do progresso econômico a todas as classes sociais do País. No Nordeste, particularmente, onde as condições sociais são mais precárias, serão enfatizadas ações relacionadas à valorização dos recursos humanos, principalmente no que se refere à política de emprego, educação e treinamento, saúde e nutrição, saneamento e habitação.

A execução de política de expansão das oportunidades de emprego objetiva a obtenção de taxas anuais de crescimento acima dos 4,5%. De outro lado, a expansão da demanda por emprego seria de cerca de 2,5% ao ano para as atividades primárias e de 6,0% para as secundárias.

A realização desses objetivos ensejará a criação de mais de 2 milhões de novos empregos no quinquênio (30% dos previstos para o País), que excederiam em cerca de 500 a 600 mil o crescimento da mão-de-obra que afluirá ao mercado de trabalho, permitindo significativa redução do subemprego, sobretudo no meio rural.

Nesse contexto, a população economicamente ativa deverá atingir os 11 milhões em 1979 (29% da do País), dos quais cerca de 47% no meio urbano (contra 42% em 1974) e 14% (12% em 1974) nas atividades secundárias.

No que tange à melhoria das condições de vida da população, devem ainda merecer especial destaque as ações relativas a preservação, conservação e correção das condições do meio-ambiente, sobretudo nas áreas urbanas.



REDUÇÃO DAS DISPARIDADES INTER E INTRA-REGIONAIS DA RENDA

A redução das disparidades de renda entre o Nordeste e o resto do País deverá resultar de crescimento da renda regional a taxas médias anuais superiores às nacionais.

Essa meta deverá exigir um esforço de formação bruta de capital de aproximadamente 180 bilhões de cruzeiros no período de execução do II PND e taxas de crescimento de produtos setoriais da ordem de 6% a 7% para a agropecuária e em torno de 15% para a indústria regional, a par da elevação da relação marginal produto-capital e do coeficiente de investimento regional.

As metas de crescimento para o produto agropecuário pressupõem uma evolução de 6,6% da pecuária, dos quais 6,1% para a oferta de produtos a atribuindo-se o restante ao crescimento dos rebanhos - e de 6,1% para as lavouras.

O crescimento programado para o setor agropecuário deverá permitir, além da redução do subemprego rural, uma ampliação de 5% ao ano da área cultivada, seja através da expansão da fronteira agrícola (Maranhão, Piauí, Bahia), ou da intensificação do uso da terra em sub-regiões de ocupação consolidada. O uso de defensivos e fertilizantes deverá expandir-se à razão de 10% ao ano e o capital, medido pela mecanização e disponibilidade de implementos agrícolas, à razão de 15%.

Diante do atual estágio do desenvolvimento agrícola da região, considera-se viável a intensificação do uso de defensivos, fertilizantes e de capital, a níveis superiores aos do País com um todo, sobretudo em função da maior ênfase aos incentivos para a modernização da atividade agrícola.

Por outro lado, a oferta regional de mão-de-obra e terras agricultáveis não se apresenta como fator limitante. Com efeito, em anos recentes a área cultivada no Nordeste cresceu a uma taxa média anual de 5,0%; a oferta de mão-de-obra tem evoluído à taxa de 2,2% a.a. Entretanto, dado o elevado nível de subemprego, é inteiramente viável atingir-se o incremento previsto para o emprego rural.

Para que se alcance o objetivo de crescimento regional superior ao previsto para a economia nacional como um todo, as atividades secundárias no Nordeste, particularmente a indústria de transformação, deverão crescer à razão dos 15% anuais. Essa expansão deverá firmar-se na base industrial existente, que sofreu acelerado processo de transformação estrutural e de diversificação produtiva, e orientar-se por uma clara definição de prioridades setoriais para investimentos, consistente com as vantagens comparativas regionais e os custos de oportunidade dos fatores produtivos.

A regionalização da oferta de matérias-primas e insumos básicos industriais será perseguida dentro de critérios de racionalidade e eficiência, devendo-se enfatizar a formação de complexos industriais, envolvendo conjuntos de empresas tecnologicamente interdependentes e políticas de localização que maximizem as economias de aglomeração, sem prejuízo do fortalecimento de pólos industriais espacialmente disseminados, especializados em atividades manufatureiras complementares e inter-relacionadas. A absorção de mão-de-obra pela indústria deverá ser incrementada sem prejuízo da competitividade empresarial e da adoção de modernas tecnologias de produção, estimulando-se o uso de trabalho através da redução dos encargos sociais enfrentados pelas empresas e de programas de treinamento e qualificação.

O aumento da relação marginal produto-capital está vinculado, no caso nordestino, à mudança no perfil da formação de capital, uma vez que, no período 1965-1971, o setor serviços absorveu, em média 51,6% do total de recursos, destinados a investimentos no sistema econômico regional. Assim, será enfatizada a reorientação dos investimentos para setores capazes de fornecer resposta mais rápida em termos de incremento do produto. A melhoria da produtividade do capital dependerá, outrossim, da generalização do uso de insumos modernos, práticas racionais e disseminação de sementes geneticamente melhoradas, sendo tais medidas capazes de aumentar consideravelmente a produtividade do setor agrícola sem que sejam necessários grandes investimentos adicionais.

O aumento do coeficiente de investimentos deverá resultar da ampliação das transferências para a Região, e do aperfeiçoamento dos instrumentos governamentais, dentre esses o PIN, o PROTERRA, os programas de desenvolvimento rural integrado e de agro-indústrias e os projetos especiais de apoio aos Estados, fundos de financiamento e outros.



A EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA

A estratégia de desenvolvimento do Nordeste fundamenta-se na decidida concentração de esforços em setores e áreas capazes de conduzir rápida e seguramente ao pleno alcance dos grandes objetivos regionais.

O fortalecimento do parque industrial nordestino, as novas perspectivas para a agropecuária regional, a ampliação da oferta de serviços básicos e o apoio incisivo à capacitação de recursos humanos devem caracterizar esse esforço.

Desse modo, o grande objetivo de integração do Nordeste ao processo de desenvolvimento nacional será concretizado na medida em que se fortaleçam suas relações econômicas com as demais regiões do País. Para isso, considera-se estratégica a intensificação do aproveitamento dos recursos e potencialidades peculiares ao Nordeste, explorando-se, paralelamente, as possibilidades abertas em setores em que se dispõem de nítidas vantagens comparativas. Assim, é imprescindível à efetiva integração da região ao contexto do desenvolvimento brasileiro, a consolidação no Nordeste de um pólo de desenvolvimento industrial, através da instalação de complexos de alto poder germinativo - com ênfase nos setores químico, petroquímico e metal-mecânico - e uma estrutura

complementar, integrada à nacional. Dessa forma, a indústria nordestina será capaz de atender às necessidades da região e participar, significativamente, no esforço nacional de ampliação das exportações de manufaturados.

A fim de reduzir as disparidades inter-regionais de renda, o Nordeste deverá garantir expressivo dinamismo às atividades econômicas da Região, o que implica em ações estratégicas dirigidas no sentido de se promover a ampliação da capacidade produtiva e da eficiência do sistema econômico regional. A ampliação da capacidade produtiva exige, por sua vez, a realização de significativo esforço no sentido de se promover o incremento acelerado dos investimentos públicos e privados, sobretudo nos setores diretamente produtivos. A alocação desses investimentos deverá ser orientada para as atividades que permitam uma crescente integração inter-setorial do sistema produtivo e para as que intensifiquem o aproveitamento das potencialidades da região.

A garantia de um crescimento acelerado da economia regional implica, ainda, na reorganização e modernização da economia agrícola do Nordeste, que será promovida a partir da execução de amplos programas em áreas selecionadas com altas aptidões agrícolas. A ação nesse campo será assegurada por mecanismos e instrumentos a serem reforçados ou criados a fim de possibilitar a ampliação do mercado interno - garantia a mais para o êxito do processo de industrialização; o aproveitamento de grandes extensões de terras ociosas ou subutilizadas; a incorporação de grandes parcelas da população ao processo produtivo; a ampliação da oferta de matérias-primas agrícolas para a indústria e de produtos para atendimento da demanda do setor urbano.

O aumento indispensável da eficiência do sistema produtivo regional acarretará a necessidade de se promover a adaptação de tecnologias disponíveis às peculiaridades da Região, e implicará, sobretudo, no apoio à criação de tecnologia própria, pela concessão de tratamento prioritário ao desenvolvimento de atividades científicas e tecnológicas. Por outro lado, a ampliação da infra-estrutura econômica, a reestruturação dos serviços urbanos e a implementação de amplos programas de modernização administrativa são medidas indispensáveis à elevação da produtividade.

O objetivo regional de alcançar progressiva melhoria das condições de vida da população nordestina, coloca em destaque a necessidade de ampliação do emprego, a melhoria da distribuição intra-regional dos investimentos e a atenuação dos desníveis inter-setoriais de renda. O emprego rural será incrementado, sobretudo, através dos programas integrados de reestruturação

agrária, colonização e programas agro-industriais. Constitui igualmente preocupação fundamental a retenção da renda gerada no setor rural, pelo aperfeiçoamento dos serviços agrícolas, principalmente os de comercialização. A fim de promover crescente participação da população regional nos frutos de desenvolvimento, está prevista, para o quinquênio, a execução de programas especiais enfatizando: a educação e o treinamento profissional, a redução das taxas de analfabetismo; incisivas ações no campo da saúde pública e da nutrição (combate às enfermidades de incidência massiva - esquistossomose, doença de Chagas, tuberculose -, melhoria da nutrição das populações rurais e de pequenos núcleos urbanos), bem como realizações nas áreas de saneamento básico e habitação.

A preocupação de descentralizar o processo de desenvolvimento atende aos objetivos de reduzir os desníveis de toda ordem no espaço do Nordeste, ampliando o mercado interno e garantindo a auto-sustentação do processo de desenvolvimento.

Em razão disso, a seleção das regiões-programa deve basear-se na combinação dos princípios de consolidação e descentralização do processo de desenvolvimento regional.

Na aplicação dos princípios gerais de ação no espaço regional do Nordeste, e mais precisamente, na seleção de projetos, serão considerados alguns critérios básicos, intimamente relacionados aos objetivos regionais. Em primeiro lugar, serão consideradas as vantagens locais, de modo a garantir melhor alocação dos recursos. Em segundo, será assegurada a integração intersetorial das medidas adotadas, a partir dos elementos caracterizadores da sub-região. Finalmente, será considerado o grau de articulação da sub-região de intervenção com as áreas circundantes, objetivando a irradiação progressiva dos efeitos gerados pela concentração de investimentos em cada sub-região.

❶ Agricultura. A garantia de um crescimento acelerado da economia regional implica em maior participação do setor agropecuário na formação do produto, a qual será viabilizada através das seguintes ações estratégicas:

❷ implementação do Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE, envolvendo os tabuleiros costeiros do Rio Grande do Norte à Bahia, as serras úmidas, os vales irrigáveis, faixas de expansão da fronteira agrícola do Maranhão, Piauí e Bahia, e outras áreas;

- ① incremento das culturas xerófilas nas zonas semi-áridas e utilização produtiva dos tabuleiros costeiros;
- ② implementação de grande número de projetos de irrigação e de colonização;
- ③ atuação integrada dos diversos organismos governamentais e da iniciativa privada, possibilitando o necessário apoio de infraestrutura, de extensão rural e de crédito orientado;
- ④ promoção de projetos agro-industriais, mormente no caso de culturas nas quais o Nordeste detém nítidas vantagens comparativas e amplas possibilidades de exportação.

Os principais instrumentos de apoio para execução da estratégia agrícola serão os seguintes:

- ① irrigação, com vistas ao aproveitamento dos recursos de água e solos dos vales úmidos, prevendo-se a implantação de sistemas de irrigação e de lavouras irrigadas em 130 mil ha;
- ② colonização e reorganização agrária, através do PIN e do PROTERRA, a desenvolver-se nas áreas prioritárias para a reforma agrária nos Estados do Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Bahia, com assentamento de 13 300 famílias;
- ③ fortalecimento da pecuária, objetivando o aumento dos rebanhos e a elevação da produtividade nas propriedades rurais de médio e pequeno porte, em áreas selecionadas por sua capacidade de resposta à ação programada;
- ④ implantação de agro-indústrias, visando ao aproveitamento das potencialidades agropecuárias da região, através da identificação e promoção de oportunidades de investimentos empresariais privados e de mecanismos especiais de financiamento;
- ⑤ transformação da agricultura nas regiões semi-áridas, de modo a tornar a atividade produtiva adaptada às condições climáticas, através do desenvolvimento da tecnologia de cultivo e do manejo racional do solo e da água.

● Indústria. A consolidação, na região, de vigoroso pólo manufatureiro e manutenção das altas taxas de crescimento industrial, deverá firmar-se na base industrial existente e apoiar-se nas seguintes realizações:

● fortalecimento do Pólo Petroquímico do Nordeste e expansão das indústrias de álcalis, plásticos e fibras sintéticas, fertilizantes básicos e cimento;

● formação de complexo metal-mecânico e eletromecânico com base na expansão de siderurgia e das indústrias de metais não-ferrosos, de material elétrico e eletrônico;

● ampliação do parque têxtil e de confecções;

● consolidação do complexo

● programas de apoio às pequenas e médias empresas e das atividades de artesanato;

● promoção intensiva de exportações de manufaturados.

● Instrumentos Gerais de Apoio. Para a implementação da estratégia a ser executada no Nordeste, no período 1975-1979, uma variada gama de instrumentos deverá ser mobilizada, de maneira a propiciar o alcance dos grandes objetivos regionais. Dentre esses, destacam-se:

● a continuidade dos grandes programas especiais de desenvolvimento regional como o PIN e o PROTERRA;

● reforço de programas visando à valorização de recursos humanos nos campos da educação, emprego, saúde e nutrição;

● a complementação e melhoria da infra-estrutura e dos serviços urbanos básicos;

● o aprimoramento do mecanismo dos incentivos fiscais;

● a continuidade de esforços em favor de sub-áreas do Nordeste de menor desenvolvimento relativo, com o programa de apoio ao Maranhão, Piauí e Ceará;

① intensificação de pesquisas na área de recursos naturais e seleção de culturas em que o Nordeste apresenta vantagens comparativas;

② ênfase ao crédito orientado para o setor agrícola e industrial através dos bancos oficiais;

③ a consolidação da rede rodoviária, complementação do sistema de telecomunicações e ampliação das unidades básicas do sistema energético regional;

④ o reforço do Programa de Indústria Básicas/(PIB-NE) do BNDE, com vistas à consolidação do parque industrial da região.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

No Nordeste, as realizações programadas deverão propiciar as condições necessárias à consecução dos objetivos preconizados para o desenvolvimento da Região.

Os investimentos públicos em projetos prioritários, situam-se em torno de Cr\$ 43,8 bilhões.

O aporte de recursos a serem carreados para o Nordeste, à conta dos incentivos fiscais do sistema 34/18, que deverá atingir a Cr\$ 11,2 bilhões, representa o instrumento básico da política de industrialização da Região, além do crédito orientado dos bancos oficiais.

As transferências do Governo Federal aos Estados e Municípios, a serem realizadas através dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, e do Fundo Especial e Fundos vinculados deverão constituir forte apoio financeiro à economia da região (Cr\$ 24,8 bilhões).

A consolidação, no Nordeste, de um segundo pólo de desenvolvimento industrial, orientado principalmente para o aproveitamento das potencialidades regionais, será viabilizado através:

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1979.

● da implantação de indústrias de base na Região, tais como pólo petroquímico, complexo metalúrgico, indústrias de fertilizantes e de álcalis (Cr\$ 14,7 bilhões);

● da ampliação de indústrias de evidentes vantagens comparativas regionais, como têxtil, agroindústrias, mecânica-leve, eletromecânica, eletrônica, indústria de plásticos, fibras sintéticas e de cimento (Cr\$ 30 bilhões);

● dos programas de apoio logístico às indústrias da região, entre os quais promoção de exportações, promoção de projetos e de investimentos, reorganização de empresas industriais, assistência à pequena e média empresa e estudos e pesquisas tecnológicas (Cr\$ 12,0 bilhões).

No tocante à consolidação da infra-estrutura regional, estão programadas as seguintes realizações:

● pavimentação de aproximadamente 4 700 km de rodovias (Cr\$ 3 705 milhões);

● ampliação do sistema energético regional com a entrada em operação de cerca de 900 MW (Cr\$ 427,0 milhões);

● melhoria do sistema portuário, hidroviário e ferroviário (Cr\$ 3 491 milhões).

No que se refere ao setor agrícola, estão previstas as seguintes ações:

● operação de cerca de 130 mil hectares irrigados (Cr\$ 3 710 milhões);

● assentamento de 23 300 famílias (Cr\$ 505 milhões);

Implantação de grandes projetos de caráter integrado envolvendo o desenvolvimento rural, desenvolvimento em áreas prioritárias para a pecuária e transformação da economia da zona semi-árida, além da melhoria da infra-estrutura de comercialização, racionalização do sistema de prestação de serviços agrícolas e do incremento da pesquisa e experimentação agropecuária (Cr\$ 7,5 bilhões);

● implementação de programas de desenvolvimento social voltados para a política de emprego, a valorização dos recursos humanos, a integração social e desenvolvimento social urbano (Cr\$ 114 bilhões).

Ainda dentro da ação programada, ênfase especial deverá ser dada à capacitação e preservação dos recursos humanos e nas pesquisas sobre os recursos naturais do Nordeste (Cr\$ 981 milhões).

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

● PROGRAMAS INTEGRADOS

● Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE. O projeto tem como objetivo básico promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias de áreas prioritárias do Nordeste, visando à transformação progressiva da agropecuária tradicional da região em moderna economia de mercado. A seleção das áreas integradas, com sentido de pólos rurais de desenvolvimento, obedeceu, inicialmente, a critérios de natureza ecológica, que consideraram a dotação relativa de recursos de solo, água e clima, para, em seguida, avaliar as potencialidades de desenvolvimento rápido e efetivo, o estado e a importância das populações, o volume de investimentos públicos já realizados e a complementar. Procurou-se também assegurar que essas áreas integradas representem, em seu conjunto, as diversas situações ecológicas e demográficas, bem como graus diferenciados das condições de infra-estrutura econômico-social. Em cada um dos pólos selecionados será executado plano integrado de desenvolvimento. Tais planos compreendem, de um lado, os projetos básicos, visando à produção agropecuária, de caráter renovador, a serem implementados pela iniciativa privada. Por outro lado, o Governo realizará esforço concentrado através de ação simultânea nos setores de estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem, pesquisa e experimentação, extensão rural e crédito rural orientado (Cr\$ 5 bilhões).

As áreas integradas preliminarmente selecionadas com vistas à execução do POLONORDESTE são as seguintes:

● Áreas dos Vales Úmidos, compreendendo porções do Vale do rio Parnaíba (o Delta do Parnaíba, no estado do Piauí), vales do Nordeste Oriental (vales do Jaguaribe, no Estado do Ceará e Apodi, Piranhas-Açu e Ceará-Mirim, no Estado do Rio Grande do Norte), e porções do vale do rio São Francisco (vale do Moxotó, no Estado de Pernambuco, Área de Petrolina-Juazeiro, nos Estados de Pernambuco e Bahia, vales dos rios Grande e Corrente, no Estado da Bahia, e Área do Jaíba, no Estado de Minas Gerais);

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

- Áreas das Serras Úmidas, correspondendo às Serras da Ibiapaba e Baturité, no Estado do Ceará, Araripe, nos Estados do Ceará e Pernambuco, Martins, no Estado do Rio Grande do Norte, do Teixeira e do Brejo, no Estado da Paraíba, e do Triunfo, no Estado de Pernambuco;

- Áreas de Agricultura Seca, compreendendo a Área do Sertão Cearense, a Área do Seridó (parte dos Estados do Rio Grande do Norte e Paraíba), e a Área de Irecê (no Estado da Bahia);

- Áreas dos Tabuleiros Costeiros, estendendo-se, pela faixa litorânea, a partir do Estado do Rio Grande do Norte até o sul do Estado da Bahia;

- Áreas da Pré-Amazônia, compreendendo áreas localizadas a Oeste do Estado do Maranhão.

● Programa de Desenvolvimento da Agro-Indústria do Nordeste.

O objetivo básico do projeto é a maior diversificação e interiorização do processo de industrialização do Nordeste, intensificando a utilização da produção agrícola regional. Dessa forma, através de agro-indústrias, será aproveitada a disponibilidade de matérias-primas agropecuárias e mão-de-obra relativamente barata do interior nordestino, o que confere à Região vantagens comparativas em alguns produtos alimentares. Estudos já elaborados identificaram preliminarmente, como passíveis de imediata execução no Nordeste, pelo setor privado, os seguintes projetos:

- três projetos destinados à produção de compotas e sucos de abacaxi, caju e Maracujá, sendo que 45% da produção prevista deverá ser exportada (Cr\$ 120 milhões);

- dois projetos visando à industrialização de concentrado e purê de tomate, destinando-se 20% ao mercado externo (Cr\$ 40 milhões);

- dois projetos, a serem localizados no Estado da Bahia, com vistas à pelotização da mandioca; os projetos deverão produzir 80 mil t/ano de pelotas destinadas inteiramente à Comunidade Econômica Europeia (Cr\$ 90 milhões);

- dois projetos agrícolas visando à produção de 18 mil t/ano de castanhas de caju, a serem localizados nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte (Cr\$ 10 milhões);

● três projetos destinados à exploração da mamona, a serem localizados nos Estados do Ceará e da Bahia (Cr\$ 33 milhões);

● cinco projetos agrícolas destinados à exploração integrada do algodão, três dos quais a serem localizados nos Estados do Ceará e do Rio Grande do Norte, ocupando área de 36 mil ha (algodão arbóreo); os outros dois serão localizados nos Estados de Pernambuco e da Bahia (algodão herbáceo), com área cultivada de 13 mil ha (Cr\$ 93 milhões).

Além das oportunidades mencionadas com base nos estudos realizados, concluiu-se pela viabilidade de se implantar na região mineira, compreendida na área da SUDENE projeto destinado à produção de alimentos congelados (carne: 20 mil t/ano; suco concentrado de laranja: 10 mil t/ano e hortaliças supergeladas: 10 mil t/ano) (Cr\$ 123 milhões). A implantação pela iniciativa privada de todos os projetos mencionados implicará em investimentos no valor de Cr\$ 517 milhões, gerando 22 500 novos empregos diretos.

● Irrigação. O projeto visa, basicamente, ao aproveitamento dos recursos de água e solos irrigáveis, à elevação da resistência das atividades econômicas aos efeitos das secas; à melhoria dos padrões tecnológicos das explorações agropecuárias; à racionalização dos processos de produção e comercialização de produtos agropecuários e ao aumento da oferta de alimentos e matérias-primas agrícolas. A par de suas características de integração envolverá, além dos sistemas de irrigação, a montagem de uma completa infraestrutura de serviços de desenvolvimento e implantação de agro-indústrias, num esforço conjunto visando à melhoria dos padrões de vida dos rurícolas. Prevê-se para o período um acréscimo de 65 mil hectares com estudos de viabilidade, 148 mil hectares com projetos executivos, 130 mil hectares implantados e 120 mil hectares em operação, o que vem a representar um assentamento de cerca de 27 mil famílias de irrigantes. Participarão do projeto a SUDENE, DNOCS, CODEVASF, EMBRAPA, ENB e Banco do Brasil (Cr\$ 2 379 milhões).

● Colonização e Reorganização Agrária. O objetivo básico do projeto é disciplinar a melhor utilização e posse da terra, através do redimensionamento das propriedades, em termos de unidade produtiva e, de forma mais ampla, a reorganização agrária. No que diz respeito especificamente à colonização, o projeto prevê a expansão ordenada da fronteira regional para áreas dos Estados do Maranhão e Bahia e a ocupação mais racional dos núcleos de colonização existentes no Nordeste e que ainda possuem potencial para absorção de novos colonos. As ações previstas serão localizadas em áreas do

Projeto do Alto Turí, prevendo-se o assentamento de 5 000 famílias. Em outras áreas, a colonização se dirigirá especialmente para a consolidação de núcleos existentes, tendo-se como meta o assentamento de 18 000 famílias. No que diz respeito à reorganização agrária o projeto visa: ampliar o mercado interno, com o aproveitamento de grandes extensões de terras ociosas ou subutilizadas; incorporar ao processo produtivo grandes parcelas de mão-de-obra rural; aumentar a oferta de matérias-primas agrícolas para a indústria nacional e para o mercado externo, e de produtos para atendimento da demanda nas áreas urbanas. As ações previstas serão localizadas no Maranhão, compreendendo municípios ao Norte do Estado, em Pernambuco - Litoral, Mata e Agreste; na Paraíba - Litoral, Mata, Agreste, Caatinga Litorânea, Brejo e Borborema Oriental; em Alagoas - Mata e Baixo São Francisco; no Ceará - Regiões Homogêneas III e IV; e na Bahia - área do Recôncavo, tendo como meta o assentamento de 14 000 famílias. O projeto, em seu conjunto, assentará 37 000 famílias (Cr\$ 433,3 milhões).

④ Desenvolvimento Integrado em Áreas Prioritárias Para Pecuária. O objetivo básico do projeto é a obtenção de maior integração das ações já realizadas na forma de assistência à pecuária e obtenção de resposta mais rápida aos investimentos alocados em áreas de vocação para pecuária de corte, localizadas nas zonas fisiográficas de Carnaubeira, do Baixo e Médio Parnaíba e Ibiapaba, no Piauí, nas de Itapecuru e Mearim, no Maranhão, e da pecuária de leite, nas bacias leiteiras de Pernambuco e Alagoas. O projeto abrangerá uma área de 1 350 mil hectares e atenderá diretamente propriedades menores de 500 hectares. Estarão envolvidos no projeto o Ministério da Agricultura (CONDEPE), SUDENE, Governos Estaduais, ANCAR's e Banco do Nordeste (Cr\$ 280,5 milhões).

④ Transformação e Fortalecimento da Economia da Zona Semi-Árida. O projeto propõe-se a melhorar o desempenho da economia da zona semi-árida, de forma a que suas atividades produtivas sejam menos vulneráveis aos efeitos climáticos e não comprometam periodicamente o ritmo de crescimento da economia da região. Objetivando resultados de curto prazo, serão tomadas medidas visando: à ampliação da infra-estrutura econômica; ao aumento do estoque e aproveitamento da água da superfície, bem como a ampliação e disponibilidade de água pela perfuração de cerca de 600 poços tubulares; à preservação do solo e dos pastos e à elevação do nível tecnológico das práticas de cultura seca. Participarão do projeto a SUDENE, EMBRAPA, CNPq, ENB (FUNDECI), Estados e Institutos de Pesquisas (Cr\$ 165,0 milhões).

● AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

● Modernização e Ampliação do Sistema Regional de Pesquisa e Experimentação. O projeto tem por objetivo básico a aceleração da transformação tecnológica da agropecuária regional. Visa dessa forma, ao aumento dos níveis da produtividade e eficiência das explorações agropecuárias, através da identificação de novas técnicas de produção e de melhoramento genético nas principais atividades agropecuárias existentes, bem como daquelas que apresentam elevado potencial, consideradas as vantagens locacionais da Região. Será procedida a reestruturação e modernização dos organismos de pesquisa e um amplo conjunto de pesquisas aplicadas será executado, sob a forma de pacotes tecnológicos, ensejando a melhoria dos padrões de eficiência das explorações agropecuárias regionais. Participarão do projeto a EMBRAPA, SUDENE, EMB/FUNDECI, DNOCS, CEPLAC, CODEVASF, instituto de pesquisas, estaduais e regionais, CNPq, BNDE, IAA e IBC (Cr\$ 248,3 milhões).

● Melhoria da Infra-Estrutura da Comercialização

Centrais de Abastecimento. O objetivo básico do projeto é a expansão e complementação do sistema existente a nível regional, através da construção de três Centrais de Abastecimento nas Capitais do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, tendo em vista que esse sistema constitui um forte instrumento para a racionalização dos processos de comercialização agrícola e de abastecimento das grandes cidades. Participam do projeto a COBAL, SUDENE, Governos Estaduais, Centrais de Abastecimento e Bancos Oficiais (Cr\$ 64,8 milhões).

● Mercados Expedidores Rurais. O projeto tem como escopo principal, assegurar aos produtores rurais e cooperativas, tanto na zona de produção como na de convergência, o fluxo e o contato mais direto com os centros de produção e de consumo. Torna-se necessária a montagem da infraestrutura física mínima adequada nos mercados expedidores rurais para seus produtos, dotada de um centro de informações atualizadas a respeito do comportamento dos preços e da procura nos centros consumidores, aumentando assim o poder de barganha junto aos agentes compradores. Pretende-se implantar, no período 1975-1979, 19 mercados em toda a região, inclusive na área mineira de atuação da SUDENE. Participarão do projeto a SUDENE, COBAL, Secretaria de Agricultura, Centrais de Abastecimento e Bancos Oficiais (Cr\$ 14,0 milhões).

④ Rede de Armazenagem. O projeto tem como objetivo básico a modernização e ampliação das unidades existentes e a elaboração de estudos de viabilidade, visando à construção de novos armazéns, principalmente em determinadas zonas produtoras, como é o caso dos centros produtores de feijão e arroz, onde há escassez e deficiência de armazéns para apoio aos programas de produção e de comercialização. Dessa forma, procurar-se-á modificar a situação vigente, onde o sistema permite ao produtor preços vantajosos apenas nas safras em que há escassez de produtos, o que não atende aos interesses governamentais e dos consumidores. Participarão do projeto a SUDENE, CIBRAZEM, Secretarias de Agricultura e Bancos Oficiais. (Cr\$ 37,8 milhões).

④ Serviço de Informações de Mercado - SIM. O objetivo central do projeto é o de ampliação das atividades do SIM na sua área de atuação, enfatizando a realização de pesquisas específicas que venham a contribuir para o aperfeiçoamento estrutural da comercialização agropecuária. Possibilitará, através da maior difusão de informações sobre o mercado, que o produtor oriente corretamente sua produção, que o distribuidor oriente os fluxos para os mercados carentes e que os consumidores não sejam prejudicados pela irregular oferta de alimentos, condições de qualidade e preços inacessíveis ou incompatíveis com o padrão de consumo. Participarão do projeto, em estreito contato, evitando a duplicação e desuniformização das informações, a SUDENE, o Departamento Nacional dos Serviços de Comercialização, o SINAC, através das centrais de abastecimento e as secretarias estaduais de agricultura (Cr\$ 15,3 milhões).

④ Racionalização do Sistema de Prestação de Serviços Agrícolas.

④ Apoio Institucional à Comercialização de Produtos e Insumos Agrícolas. Propõe-se o projeto à criação de empresa ou cooperativa para apoiar os pequenos e médios produtores rurais na comercialização de seus produtos, na venda de insumos modernos e no fornecimento de serviços de mecanização agrícola. Além disso, cooperativas centrais serão criadas para atuar nas áreas de projetos de irrigação e glebas de vocação pecuária. Dessa forma, procurar-se-á dinamizar as atividades relacionadas com a comercialização da produção agrícola, com a promoção e o fornecimento de insumos modernos e com a mecanização agrícola na Região. Essa dinamização é indispensável ao atendimento das necessidades do setor primário, inclusive nas áreas de irrigação, colonização e de vocação pecuária, onde se desenvolverão os grandes projetos

integrados. Participarão do projeto, a SUDENE, outros órgãos do Ministério do Interior, Ministério da Agricultura, governos estaduais e bancos oficiais, especialmente BNB e Banco do Brasil S/A.

● **Alimentação, Manejo e Defesa Sanitária do Rebanho.** O projeto tem por finalidade reforçar o programa já existente, no sentido de promover a melhoria da oferta de alimentos para o rebanho, através: do aumento da capacidade de suporte forrageiro da Região; da conservação de alimentos e introdução de técnicas de manejo; da melhoria das condições sanitárias do rebanho, de modo a elevar o desfrute, reduzir os índices de mortalidade, diminuir a idade de abate e promover o aumento do peso de carcaça. Participarão do projeto o Ministério da Agricultura, SUDENE, as secretarias de agricultura, as ANCAR's e os bancos oficiais (Banco do Brasil, Banco do Nordeste e Banco Nacional de Crédito Cooperativo (Cr\$ 129,7 milhões).

● **Sementes e Mudas Seleccionadas.** O objetivo do projeto é o da produção e comercialização de 335 mil toneladas de sementes e 68 milhões de mudas seleccionadas, adaptadas às diversas zonas fisiográficas da Região, a fim de aumentar a produtividade das culturas consideradas prioritárias, especialmente aquelas que mais contribuem para a formação do produto da agricultura nordestina. Dessa forma, elevar-se-á consideravelmente a margem de lucros do agricultor, quer pelo uso de menor quantidade de sementes para obtenção de maior volume de produção, quer pelas características tecnológicas do produto nos mercados interno e/ou externo. Participarão do projeto a SUDENE, Ministério da Agricultura, CEPLAC, DNOCS, CODEVASF, INFAOL; ANCAR's, cooperativas, companhias de economia mista e as secretarias estaduais de agricultura (Cr\$ 252,7 milhões).

● **Extensão Rural e Cooperativismo.** O projeto, no que diz respeito à extensão rural, envolve a ampliação e melhor distribuição da rede de agências operacionais de campo, a fim de se obter um melhor atendimento ao produtor rural e suas cooperativas. No que concerne ao cooperativismo, ênfase especial será dada ao fortalecimento dos aspectos de assistência técnica - apoiada também pelo serviço de extensão rural - e a criação e ampliação das cooperativas centrais. O projeto tem como meta a elevação do número de escritórios de modo a atingir 1 300 unidades em 1979, ampliando-se para 120 mil o número dos produtores atendidos no período

do plano. No que se refere ao crédito rural, tem-se por meta a ampliação do número de mutuários de 24 mil para 36 mil e o número de contratos de 11 mil para 16 mil, no período 1975-1979, além da melhor distribuição espacial e maior integração dos diversos tipos de agências. Participarão do projeto SUDENE, ANCAR's, Ministério da Agricultura, CEPLAC, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco Nacional de Crédito Cooperativo, governos estaduais, cooperativas e organizações estaduais das cooperativas (Cr\$ 1109,0 bilhões).

● Aproveitamento de Novas Oportunidades Agropecuárias. O projeto visa à implantação de novas atividades, em escala comercial, como é o caso, entre outras, das culturas de soja, gergelim, amendoim, sorgo, millet, alfafa, batatinha, assim como, a produção de matrizes de caprinos e ovinos. Dessa forma, o projeto ensejará condições para promover mais ampla diversificação da agricultura regional, maior aproveitamento de fatores produtivos disponíveis, modificações na estrutura produtiva das empresas e redução do risco das atividades agrícolas, permitindo melhores condições de desempenho para as empresas, mercê da maior participação de culturas mais rentáveis no valor total da produção. Participarão na execução do projeto a SUDENE, Universidades, UNB, ANCAR's, CFP, secretarias estaduais de agricultura e companhias mistas estaduais (Cr\$ 169,0 milhões).

● INDÚSTRIA

● Pólo Petroquímico do Nordeste. O Pólo Petroquímico do Nordeste, em fase de implantação, através da Companhia Petroquímica do Nordeste - COPENE, subsidiária da PETROQUISA, está concebido com vistas a um alto grau de integração entre as Centrais de Matérias-Primas, de Utilidades, de Serviços e de Manutenção, além de um conjunto de projetos ancilares, constituindo o Complexo de Camaçari. A Central de Matérias-Primas deverá produzir 380 mil t/ano de eteno, 202 mil t/ano de propeno, 52 mil t/ano de butadieno, 126 mil t/ano de benzeno, 17 mil t/ano de tolueno e 134 mil t/ano de xileno (Cr\$ 1,7 bilhões). A Central de Utilidades compreenderá as unidades de captação, adução e tratamento de água, geração de vapor, energia elétrica e gases industriais (Cr\$ 460 milhões). As Centrais de Manutenção e Serviços destinam-se a prestar o apoio necessário à operação do Pólo (Cr\$ 220 milhões).

O Complexo Químico e de Fertilizantes, está baseado na exploração de recursos naturais da região (salgema, carnalita, silvinita, fosforita, gás natural e petróleo), e na disponibilidade regional de energia elétrica. Dentre os projetos visando à produção de hidróxido de sódio, barrilha, cloreto de potássio, ácido fosfórico, fosfatos mono- e di-amônio e misturas NPK, ressaltam-se os seguintes:

- Hidróxido de Sódio. Estão previstos grandes projetos para a produção de soda cáustica no Nordeste, com capacidade total de até 500 mil t/ano, e cogitada três alternativas de localização: Alagoas (através de duplicação da capacidade produtiva da unidade da Salgema Indústrias Químicas S/A), Sergipe e Bahia (Cr\$ 440 milhões);

- Barrilha. O programa de expansão da Cia. Nacional de Alcalis prevê a instalação de novas unidades no Rio Grande do Norte (Macau) e em Sergipe, ambas com capacidade de 400 mil t/ano (Cr\$ 768 milhões);

- Indústrias de Fertilizantes. O Nordeste, valendo-se do seu potencial de matérias-primas para a produção de fertilizantes, contribuirá expressivamente no esforço para o alcance da auto-suficiência interna de nutrientes básicos até 1980. Nessa área de atividades estão programadas: a produção de 1 600 mil t/ano de cloreto de potássio, através do aproveitamento das jazidas minerais de Carmópolis, Sergipe; a implantação de projetos de fertilizantes fosfatados (ácido fosfórico, superfosfato triplo, DAP/MAP, SSP), com capacidade global de 260 mil t/ano a partir do beneficiamento e processamento de rochas fosfáticas da própria região; e a implantação de nova unidade de amônia-uréia, com capacidade superior a 1 000 t/dia de amônia, mediante utilização das reservas de gás natural da região (Cr\$ 1,5 bilhão).

- Complexo Eletro-Metal-Mecânico, que visa a dar continuidade ao crescimento significativo desses segmentos industriais, os mais dinâmicos da região. Os projetos da Siderúrgica de Itaqui, magnésio metálico de Sergipe, cobre da Bahia e, eventualmente, alumínio, deverão ser implantados em função da demanda criada pelo próprio processo de industrialização. Além do mais, a intensificação dos investimentos programados para a agropecuária deverá comandar novas iniciativas industriais em material de transporte, implementos e outros equipamentos agrícolas.

Dos projetos previsto ou em implantação, destacam-se:

● Siderúrgica de Itaqui. A exploração das grandes reservas de minério de ferro da Serra dos Carajás induz à construção de uma Usina Siderúrgica de semi-acabados, cuja localização, preliminarmente considerada mais adequada, afigura-se ser Itaqui, no Maranhão. A unidade siderúrgica deverá alcançar, em sua primeira etapa, a produção de 4 milhões de toneladas/ano (1982) e prevê-se a instalação de mais 2 a 3 unidades de 4 milhões de toneladas/ano em sua etapa final. O projeto de Itaqui além de contribuir significativamente para expandir as exportações brasileiras abrirá grandes possibilidades de desenvolvimento industrial complementar. Será implantada, através da associação da SIDERBRÁS e empresa estrangeira (Cr\$ 5 bilhões).

● Laminação da USIBA. A Usina Siderúrgica da Bahia-USIBA, localizada em Aratu, com capacidade instalada de 235 mil t/ano de não-planos, já não vem conseguindo atender à demanda regional, razão porque está prevista a duplicação da capacidade das unidades de redução direta e aciaria. De outra parte, a USIBA vem prosseguindo na implantação de sua unidade de laminação, prevista para entrar em operação em 1975.

● Usina de Magnésio Metálico. A existência de taquidrita e carnalita, em Sergipe, aliada à disponibilidade de energia elétrica, ensejam a implantação, de uma fábrica de magnésio metálico, com capacidade de produção de aproximadamente 40 mil t/ano. Atualmente, o País vem importando magnésio sob a forma de ligas, sobretudo para a indústria automobilística.

● Cobre. No Estado da Bahia, encontram-se valiosas reservas de minério de cobre (nas áreas de Caraíba e Curaçá). A conclusão do projeto Caraíbas, livrará o País da necessidade de importar esse metal e permitirá a elevação da capacidade instalada do País para 60 mil t/ano, ainda insuficiente para suprir o consumo nacional em 1979, previsto para 186 mil t/ano.

● Alumínio. O projeto de produção de alumina a partir da bauxita existente nas reservas do Rio Trombetas, por empresa associada à Cia. Vale do Rio Doce, pode vir a viabilizar a implantação de unidades produtoras de alumínio metálico, no Nordeste, particularmente nos Estados de Pernambuco e Bahia, tendo em vista as disponibilidades de energia elétrica e soda cáustica.

● Complexo Têxtil e de Confecções, englobando gêneros industriais tradicionais no Nordeste, que reúnem condições favoráveis para consolidação e expansão. A indústria têxtil regional dispõe de matérias-primas naturais e sintéticas, contando, por outro lado, com disponibilidade de mão-de-

obra qualificada, formada através do Centro Regional da Indústria Têxtil e de outros centros, e treinada no parque manufatureiro existente. A indústria de confecções encontra no Nordeste condições locais favoráveis, pela existência de mão-de-obra com tradição e a custos competitivos. A introdução de modernas técnicas administrativas e de produção tem permitido a melhoria dos índices de eficiência operacional e de qualidade dos produtos, traduzidos na conquista de novos mercados, inclusive externos. A expansão prevista para o setor têxtil, contempla a implantação de 2 milhões de novos fusos, que serão adicionados aos 600 mil existentes, devendo gerar 70 mil novas oportunidades de empregos diretos (Cr\$ 6 bilhões). A ampliação da capacidade produtiva de confecções, atualmente de 40 milhões de peças/ano, deverá atingir 100 milhões de peças/ano, destinadas aos mercados nacional e internacional (Cr\$ 1,6 bilhão).

④ O Complexo do Couro, com base na ampliação e modernização da indústria de curtumes, calçados e artefatos de couro, já desempenhou significativo papel no Nordeste. As características predominantes artesanais de produção, no entanto, não possibilitaram os avanços tecnológicos desejados, o que gerou sua relativa estagnação. A região apresenta, não obstante, amplas possibilidades de recuperação para o setor, inclusive disponibilidade de matérias-primas quantitativamente suficiente e de boa qualidade, sobretudo no caso de peles caprinas e ovinas. Trata-se, de outra parte, de atividades altamente absorvedoras de mão-de-obra, para as quais a região conta com experiência de produção, ainda que em condições artesanais. O Programa de Recuperação da Indústria de Couros e Derivados do Nordeste estabelece as seguintes metas para o setor: implantação de 10 matadouros-frigoríficos, com capacidade de 400/500 bovinos por dia, duplicação da capacidade de curtimento, atualmente estimada em 1 250 mil peles de bovinos/ano e 3 250 mil peles de caprinos e ovinos/ano; elevação da produção de calçados de 6 milhões de pares/ano para 25 milhões.

⑤ Agro-Indústria. A implantação de pólos agro-industriais, através do Programa de Desenvolvimento da Agro-Indústria do Nordeste, tem como objetivos básicos a integração inter-setorial da economia regional, através da intensificação do beneficiamento industrial de produtos agropecuários, e a interiorização do processo de expansão industrial. O Programa deverá promover as oportunidades agro-industriais definidas e outras, que deverão ser identificadas, com vistas à implantação de unidades produtivas situadas em pólos secundários interiorizados, localizados em função da vocação agropecuária das várias áreas, sua capacidade produtiva, a infra-estrutura disponível (inclusive urbana), além de outros fatores (Cr\$ 2,0 bilhões, além de crédito especial de Cr\$ 800 milhões).

② Complementaridade Industrial. Os efeitos do processo de industrialização do Nordeste já permitem a capitalização de novas oportunidades industriais induzidas, tanto prospectivas como retrospectivas, com vistas aos objetivos de sua diversificação e complementaridade crescente. Nesse contexto, deverão ser enfatizadas as seguintes indústrias:

① Indústria de Cimento. O Nordeste apresenta reais vantagens comparativas para a produção de cimento tendo a indústria apresentada recentemente altos índices de crescimento. Além das perspectivas de ampliação da demanda regional - que ainda apresenta consumo per capita baixo - a localização litorânea das jazidas de calcário cria condições excepcionais para a exportação. Nesse sentido, prevê-se aumento significativo da capacidade instalada na região - entre ampliações e novas unidades - para a produção de cimento portland, dentro dos objetivos de expansão da produção nacional, a curto e médio prazos. Essa expansão deverá adicionar, até o final da década, 6,6 milhões de t/ano à atual capacidade regional de 3,7 milhões t/ano (das quais cerca de 4 milhões de t/ano destinar-se-ão à exportação para o exterior) (Cr\$ 1,5 bilhão). Para a consecução desses objetivos, dever-se-ão definir critérios de prioridade para a ampliação ou instalação de novas unidades industriais, que considerem escalas mínimas de 660 mil t/ano, economia de combustível, disponibilidade de reservas de calcário e, no caso da produção destinada à exportação, cláusula de Befiex.

② Indústria de Plásticos e Fibras Sintéticas. Como decorrência da implantação do Polo Petroquímico do Nordeste, não só se ampliam as possibilidades para a produção de maiores quantidades de fibras sintéticas, como abrem-se novas perspectivas para a elaboração de produtos plásticos. Estão previstas várias unidades de processamento de plásticos para artigos convencionais, devendo-se adicionar à atual capacidade de produção cerca de 180 mil t/ano (Cr\$ 500 milhões). As previsões de oferta, com a implantação do Polo Petroquímico, de matérias-primas para a produção de fibras sintéticas (tais como DMT, caprolactama e acrilonitrila), permitirão ao Nordeste elevar sua produção em 160 mil t/ano (até 1980). Já existem projetos de ampliação de unidades existentes e de implantação de novas unidades totalizando 100 mil t/ano (Cr\$ 2,5 bilhões).

③ Pequenas e Médias Empresas. A importância para o Nordeste das pequenas e médias empresas (inclusive quanto ao emprego), determina a necessidade de programas especiais (a cargo do BNB e da SUDENE, principalmente) com vistas à assistência técnica e financeira, maior integração

funcional com a grande indústria, melhor aproveitamento da capacidade instalada e modernização das técnicas gerenciais (Cr\$ 700 milhões).

A consecução dessas metas pressupõe aplicação de recursos destinados ao financiamento de projetos industriais no Nordeste da ordem de Cr\$ 40 bilhões, distribuídos do seguinte modo: Cr\$ 10 bilhões, de recursos provenientes dos incentivos fiscais regionais; Cr\$ 10 bilhões, de recursos a serem aplicados pelo ENDE; Cr\$ 5 bilhões, de recursos a serem aplicados pelo BNB; Cr\$ 5 bilhões provenientes de financiamento externos a serem repassados pelo ENDE e BNB; Cr\$ 10 bilhões de recursos próprios de contrapartida da iniciativa privada nos projetos a serem financiados com os recursos acima mencionados. Algumas providências adicionais deverão ser tomadas de forma a evitar pontos de estrangulamento na execução dos programas, destacando-se dentre elas as seguintes:

- aperfeiçoamento do mecanismo dos incentivos fiscais, envolvendo a revisão do sistema de captação e a garantia de recursos destinados aos projetos aprovados;

- fortalecimento da SUDENE e do BNB para que possam, mais eficazmente, gerir e administrar a política de industrialização e de acordo com a orientação definida pelo CDE;

- criação, conjuntamente pela SUDENE e BNB, com o apoio do IPEA, de um Centro de Promoção do Desenvolvimento Industrial do Nordeste, voltado para a identificação e promoção de oportunidades de investimento industrial e para estudos e pesquisas sobre a indústria da região.

- ④ Consolidação da Infra-Estrutura e dos Serviços de Apoio à Indústria.

- Desenvolvimento Tecnológico. A dimensão do processo de industrialização regional está a exigir, de imediato, esforços no sentido da adaptação de tecnologias importadas, principalmente na indústria química e petroquímica. Na área tecnológica, além da importância representada pela pesquisa aplicada para a Região, deve-se destacar o fortalecimento dos centros e institutos de pesquisas tecnológicas, tendo-se em vista, principalmente, a política regional de incremento das exportações. O projeto será desenvolvido pela SUDENE, BNB, FUNDECI, FUNTEC e governos estaduais (Cr\$ 18,6 milhões).

● Pequenas e Médias Empresas. A destacada participação dos empreendimentos de pequeno e médio porte na formação do produto industrial da Região, bem como na oferta de emprego no setor secundário, justifica a adoção de medidas especiais voltadas para o atendimento de problemas inerentes às empresas compreendidas nessa categoria. O reconhecimento desse fato já conduziu à criação do Programa de Assistência à Pequena e Média Indústria, cuja execução vem, desde 1968, sendo promovida pela SUDENE e BNB, com resultados amplamente satisfatórios, tanto no que se refere à prestação de assistência técnica como no que concerne à assistência financeira. Pretende-se fortalecer as bases em que se fundamenta a execução do referido Programa, de modo a permitir o atendimento de maior número de empresas de pequeno e médio portes, inclusive unidades integrantes do setor terciário. A execução do Programa continuará envolvendo a SUDENE, O BNDE, CEBRAE, Bancos estaduais de desenvolvimento, núcleos de assistência empresarial e universidades, além da Agência de Desenvolvimento Internacional (AID).

● Promoção de Projetos e de Investimentos. A consolidação do processo de desenvolvimento industrial do Nordeste, além de condicionada ao sucesso das empresas em funcionamento, está também intimamente relacionada com o aproveitamento das oportunidades ainda existentes e com a identificação de novas alternativas de investimento. O projeto, a ser desenvolvido conjuntamente com a SUDENE, BNB, IPEA, MRE, governos estaduais e entidades de classes empresariais, tem por objetivo: identificar novas oportunidades industriais e divulgar alternativas de investimento do Nordeste; elaborar estudos e programas de investimento integrado no setor e subsetores industriais; despertar o interesse de empresários nacionais e estrangeiros no aproveitamento das oportunidades industriais existentes na Região; contribuir para o sucesso das empresas industriais já implantadas, promovendo associações com grupos experientes e capazes; implantar e manter Núcleos de Planejamento e Promoção Industrial e elaborar manuais para investidores (Cr\$ 18,0 milhões).

● Reorganização de Empresas Industriais. Algumas empresas em funcionamento no Nordeste, após ultrapassarem o período considerado como de maturação aos investimentos, acusam problemas de ordem administrativa, financeira, técnica e mercadológica, que estão a exigir imediatas medidas para sua correção. O projeto visa a assistir 350 empresas industriais objetivando sua consolidação e pleno funcionamento, promoção de assistência técnica e financeira, reorganização de seus esquemas operacionais e promoção de acompanhamento dos esquemas operacionais de reorganização das unidades beneficiárias até a fase de consolidação. Estarão engajados na execução do presente projeto os seguintes órgãos: SUDENE, BNB, Ministério da Fazenda, BNDE, Banco do Brasil, bancos oficiais e núcleos de assistência industrial (Cr\$ 1 074 milhões).

④ Turismo - O turismo está abrindo uma nova frente de desenvolvimento para a Região. A atividade turística acarreta uma demanda crescente de produtos agro-industriais e serviços especializados, com amplos efeitos sócio-econômicos, assim como, educativos e culturais. O presente programa pretende elevar em 1 milhão o número de visitantes nacionais e estrangeiros para o Nordeste, através da expansão do equipamento hoteleiro, mediante a construção de 6 mil novos aposentos; elaboração de estudos sobre potencial turístico do Nordeste; realização de campanhas de melhoria e sustentação da imagem do Nordeste no resto do País; e montagem de um centro permanente de divulgação e promoção do turismo. Estarão envolvidos no projeto, a SUDENE, o BNB, a EMBRATUR, a Secretaria de Planejamento, MINTER, MEC, IPHAN-Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, companhias e empresas estaduais de turismo, bancos oficiais e setor privado.

④ Artesanato - O artesanato nordestino é uma atividade que, devidamente incentivada, pode vir a ser constituir em fonte complementar de renda para cerca de meio milhão de pessoas. Segundo dados disponíveis existem no Nordeste mais de 300 mil pessoas exercendo atividades artesanais, observando-se certa marginalidade econômica da mão-de-obra vinculada a tais atividades, devido, em grande parte, à insuficiente organização existente. Além disso, deve-se considerar a baixa qualidade de alguns produtos e os processos de comercialização altamente desfavoráveis ao produtor. Esse projeto tem por objetivo reduzir a marginalidade econômica da ocupação artesanal, através de medidas de apoio técnico e financeiro, que possibilitem adequar a produção de novos padrões de bom gosto e melhor acabamento, conforme as exigências do mercado, e melhorar o desempenho comercial das cooperativas. O projeto será executado com a participação da SUDENE, Cooperativa Central Nordestina de Artesanato, ARTENE, bancos estaduais de desenvolvimento e centros regionais de turismo (Cr\$ 11,4 milhões).

④ Promoção de Exportações - A manutenção das taxas de crescimento previstas para o setor secundário e para a agricultura exigirá um grande esforço na intensificação das vendas de produtos regionais. Dessa forma, o projeto objetiva incrementar as exportações regionais para o mercado internacional, à taxa de 12% a.a., as quais deverão atingir cerca de 1,5 bilhão de dólares em 1979. As diretrizes delineadas para alcançar a meta síntese acima proposta, são as seguintes: incrementar e diversificar as exportações regionais; estimular a exportação de produtos manufaturados, com vistas à maior utilização da capacidade instalada nas empresas e a redução da dependência às limitações do mercado interno nordestino; identificar novas oportunidades de exportação, notadamente

de manufaturas e produtos agrícolas não tradicionais; adequar produtos regionais às exigências dos mercados consumidores internacionais e fortalecer o Sistema Regional de Promoção de Exportações. O projeto será desenvolvido pela SUDENE, Ministério das Relações Exteriores, governos estaduais, Federações Estaduais de indústria e núcleos de exportações.

● RECURSOS NATURAIS

● Levantamentos Cartográficos Básicos. Propõe-se esse projeto à construção de cartas topográficas na escala mínima de 1:100 000, a partir do recobrimento aerofotogramétrico em escalas maiores de 1:70 000, e a execução de levantamentos topográficos e fotogramétricos de áreas restritas, em escalas diversas, para atendimento aos projetos específicos dos diferentes setores especializados da SUDENE. O projeto, integra-se no Plano Cartográfico Nacional que prevê o mapeamento topográfico de todo o País, na escala de 1:100 000. A sua implementação far-se-á através de contratos com empresas privadas de aerolevantamentos e de convênios com órgãos públicos, tais como o Serviço Geográfico do Exército, Força Aérea Brasileira e Instituto Brasileiro de Geografia. Serão executados, aproximadamente, 553 mil km² de recobrimento aerofotogramétrico, na escala de 1:70 000. Além disso, permitirá a construção de 724 mil km² de cartas topográficas na escala de 1:100 000, as quais somar-se-ão aos 400 mil km² de recobrimentos aerofotogramétrico e aos 350 mil km² de cartas topográficas, anteriormente executados, com as mesmas características técnicas (Cr\$ 64,3 milhões).

● Estudos e Pesquisas de Recursos Naturais, objetivando a localização das ocorrências dos recursos naturais e a determinação de sua potencialidade, bem como as pesquisas tecnológicas voltadas ao aproveitamento racional e as questões de conservação dos recursos renováveis, em todo o Nordeste. Pretende-se continuar os levantamentos de solo, água, recursos naturais, vegetação e de minerais, dotando-se a Região de cartas temáticas que possibilitem o estabelecimento de uma política racional de aproveitamento desses recursos (Cr\$ 172,6 milhões). Especificamente, são propostos estudos sobre:

● Solos. Objetivam-se o conhecimento das características dos solos e do seu comportamento em relação a tipos de culturas e sistemas de manejo; a determinação das técnicas necessárias à conservação; a recuperação e continuidade do levantamento, em nível exploratório. A execução ficará a cargo da SUDENE, EMBRAPA e Ministério da Agricultura, tendo como metas o levantamento pedológico exploratório em 666 mil km², levantamento pedológico de reconhecimento semi-detalhado e detalhado em 225 mil ha e estudos agrológicos (Cr\$ 22,9 milhões).

● Hidrometeorologia. As condições meteorológicas nos trópicos tem desenvolvimento bastante distinto das condições verificadas em latitudes elevadas. A compreensão dos mecanismos envolvidos é o ponto de partida para um serviço meteorológico efetivo, nas baixas latitudes, o que somente será possível, realizando-se pesquisas com base nos dados coletados no tempo e no espaço e sua avaliação só é possível com a operação contínua de uma rede hidrométrica básica, cujos dados são subsídios valiosos. A coleta de dados hidrometeorológicos, aliada a outros estudos nas bacias representativas, nos açudes e barragens, permitirá definir, a médio prazo, uma política de exploração das pequenas e médias bacias hidrográficas, com base na determinação do balanço hídrico. A operação da rede meteorológica, com um total de 100 estações, estará a cargo do DEMET, do Ministério da Agricultura, enquanto que a rede hidrométrica, com cerca de 2 500 postos, será operada pela DNAE, do Ministério das Minas e Energia (Cr\$ 83,5 milhões).

● Recursos Minerais. O conhecimento das ocorrências minerais do Nordeste, inclusive de água subterrânea, tem sido objeto de estudos e pesquisas de mapeamento geológico, pesquisas minerais, mapeamento hidrogeológico e estudos hidrogeológicos específicos. Prevê-se a continuação dos mapeamentos geológicos e hidrogeológicos, até a cobertura total da Região, ao mesmo tempo em que prosseguirão a pesquisa mineral e os estudos específicos de hidrogeologia das áreas mais promissoras. Estes trabalhos serão executados mediante convênios com o Departamento Nacional de Produção Mineral, Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais, Companhia Nordestina de Sondagens e Perfurações e outros organismos governamentais tais como entidades universitárias, unidades militares e órgãos estaduais (Cr\$ 47,5 milhões).

● Recursos Naturais de Vegetação. O desequilíbrio entre a oferta e a demanda de matérias-primas florestais vem limitando os investimentos projetados no setor industrial, em decorrência do desconhecimento das disponibilidades nas matas remanescentes, e dos processos tecnológicos inadequados à sua utilização. Atualmente, os estudos e pesquisas já concluídos permitem assinalar como metas atingidas, o inventário florestal de 208 mil km², o estudo tecnológico de espécies nativas e a realização de experimentos para a observação do comportamento ecológico de mais de 105 espécies nativas e exóticas. O projeto, deverá ter continuidade em mais de 185 mil km² de inventário e no estudo de novas espécies em seus aspectos tecnológicos e ecológicos; fornecerá assim os subsídios necessários aos investidores que, em vista da política atual de incentivos fiscais, poderão concentrar maiores esforços na implantação de projetos no Nordeste, além da obtenção de informações necessárias à conservação das matas remanescentes. Todas as atividades deverão ser desenvolvidas mediante convênios com o IBDF, DNOCS, Universidades Federais da Região, Instituto Tecnológico de Pernambuco e outros órgãos estaduais (Cr\$ 18,7 milhões).

● Estudos para Aproveitamento Integrado de Recursos Naturais.

Com base nos conhecimentos de localização e de potencialidade dos diferentes recursos naturais do Nordeste, os estudos para seu aproveitamento integrado têm por objetivo:

- a definição de subregiões homogêneas e as suas tendências de desenvolvimento;
- o estabelecimento de prioridades entre as diversas sub-regiões;
- a determinação dos parâmetros técnicos locais que permitam definir a viabilidade técnico-econômica do aproveitamento racional dos recursos naturais.

Esses estudos constituem uma etapa que se superpõe ao inventário de recursos naturais ao nível exploratório, justificando-se, principalmente, pela necessidade de definir o aproveitamento racional das bacias hidrográficas e áreas selecionadas para colonização, orientando assim, a política de desenvolvimento das sub-regiões. As bacias já estudadas, São Francisco, Jaguaribe, Piranhas, Açu e Capibaribe, deverão ser acrescentadas as de Mearim, Itapecuru e outras a serem definidas, entre as seguintes: Pindaré-MA, Paraíba-PB, Mundaú-AL, Itapecuru-BA, Pardo-BA e Contas-BA. Salientam-se, também, as pesquisas de solos e água, voltadas às determinações de parâmetros para apoio à irrigação, no que se refere aos aspectos de manejo e conservação. A execução ficará a cargo da SUDENE, de outros órgãos oficiais e de empresas privadas (Cr\$ 41,5 milhões).

● RECURSOS HUMANOS

Estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 20 bilhões para a educação e o treinamento profissional no Nordeste, a serem executados, fundamentalmente, através dos seguintes programas:

● Educação e Treinamento Profissional. Além dos objetivos definidos para a educação formal, merece destaque especial o programa de alfabetização, envolvendo esforço conjunto do Movimento Brasileiro de Alfabetização - MOBRAL e do Programa Nacional de Tele-Educação - PRONTEL. Com efeito, o Nordeste ainda registra cerca de 9 milhões de adultos analfabetos (em grande parte habitando o meio rural), correspondendo a mais de 50% da população de mais de 15 anos. São variados os fatores responsáveis por esse alto índice de analfabetismo, mas cabe destacar, especialmente, as dificuldades encontradas pelo sistema educacional para absorver os crescentes contingentes populacionais, que demandam anualmente os serviços de educação. O programa previsto pretende reduzir a taxa

de analfabetismo na região para cerca de 35%, em 1979, significando aumento de 5 milhões no número de pessoas alfabetizadas. Prevê-se, concomitantemente, a execução de medidas orientadas para a expansão do ensino de primeiro grau, como forma de reduzir o deficit atual de atendimento escolar e os índices de evasão e repetência. No que se refere ao treinamento profissional, a meta é qualificar cerca de 600 mil trabalhadores, em esforço conjugado dos Ministérios do Trabalho e da Educação e Cultura.

⊙ Pós-Graduação. Esse projeto visa à preparação de 600 mestres ou doutores em Centros Especializados do País ou no Exterior, através da concessão de bolsas-de-estudo a professores universitários e a implantação de Centros de Pós-Graduação na Região. Referidos Centros são indispensáveis à ampliação e à melhoria da qualidade de ensino, e da pesquisa científica e tecnológica, nas Universidades e entidades especializadas da Região. Será dada prioridade à especialização de pessoal em Ciências Agrícolas, Ciências Naturais, Ciências Básicas e Educação. Por outro lado, o projeto se propõe também à capacitação de pessoal através de Cursos de Aperfeiçoamento e Especialização, em nível de pós-graduação, em áreas estratégicas do conhecimento tais como: planejamento regional, planejamento urbano, tecnologia industrial, transportes e telecomunicações, desenvolvimento rural integrado e treinamento de executivos para a administração pública e privada, planejamento de recursos humanos, planejamento de recursos naturais e planejamento agrícola. O projeto será executado pelo MEC, SUDENE, EMB, Universidades, entidades especializadas e Institutos de Pesquisas (Cr\$ 77,4 milhões).

⊙ Antecipação da Iniciação para o Trabalho e Habilitação Profissional no Primeiro Grau. A distorção existente na estrutura da matrícula idade/série, reduz as oportunidades de educação para crianças da faixa etária de 7 a 14 anos, no meio rural. Assim, o projeto visa a proporcionar oportunidades de qualificação, ainda que elementar, especialmente para atividades ligadas ao setor primário, a crianças e pré-adolescentes do meio agrícola onde o ensino profissionalizante de 2º Grau é de acesso precário ou inexistente. O projeto prevê a realização de ações no campo de aperfeiçoamento e treinamento de professores, de preparação de monitores e aquisição de alguns equipamentos básicos para o atendimento de 1 milhão de crianças e pré-adolescentes. Será executado pelo MEC, SUDENE, Secretarias de Educação e departamentos municipais de educação (Cr\$ 59,5 milhões).

⊙ Profissionalização no Segundo Grau. A expansão da economia do Nordeste tem provocado o incremento da demanda de mão-de-obra qualificada de técnicos de nível médio, nos diversos setores. O projeto visa a ampliar as oportunidades de emprego produtivo, mediante habilitação profissional de 3 750 alunos adicionais nas especialidades requeridas pelos projetos prioritários de

desenvolvimento. Assim foram detectadas as seguintes especialidades como as mais prioritárias: têxtil, petroquímica, metalúrgica, comunicações, operação de sistema de saneamento básico, administração municipal, agricultura, tipografia, cartografia, meteorologia e mineração. A SUDENE e o MEC participarão do projeto (Cr\$ 24 milhões).

④ Treinamento em Apoio a Projetos Prioritários. O projeto visa ao treinamento de 35 mil pessoas para os setores de agricultura, indústria, construção civil, serviços, além de técnicas de nível médio. Para atender às metas previstas será necessário treinar, ainda 500 instrutores. O projeto será realizado pelo MEC, MT, SUDENE, BNB, SENAI, SENAC e secretarias estaduais (Cr\$ 100,6 milhões).

⑤ Sistema de Informação e Colocação de Mão-de-Obra. A necessidade de se dispor de dados para o conhecimento e avaliação dos recursos humanos, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, a fim de fornecer as bases para o estabelecimento da política de formação e treinamento de mão-de-obra e de criação de emprego, exige a manutenção de um programa de caráter permanente com essa finalidade. O projeto tem como objetivo elaborar e manter atualizadas as informações sobre o emprego e a mão-de-obra na Região, bem como dinamizar o mercado de trabalho regional, mediante a implantação de um sistema de agências de recrutamento, orientação e colocação de mão-de-obra. Serão envolvidos os seguintes órgãos: SUDENE, BNB, MT, governos estaduais e universidades (Cr\$ 11,6 milhões).

⑥ SAÚDE E NUTRIÇÃO

A ação programada no âmbito da saúde e nutrição para o Nordeste, está centrada em medidas de atendimento a problemas de saúde coletiva, sobretudo os relacionados às enfermidades de incidência ampla, e em ações capazes de propiciar a melhoria do estado nutricional das populações, principalmente as de baixa renda. Serão aplicados Cr\$ 19 bilhões, nos seguintes programas:

④ Programa Especial de Saúde e Nutrição para Populações Rurais e de Pequenos Centros Urbanos, com ênfase na instalação de mini-postos de saúde, centros de recuperação nutricional, creches, ambulatórios, maternidades, centros de puericultura, além da formação de pessoal paramédico. Na área de nutrição, serão implementados, inicialmente, programas-piloto nos Estados do Ceará, Pernambuco e Sergipe, consoante programação a cargo do Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição - INAN, e mantido e aperfeiçoado o Programa de Merenda Escolar, em esforço integrado dos Ministérios da Educação e da Saúde (INAN);

⑤ Combate às Enfermidades de Ampla Incidência, como sejam, a malária, a esquistossomose, a doença de Chagas e a tuberculose. No caso da malária, as ações estarão orientadas no sentido de sua erradicação, a curto prazo, nas áreas onde o fenômeno esteja estabilizado, e a médio prazo, em áreas com propagação em desenvolvimento, e na direção da vigilância epidemiológica, com vistas a evitar o refluxo da endemia, proveniente de regiões onde a transmissão ainda se processa ativamente. No tocante a esquistossomose, prevê-se ação curativa e preventiva nas áreas tradicionalmente afetadas, particularmente nas zonas da Mata e do Agreste. Com respeito à doença de Chagas e à tuberculose, as ações programadas visarão a reduzir sua incidência em toda a região;

⑥ Programa de Imunização, através da promoção de campanhas de controle do sarampo, da difteria, do tétano, da coqueluche, da poliomielite, da meningite, da cólera, da varíola e da tuberculose (Cr\$ 19 bilhões).

● SANEAMENTO

Serão aplicados cerca de Cr\$ 6 bilhões no saneamento, no Nordeste, fundamentalmente nos seguintes programas:

● Plano Nacional de Saneamento - PLANASA, cujas metas, para 1979, são levar o abastecimento d'água a cerca de 78% da população urbana regional (beneficiando cerca de 14 milhões de pessoas) e atender, com sistema de esgotos, a cerca de 47% (8 milhões de pessoas) (Cr\$ 4,5 milhões).

● Saneamento Ambiental e Controle de Enchentes, além dos projetos específicos de drenagem pluvial em áreas urbanas, destacam-se os investimentos que serão realizados nos vales dos rios Capibaribe e Beberibe (Pernambuco), Jaguaribe (Ceará), Mearim (Maranhão), Parnaíba (Piauí) e Piranhas-Açu (Rio Grande do Norte) (Cr\$ 1,5 bilhão).

● HABITAÇÃO

No que respeita à habitação, o quadro regional é particularmente grave, com cerca de 600 mil famílias (23% do total existente na área urbana) abrigando-se em habitações abaixo dos padrões mínimos de conforto e segurança. Registre-se que outras 450 mil famílias, correspondendo a cerca de 16% da população urbana, residem em habitações que necessitam de recuperação. Com o objetivo de superar progressivamente essa situação, serão construídas 195 mil moradias no Nordeste (Cr\$ 10 bilhões).

● Programas de Lotes Urbanizados. Para a população que não possui renda regular, será desenvolvido um programa específico de lotes urbanizados, que se caracteriza pela venda de terrenos (com os necessários serviços de água, esgoto e energia elétrica) onde os próprios compradores poderão construir sua habitação, com possibilidade de financiamento dos materiais de construção necessários. Procurar-se-á ainda desenvolver ação coordenada entre os Estados e Municípios, no sentido de promover amplo programa de apoio comunitário e de assistência social, visando à integração dessa população no contexto urbano. Paralelamente, será desenvolvido um Programa de treinamento profissional, de forma a permitir que, no futuro, essas famílias possam atingir níveis de renda regulares e satisfatórios.

④ Plano Nacional de Habitação Popular - PLANHAP. Para atendimento das famílias com renda mensal entre um e três salários mínimos, serão concentrados esforços no desenvolvimento do Plano Nacional de Habitação Popular - PLANHAP, através do qual deverão ser construídas 85 mil habitações a serem inteiramente financiadas a juros subsidiados. Para viabilizar essa meta, o Governo Federal tomará as medidas indispensáveis para que os Estados e Municípios possam contribuir com a parcela de contrapartida que lhes caberá na integralização dos Fundos de Habitação Popular - FUNDHAPs. Paralelamente, serão desenvolvidos projetos padrão e pesquisadas novas técnicas de construção.

⑤ Outros Programas. Também como o objetivo de contribuir para a extinção do deficit habitacional, serão feitos investimentos da ordem de Cr\$ 2,1 bilhões, destinados à compra de materiais de construção a serem utilizados para a recuperação, ampliação e melhoria das habitações. Para as famílias com renda mensal superior a 3 salários mínimos, serão concedidos, através dos diversos programas habitacionais do ENH, financiamentos que permitirão a construção de 65 mil habitações (Cr\$ 5,8 bilhões).

⑥ ENERGIA

⑦ Usina Hidroelétrica de Moxotó. Localiza-se no Rio São Francisco a, aproximadamente, 4 km de Paulo Afonso. A barragem de Moxotó, em fase final de construção, permitirá que dois objetivos importantes sejam atendidos : a regularização das descargas do rio em Paulo Afonso, melhorando a operação das usinas ali instaladas, e o acréscimo de 400 MW ao parque gerador da região nordestina, pela instalação de quatro unidades de 100 MW, na referida barragem. A operação da primeira unidade está prevista para 1975 e o funcionamento das demais para o ano seguinte. Participam do empreendimento a CHESF e entidades financeiras internacionais (Cr\$ 109,0 milhões).

⑧ Usina Hidroelétrica de Boa Esperança. Está localizada no Rio Parnaíba, entre os Estados do Maranhão e Piauí, sendo operada pela CHESF. É responsável pelo suprimento de energia elétrica aos dois Estados e ao norte do Ceará, inclusive à cidade de Fortaleza. O crescente mercado da área requer seja a usina ampliada, de forma a que, em 1977, as duas últimas unidades geradoras, de 54 MW cada, estejam, instaladas, ficando, desse modo, concluído o projeto com capacidade de 216 MW. O empreendimento estará a cargo da CHESF (Cr\$ 78 milhões).

● Usina Hidrelétrica Paulo Afonso IV. No Nordeste, o consumo de energia elétrica tem uma taxa de crescimento acima da média nacional. É indispensável que se acelere o projeto e a construção de uma usina de grande porte no rio São Francisco, de acordo com as recomendações do Comitê Energético do Nordeste. Os estudos daquele colegiado prevêem a possibilidade de implantação de mais de uma grande usina em Paulo Afonso - como a de Paulo Afonso IV -, com capacidade de geração, numa primeira etapa, de cerca de 1 550 MW, em 4 unidades de 387,5 MW, aproveitando ao máximo o potencial da queda existente no local. A primeira unidade está com operação prevista para 1978. A realização do empreendimento será de responsabilidade da CHESF com recursos nacionais e estrangeiros (Cr\$ 1 181 milhões).

● Construção da Usina Hidroelétrica de Sobradinho. É importante a construção dessa barragem-reservatório, no rio São Francisco, com o objetivo de regularizar a sua descarga, permitindo uma vazão de cerca de 2 300 m³/s, e de uma usina hidrelétrica capaz de gerar 1 056 MW, através da instalação de seis unidades de 176 MW, cada (Cr\$ 1 468 milhões).

● Usina Hidrelétrica de Xingó. A ser construída no canyon do rio São Francisco, com capacidade de geração de 3 276 MW, através da instalação de nove unidades de 364 MW, cada. Prevê-se a entrada em operação das primeiras unidades, após o ano de 1979 (Cr\$ 74,0 milhões).

● Sistema de Transmissão. Visando a transmitir a energia para os grandes centros de consumo disseminados nos vários Estados que compõem a região nordestina. (Cr\$ 1 578 milhões, dos quais Cr\$ 563,0 milhões, serão aplicados em linhas de EXTRA ALTA TENSÃO - 500 Kv).

● Eletrificação Rural. No Nordeste, atualmente, cerca de 15 mil propriedades rurais já dispõem de eletricidade. Pretende-se estender a eletrificação a mais de 30 mil propriedades, o que corresponde a, aproximadamente, 4% do universo de estabelecimentos rurais existentes na Região. Para a consecução dessa meta, será necessária a construção de 30 mil km de linhas, prioritariamente em áreas-programa, de forma a levar energia elétrica ao meio rural, estimulando seu uso em indústrias domésticas, irrigação e mecanização das operações agrícolas e pecuárias. O projeto será executado pela SUDENE, INCRA, concessionárias estaduais de distribuição de energia elétrica, ENB e entidades financeiras internacionais (Cr\$ 327,9 milhões).

● TRANSPORTES

● Rede Rodoviária Regional. Está prevista a construção e a pavimentação dos seguintes trechos pertencentes à rede rodoviária básica do Nordeste: BR-020, Fortaleza-Picos; BR-020/242, Brasília-Div.GO/BA-Ibotirama; BR-030, Brasília-Entr. BR-116; BR-101, Prazeres-Cabo, Recife-Igarassu, Contorno de J. Pessoa a Acesso ao Porto, Esplanada-Entr. BR-324; BR-232, Contorno de Recife-Acesso ao Porto; BR-235, Acesso ao Porto de Aracaju; BR-316, Acesso ao Porto de Maceió; BR-110, Monteiro-Entr. BR-232; Jeremoabo-Paulo Afonso, Areia Branca-Mossoró, Ribeira do Pombal-Jeremoabo; BR-222, Contorno de Fortaleza; BR-135, Contorno de São Luís, Peritoró-Presidente Dutra, Presidente Dutra-Entr. BR-230, Barreiras-Gilbuês; BR-222, Santa Inês-Santa Luzia; BR-226, Currais Novos-Div. RN/CE-Jaguaribe, Teresina-Presidente Dutra; BR-230, Lavras da Mangabeira-Floriano, Pastos Bons-Floriano; BR-235, Aracaju-Jeremoabo; BR-242, Ponte São Francisco (Ibotirama); BR-316; Contorno Teresina, Palmeira dos Índios-Entr. BR-423, Maceió-Entr. BR-101; BR-110/316, Belém de São Francisco-Paulo Afonso; BR-324, Feira de Santana-Cova do Defunto; BR-343, Entr. BR-316-Floriano; BR-363, Baía de Santo Antonio-Alto da Bandeira; BR-406, Natal-Macau; BR-407, Picos-Petrolina; BR-408, Recife-São Lourenço; BR-412, Farinha-Monteiro; BR-423, Paulo Afonso-Garanhuns; BR-101, Natal-Parnamirim; BR-122/210, Rio Pirangi-Iguatu; BR-316/232, Picos-Salgueiro (Ponte rio Guariba). Participação do empreendimento: DNER, DERs e Grupamentos de Engenharia.

● Estradas Vicinais. Visando à criação e adequação de uma infraestrutura de transportes em apoio ao programa de desenvolvimento integrado em áreas prioritárias para reforma ou reorganização agrária, colonização, irrigação e áreas prioritárias para atividades pecuárias, prevê-se a implantação de 14 mil km de rodovias. Haverá a participação dos DERs, SUDENE, GEIPOT, Consórcios Rodoviários e empresas privadas (Cr\$ 486 milhões).

● Portos, Terminais Marítimos e Hidrovias

● Porto de Itaqui. O projeto prevê o prosseguimento das obras de construção do porto; construção de terminal para exportação de produtos siderúrgicos; racionalização da descarga de trigo; construção de terminal para importação de carvão e construção de terminal para exportação de minério de ferro. O Projeto será executado pelo Ministério dos Transportes (Cr\$ 529,3 milhões).

● Porto do Recife. O projeto prevê a dragagem e restauração da bacia de evolução, restauração do molhe sul de proteção do porto, reconstrução de berços para carga geral, modernização e melhoria nas instalações portuárias, estudos e projetos de engenharia para expansão e melhoramentos do porto, berço para fertilizantes e novo terminal petroleiro. Caso se conclua pela viabilidade do Complexo Industrial-Portuário em estudo na região de Suape (ao sul do Recife), os investimentos no Porto do Recife serão redimensionados (Cr\$ 271,9 milhões).

● Porto de Mucuripe. O projeto objetiva a construção de espigões de proteção às praias de Fortaleza, obras de melhoramentos no cais atual, pier petroleiro e novo berço de carga geral. (Cr\$ 197,3 milhões).

● Porto de Salvador. Propõe-se o projeto à realização de melhoramentos gerais, aumento de capacidade de descarga do trigo, aquisição de e equipamentos para movimentação de cargas, construção de dois berços para produtos químicos e obras de melhoramentos nos cais de Água dos Meninos. (Cr\$ 80,2 milhões).

● Porto de Maceió. O projeto prevê a construção de armazéns para carga geral, construção de armazéns para trigo e substituição do sugador existente, obras gerais de reaparelhamento do porto e novo berço para carga geral (Cr\$ 43,8 milhões).

● Terminais Especializados no Nordeste Oriental. Serão realizados estudos de viabilidade técnico-econômico-financeira, visando à identificação de necessidades, localização e posterior implantação de terminais especializados no Nordeste Oriental, cujo dimensionamento e características de instalação e funcionamento estejam compatibilizados com as crescentes necessidades de movimentação de carga na Região. Em vista dos estudos que estão sendo desenvolvidos por iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco, visando à análise de aspectos relacionados com a implantação de um Complexo Industrial em Suape, deverão ser levados em consideração no estudo, ora proposto, os dados concernentes ao equacionamento do suporte portuário a ser dimensionado para o Complexo. Na execução dos trabalhos participarão a SUDENE, o DNPVN, o GEIPOT, entidades financeiras internacionais e a SUDEPE (Cr\$ 30 milhões).

● Construção de Eclusas em Boa Esperança. Objetiva evitar a descontinuidade da navegação do rio Parnaíba, navegável em cerca de 1 100 km e atualmente dividido em dois estirões pela barragem de Boa Esperança (Cr\$ 57,2 milhões).

● Obras no Rio São Francisco. Prevê-se a construção da eclusa de Sobradinho, com o objetivo de atender a navegação à jusante de Juazeiro, com a implantação dos aproveitamentos hidrelétricos do sub-médio São Francisco, com a finalidade de evitar os estrangulamentos das condições de navegabilidade, notadamente nas imediações de Sobradinho. Os serviços contarão com a participação do DNPVN, GEIPOT e entidades financeiras internacionais (Cr\$ 97 milhões).

● Transporte Ferroviário. O projeto prevê a criação e adequação da infra-estrutura de transportes no Nordeste, no setor ferroviário, contemplando:

● construção ou melhoramento de 2 221 km dos trechos e variantes a seguir indicados: Iaçú/Mapele-279 km; Iaçú/Montes Claros-812 km; Maceió/Salvador-1 130 km; e modernização de 1 870 km de linhas (Cr\$ 1 165,0 milhões);

● implantação e modernização dos seguintes pátios e terminais: Cinco Pontas, em Recife; Itaqui, em São Luís; João Felipe, em Fortaleza; Salvador, na Bahia; Iaçú, na Bahia; e Aracaju, em Sergipe (Cr\$ 25 milhões).

● COMUNICAÇÕES

● Integração ao Sistema Internacional de Telecomunicações. Essa integração está vinculada ao projeto nacional que prevê a ampliação do sistema de comunicações internacionais, através de satélites, cabo submarino e ligações terrestres. No que diz respeito ao Nordeste, as metas são: expansão da capacidade de comutação das Centrais de Telefonia e Telex, com a implantação da Discagem Internacional (DDI); instalação, no Recife, de equipamentos para retransmissão automática de mensagem telegráfica.

● Subsistema de Telecomunicações do Nordeste. Pretende-se expandir a Rede Básica de Telecomunicações com a implantação de novos troncos, de Vitória a Salvador e de Salvador a Fortaleza; ampliação da rede nacional de Audio e TV, com a implantação de novos centros de comutação de TV em Recife, Salvador, Teresina, São Luís e Aracaju, com a expansão dos centros de TV de Aracaju, Salvador e Fortaleza; instalação em Recife, de uma estação regional componente da Rede Nacional de Estações Costeiras e de estações locais da mesma rede, a serem localizadas em São Luís, Fortaleza, Natal, Salvador e Ilhéus e instalação de concentradores em Recife e Salvador, visando a possibilitar a transmissão de dados.

● Rede Nacional de Telex - Nordeste. O projeto objetiva dar continuidade, na Região, à ampliação da Rede Nacional de Telex, promovendo a expansão do sistema atual de modo a atender à demanda prevista até 1980.

● Serviços Postais. O projeto contempla a modernização e racionalização dos serviços postais, prevendo-se, inclusive, a construção de centros de triagem de correspondência em Teresina, Natal, João Pessoa e Salvador.

❁ Redes Estaduais de Telefonia Urbana e Interurbana. O projeto visa à ampliação da capacidade, em termos de terminais telefônicos, das Redes Estaduais de Telefonia Urbana e Interurbana, de modo a conduzir a um aumento da capacidade dos serviços ofertados, capazes de elevar a densidade telefônica média do País, de 3 terminais por 100 habitantes, em 1973, para 5,4 terminais por 100 habitantes em 1979. Ao mesmo tempo dever-se-á atingir a um nível de automatização de 100% em telefonia urbana e 90% em telefonia interurbana (DDD). O programa estará sob a responsabilidade do Ministério das Comunicações e da SUDENE.

❁ APOIO FINANCEIRO E OFICIAL

Na estratégia de desenvolvimento do Nordeste, a ação financiadora do BNB, através de seu programa de crédito especializado, constituirá um dos suportes básicos para composição dos esquemas de financiamento dos projetos definidos para a Região. As agências financeiras oficiais deverão aplicar cerca de Cr\$ 23,3 bilhões, cabendo ao BNB a parcela de Cr\$ 7,7 bilhões.

❁ Crédito Rural. No que diz respeito ao crédito rural (60% das aplicações), o BNB terá em vista o alcance dos seguintes objetivos principais:

- ❁ aumentar a produção e a produtividade das principais lavouras para as quais a Região tem revelado natural vocação;
- ❁ ampliar a oferta de produtos de origem animal, quer através da expansão das atividades criatórias, quer pela obtenção de aumentos de produtividade;
- ❁ favorecer a modernização do setor agropecuário, incentivando o uso de insumos modernos, através de alocação de recursos, a juros subsidiados;
- ❁ fortalecer os pequenos e médios produtores rurais, mediante a intensificação do financiamento e da assistência técnica às cooperativas agropecuárias;
- ❁ promover maior integração vertical do setor primário, através de apoio à implantação, ampliação e modernização de empresas agro-industriais.

❁ Crédito Industrial e de Infra-Estrutura. Com relação a essas modalidades de crédito, a política do BNB seguirá às seguintes linhas:

- ⊕ favorecer a implantação de unidades industriais, com ênfase especial para projetos de pólo têxtil, dos setores de mineração, químico e petroquímico;
- ⊕ apoiar técnica e financeiramente as empresas industriais de pequeno e médio porte;
- ⊕ proporcionar apoio financeiro a empresas do Nordeste, na produção e aquisição de máquinas e equipamentos nacionais;
- ⊕ conceder financiamentos a governos estaduais e municipais com vistas à melhoria da infra-estrutura urbana;
- ⊕ contribuir para a ampliação e modernização de hotéis e outros empreendimentos de interesse para o desenvolvimento do turismo da Região.

3

Desenvolvimento da Amazônia

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A Amazônia constitui-se numa das duas grandes regiões merecedoras de atenção prioritária do Governo Federal.

Assim, a política de desenvolvimento regional, no próximo quinquênio, deverá orientar-se para a consolidação da ocupação produtiva da área, com vistas à sua integração e incorporação definitiva ao processo de desenvolvimento brasileiro.

A par da redução das desigualdades inter-regionais e do crescimento do produto interno da Amazônia, com melhor distribuição dos seus resultados, as realizações programadas para a Amazônia procurarão atender aos seguintes objetivos básicos:

- ⊕ promoção da ocupação e da colonização ordenada em áreas selecionadas;
- ⊕ aceleração do crescimento regional, através do aproveitamento das vantagens comparativas de setores ou produtos regionais selecionados e do estímulo às exportações;
- ⊕ intensificação do processo de integração às demais regiões;

④ fortalecimento e aperfeiçoamento dos mecanismos de incentivos, em particular os referentes à Zona Franca de Manaus;

⑤ elevação dos níveis de vida e bem-estar da população.

Uma das oportunidades efetivas de desenvolvimento da Amazônia reside no aproveitamento intensivo de determinados produtos, para os quais a região detém maiores vantagens na produção, capazes, portanto, de gerar renda e emprego, e de integrar, paralelamente, a economia amazônica às demais regiões. A pecuária de corte, a exploração madeireira e de recursos minerais, a pesca empresarial, o turismo, as lavouras selecionadas e alguns segmentos industriais incluem-se nessa categoria, podendo a Amazônia concorrer e participar, de forma crescente, dos mercados nacional e externo, em termos altamente compensatórios.

Uma outra opção, no atual estágio do desenvolvimento da Amazônia, é a concentração dos esforços em áreas, sub-regiões e núcleos polarizadores, de maneira a melhor utilizar os instrumentos e os recursos aplicados.

Desse modo, a estratégia a ser seguida no próximo quinquênio apoia-se nas seguintes diretrizes:

① ocupação produtiva e colonização orientada, através da concentração de esforços governamentais em áreas que apresentam maiores potencialidades;

② aproveitamento do potencial de recursos, que além de evidentes vantagens comparativas, apresentam possibilidades de mobilização útil em escala regional ou local.

No que diz respeito aos aspectos setoriais, às atividades e aos produtos básicos da economia da área, são as seguintes as linhas de ação preconizadas:

④ Pecuária de Corte. Duas componentes estratégicas deverão orientar essa atividade: sua adequada localização no espaço amazônico e a crescente tecnificação do setor. O direcionamento da localização se efetivará através da concentração dos estímulos em áreas prioritárias já identificadas, diante das possibilidades demonstradas. A melhoria da tecnologia estará apoiada na adoção de modelos e forma de exploração centrados em um conjunto de procedimentos técnicos de manejo, estudos e pesquisas destinadas a assegurar níveis zootécnicos competitivos e de alto rendimento, atentando ao mesmo

tempo para a preservação dos potenciais de fertilidade dos solos.

④ Aproveitamento Madeireiro. O programa do aproveitamento madeireiro, um dos suportes mais importantes no desenvolvimento regional, também se assenta sob as duas componentes mencionadas anteriormente, de ordenamento da ocupação espacial e de utilização de técnicas de exploração regional das florestas. Para orientar a implantação dos empreendimentos modernos, serão delimitadas as áreas de exploração florestal rentável, graduando-se, ademais, sua ocupação no tempo. Aspecto a ressaltar no programa é a indicação, tecnicamente fundamentada, de exploração das florestas de terra firme, em bases economicamente viáveis, através de um modelo de empreendimento que utilize a extração mecanizada. Nas reservas de madeira das florestas da terra firme, aliás, reside o grande potencial madeireiro por explorar, a médio e longo prazos, enquanto que as reservas das áreas de várzea, além de apresentarem pequeno potencial quantitativo, revelam-se inferiores do ponto de vista qualitativo. Outra contribuição do modelo de extração mecanizada a ser implantado é representado pela diretriz de regeneração conduzida da floresta, na base do corte seletivo e plantio de novas espécies, tornando continuada e permanente a exploração. Essa orientação apresenta a vantagem adicional de fixar contingentes expressivos de mão-de-obra em zonas pioneiras, contribuindo para fortalecer o processo de ocupação econômica, sem gerar as tensões decorrentes da necessidade de deslocamento sucessivos para frentes itinerantes.

⑤ Exploração Mineral. Outro setor que oferece vantagens comparativas e excepcionais na Amazônia é a exploração dos recursos minerais, particularmente o minério de ferro, em Carajás e a bauxita, no Trombetas. A magnitude desses empreendimentos e os investimentos complementares na infraestrutura de apoio em transportes, energia e serviços básicos, bem como em novos segmentos industriais complementares, deverão produzir repercussões extremamente importantes, não só ao nível regional como nacional. Além do aproveitamento desses dois minerais, destacam-se ainda outros projetos, já implantados e a implantar, para exploração de cassiterita, manganês, salgema, calcário e caulim.

⑥ Indústria. A estratégia para o setor industrial reorientar-se-á para o reforço de setores-chave, através da concessão de incentivos fiscais às indústrias voltadas, prioritariamente, para o aproveitamento de matérias-primas regionais, particularmente nos setores mineral e madeireiro.

No caso particular das indústrias eletrotérmicas e eletrolíticas, ramos com perspectivas bastante favoráveis, o fator condicionante de

sua implantação e expansão é a construção de grandes hidrelétricas, já previstas, que possibilitarão a criação de complexos industriais no Trombetas, na zona do Baixo-Tocantins/Belém, em Santarém, no Amapá e em São Luis. Para tanto, a existência de usinas geradoras, em construção ou projetadas, aproveitando o enorme potencial hidrelétrico da região, a nova legislação federal permitindo a participação das grandes indústrias consumidoras nas obras de geração, os níveis tarifários favoráveis e, além disso, a abundância de minerais como ferro, bauxita, calcário, cassiterita, andrita e outros, constituem fatores que condicionam a seleção desses dois setores como merecedores de atenção no próximo quinquênio. Por outro lado, dar-se-á apoio às pequenas indústrias de mercado local, tendo em vista o seu relevante papel na retenção da mão-de-obra no interior, na manutenção do nível de emprego e no acréscimo de bem-estar às comunidades em que operam.

● Turismo. A originalidade do quadro amazônico, centrado em torno do trinômio rio-florestal-fauna, coloca o turismo como setor de excepcionais condições para ser dinamizado. O reforço na infra-estrutura de apoio e a promoção de roteiros especiais, através de campanhas orientadas, serão linhas de atuação do setor público nessa atividade.

● Pesca em Escala Empresarial. Também de significativa importância para a economia regional é a empresarial ou oceânica, objetivando a exportação de camarões, piramutaba e outras espécies. Serão estimulados projetos voltados para a captura, em volume compatível com o dimensionamento das instalações de terra. O apoio à atividade pesqueira se desenvolverá em todo o litoral norte, particularmente entre a cidade de São Luis e o litoral do Território Federal do Amapá.

● Lavouras Seleccionadas. Dar-se-á ênfase ao desenvolvimento de culturas de alto valor unitário por hectare, e cuja implantação na área já tenha sido comprovadamente testada. Nesse caso, incluem-se dendê, juta, arroz, guaraná, pimenta-do-reino, cana-de-açúcar e fruticultura.

● Extratativismo. A estratégia adotada permitirá uma paulatina substituição da atividade de coleta por outra, essencialmente agrícola, como no caso da borracha. Essa modificação estrutural será assegurada através do PROBOR- Programa de Estímulo à Produção da Borracha Vegetal, que se propõe, em suas grandes linhas, à recuperação de seringais nativos e à implantação de seringais cultivados. Também será dado apoio à pesca artesanal, considerando-se que essa atividade é responsável pelo abastecimento dos principais centros

urbanos da Amazônia, além de ocupar razoável contingente de ,mão-de-obra de populações ribeirinhas.

Do ponto de vista espacial, a nova estratégia, a ser implementada através do Programa de PÓLOS AGROPECUÁRIOS E AGROMINERAIS da Amazônia - POLAMAZÔNIA, deverá representar importante etapa no desenvolvimento regional. Orientado principalmente para a ocupação econômica de áreas selecionadas, dotadas de grandes potencialidades minerais, florestais, agropecuários e agroindustriais, o Programa ensejará a necessária concentração de recursos em sub-regiões e em setores que poderão, mais rapidamente, responder aos investimentos programados.

O POLAMAZÔNIA prevê a ação coordenada do Governo Federal, dos Governos dos Estados e Territórios e da iniciativa privada em 16 áreas, a seguir enumeradas, que serão objeto de planos de desenvolvimento integrado:

④ Pólos agrominerais, compreendendo Rondônia (cassiterita, ilmanita, cacau e cana-de-açúcar), Trombetas (bauxita), Carajás (minério de ferro e agropecuária) e Amapá (manganês, ferro, pescado e cana-de-açúcar).

④ Pólos madeireiros e agropecuários, incluindo o Acre (borracha e exploração florestal), Juruá-Solimões (grandes reservas madeireiras), Juruena (extração vegetal e agropecuária), Marajó (agropecuária).

④ Pólos agropecuários e agro-industriais, compreendendo Roraima (pecuária bovina e suína e industrialização de carnes), Tapajós-Xingu (lavouros, pecuária e agro-indústrias), Pré-Amazônia Maranhense (colonização e exploração agrícola e pecuária), Xingu-Araquaiá (pecuária de corte) e Aripuanã (pecuária e agro-indústrias, destacando-se o programa de pesquisa sobre o trópico úmido, associado ao Núcleo Pioneiro de Humboldt).

Como instrumento da ação programada, serão ativadas as obras de infra-estrutura nas áreas selecionadas, aprimorados os mecanismos dos incentivos fiscais e financeiros e reforçados os sistemas de pesquisas, assistência técnica e capacitação dos recursos humanos, de modo a se assegurar maior benefício e consistência aos setores prioritários no desenvolvimento da Amazônia.

④ Em relação aos transportes, as vias de penetração e complementação de acessos rodofluviais ou ferroviários merecerão atenção prioritária.

● Quanto à energia, a orientação básica é a do aproveitamento múltiplo dos investimentos na exploração dos potenciais hidrelétricos já identificados nos principais afluentes do rio Amazonas, de ordem de 60 milhões de kw. A possibilidade de utilização múltipla dos investimentos na construção de barragens (produção de energia e controle de enchentes fluviais) induz à orientação dos pré-investimentos e estudos básicos das bacias, segundo uma programação conjunta da exploração de recursos naturais.

● Os incentivos fiscais e financeiros, as transferências da União e o Crédito através das agências oficiais, devidamente articulados, deverão constituir poderosos estímulos aos setores dinâmicos da região.

● A pesquisa será orientada basicamente para atender ao desenvolvimento tecnológico dos setores selecionados, quer na área da indústria, quer na melhoria dos padrões de exploração agropecuária e florestal, na pesca e na prospecção e exploração mineral. A intensificação das pesquisas, sua divulgação, aplicação e difusão, através da assistência técnica, deverão constituir as condicionantes fundamentais do processo de incorporação da tecnologia ao desenvolvimento da região.

● No que se refere à capacitação dos recursos humanos, dada sua relevância para o desenvolvimento da região, a programação estará intimamente relacionada às necessidades das áreas prioritárias selecionadas.

No tocante à programação creditícia, esta deverá atender à seguinte linha de ação:

● Crédito Rural. Será orientado no sentido de permitir o alcance dos seguintes objetivos básicos:

● possibilitar a implantação e consolidação dos grandes projetos agropecuários da região, estabelecidos com estímulos da política de incentivos fiscais, a fim de melhorar o abastecimento interno e gerar excedentes para a exportação;

● permitir melhoria da combinação de recursos produtivos das pequenas e médias fazendas, mediante a introdução de novas técnicas, capazes de elevar a produtividade do trabalhador rural;

● facilitar a expansão das lavouras que apresentam vanta-

gens comparativas na região, tais como arroz, guaraná, pimenta-do-reino e cacau;

④ melhorar o sistema de abastecimento de produtos horti - frutigranjeiros, de modo a reduzir o custo de alimentação, principalmente em Manaus, Belém, Rio Branco e outras Capitais;

⑤ transformar a atividade extrativa da seringueira em cultura racional e competitiva, a fim de assegurar o crescente suprimento de matéria-prima.

⑥ Crédito Industrial. Os objetivos do programa de crédito industrial, dentro da estratégia a ser adotada para o desenvolvimento da Amazônia, são os seguintes;

① consolidar e modernizar as pequenas e médias empresas, sobretudo através de programas conjugados de assistência e crédito;

② favorecer a implantação e expansão das indústrias que, na região, apresentam evidentes vantagens comparativas, entre as quais as de madeira, mineração e aquelas que utilizam matérias-primas oriundas da agricultura regional;

③ proporcionar o suprimento de capital de giro às empresas, a fim de evitar capacidade ociosa nos equipamentos instalados;

④ complementar o esforço dos governos estaduais e municipais na implantação da infra-estrutura urbana, através da antecipação de recursos para realização de empreendimentos.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

As realizações programadas no período 1975-1979, tendo em vista um rápido processo de ocupação econômica que possibilite a integração definitiva da região ao contexto nacional, mobilizarão recursos públicos globais da ordem de Cr\$ 17,1 bilhões. Contemplam-se dessa forma, as bases sobre as quais se assenta a concretização dos objetivos preconizados, através dos seguintes pontos:

☉ Os incentivos fiscais provenientes de deduções tributárias deverão se elevar à cerca de Cr\$ 3 308 milhões, prosseguindo o processo seletivo para beneficiar projetos reconhecidamente viáveis e prioritários.

☉ A implementação do Programa de Pólos Agropecuários e Agro-minerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, com a finalidade de promover o aproveitamento integrado das potencialidades florestais, minerais, agropecuárias, agroindustriais e fortalecer as atividades urbanas em áreas prioritárias da Amazônia, será um dos principais pontos de apoio para o desenvolvimento da região. O Programa contará, com recursos no valor de Cr\$ 4 bilhões, os quais deverão provir, basicamente, do PIN, PROTERRA, FDPI e outras fontes.

☉ Os programas de infra-estrutura na área de transportes de verão contar com recursos da ordem de Cr\$ 7 328,0 milhões, para a complementação da rede rodoviária, construção de ferrovias, construção, ampliação e/ou melhoramento de pistas e aeroportos de apoio. A consolidação do sistema de telecomunicações envolverá recursos estimados em Cr\$ 1 626,0 milhões. A ampliação do sistema energético de apoio aos atuais núcleos dinâmicos, ao lado de estudos das diversas bacias para o aproveitamento hidrelétrico, tornará viável a instalação de grandes complexos industriais, baseados no aproveitamento de minérios, e deverão absorver cerca de Cr\$ 2 387 milhões.

☉ A exploração de minério de ferro da Serra dos Carajás, no Pará, além de criar uma oferta de 44 milhões de toneladas anuais para o mercado externo, deverá abastecer de aproximadamente 20 milhões de toneladas anuais a usina siderúrgica a ser montada em Itaqui, no Maranhão. Estimam-se em Cr\$ 6 326,0 milhões os recursos a serem aplicados, no período, pela iniciativa privada.

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados em 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1979.

⊗ A exploração de bauxita, no rio Trombetas, objetivando a exportação de minério lavado, assim como a produção de alumina e alumínio, prevê a aplicação de Cr\$ 1 300,0 milhões por parte da iniciativa privada.

⊗ A realização de um programa de colonização, utilizando os eixos rodoviários e pontos selecionados das áreas prioritárias, ao lado de programas de capacitação para a mão-de-obra migrante, contribuirá para o adensamento populacional da região.

⊗ A execução de um programa visando à racionalização das atividades madeireiras, em áreas selecionadas destinadas à exploração florestal, será outro fator para o desenvolvimento da região.

⊗ O reforço da assistência financeira à região deverá ser ampliado, de modo a atender ao crescimento de suas atividades, devendo as aplicações, atingir em 1979, um montante de Cr\$ 6,5 bilhões, principalmente através do BASA, Banco do Brasil, ENDE e ENH.

⊗ A intensificação de programas de pesquisas florestais, minerais, agropecuárias e de saúde, notadamente nas áreas selecionadas, deverá constituir um dos suportes dos programas a serem executados no período.

⊗ As transferências do Governo Federal aos Estados e Municípios, realizadas através dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios, do Fundo Especial e de Fundos Vinculados, deverão alcançar, no período, para a região Norte, os montantes de, respectivamente, Cr\$ 3 573 milhões, Cr\$ 917,0 milhões e Cr\$ 3 287 milhões, totalizando Cr\$ 7 747,4 milhões no quinquênio.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

⊗ PROGRAMAS INTEGRADOS

⊗ Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA. O Programa constitui um dos instrumentos estratégicos mais importantes da nova etapa do desenvolvimento da Amazônia. Aprovado pelo Decreto 74 607, de 25/08/74, objetiva promover a ocupação e o desenvolvimento

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

integrado de 15 áreas da Amazônia Legal, selecionadas em função de suas potencialidades agropecuárias, minerais e agro-industriais. O Programa prevê recursos no período 1974-1977, da ordem de Cr\$ 2,5 bilhões transferidos do PIN (Cr\$ 1,2 bilhão), do PROTERRA (Cr\$ 0,6 bilhão), do FDPI (Cr\$ 0,7 bilhão), a serem aplicados em investimentos de infra-estrutura e de promoção de atividades diretamente produtivas, nas seguintes áreas selecionadas:

- Xingu-Araguaia - Situada no nordeste de Mato Grosso e sul do Pará, onde grandes projetos pecuários se desenvolvem, a região selecionada encontra-se sob influências das BRs 242, 158 e 080. Os recursos do POLAMAZÔNIA destinar-se-ão, primordialmente, à melhoria e complementação da rede viária de interligação das zonas produtoras com o pólo agro-industrial, principalmente no que respeita à implantação da BR-158 entre Suiá-Missu e Rendenção (PA).

- Carajás - Os depósitos de minérios de ferro inferidos na Serra dos Carajás (PA) situam-se em torno de 18 bilhões de toneladas e evidenciam um teor metálico em ferro da ordem de 66%. Com a finalidade de explorar essas grandes jazidas, a Companhia Vale do Rio Doce associou-se à U.S. Steel, formando a Amazônia Mineração S/A - AMZA, dando-se início aos trabalhos de prospecção em grande escala. O projeto prevê investimentos em capital fixo da ordem de US\$ 1 600 milhões, para uma produção de 54 milhões de toneladas anuais, com início de operação previsto para 1978-1979. O Programa deverá propiciar à área o apoio de infra-estrutura que permita a integração dos sistemas econômicos regionais, com a preocupação de definir, preliminarmente, o zoneamento adequado do uso dos seus recursos naturais.

- Araguaia-Tocantins - A região do Araguaia-Tocantins localiza-se no Pontal de Goiás, constituindo-se área de influência das rodovias Transamazônica e Belém-Brasília. Seus recursos hidráulicos mais importantes localizam-se principalmente no rio Tocantins. O aproveitamento hidrelétrico do Tocantins virá viabilizar os empreendimentos de integração da economia urbano-rural, através do fortalecimento e da criação de pólos agro-industriais. A região está sendo objeto de estudos para definição de um plano global de aproveitamento de suas potencialidades, abrangendo colonização, pecuária, exploração de minérios, geração de energia e outras atividades, assegurados os aspectos básicos de proteção racional das reservas florestais.

- Trombetas - Trata-se de região de influência da rodovia Perimetral Norte. Localizada ao norte do rio Amazonas, no trecho entre Alenquer e Faro, numa faixa que se estende até a diretriz daquela rodovia,

compreende porções dos municípios de Oriximiná, Faro, Óbidos, Alenquer e Monte Alegre. Encontra-se em curso na região um importante programa de aproveitamento de recursos minerais, notadamente de bauxita. Prevê-se a execução de grandes empreendimentos, entre os quais o Projeto Trombetas, a cargo da Mineração Rio Norte, associação de empresas com participação da Cia. Vale do Rio Doce, envolvendo investimentos de US\$ 170 milhões, no período 1975-1979. O término da implantação do programa está previsto para o final da década, mas a produção da bauxita deverá ter início em 1977, com 3,35 milhões de toneladas, evoluindo para os 8 milhões em 1979. O POLAMAZÔNIA deverá executar, nesta área selecionada, os investimentos de infra-estrutura econômico-social, necessários ao desenvolvimento das atividades extrativas mineral e vegetal.

● Altamira - O processo de colonização da Amazônia teve início na área de influência de Altamira, com a execução, pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, do Projeto Altamira I, ao longo da rodovia Transamazônica. Pesquisas realizadas pelos órgãos técnicos do Ministério da Agricultura nessa área, revelaram a existência de faixas de solo de alta fertilidade, passíveis de serem utilizadas em culturas de exploração comercial, tais como o café, a pimenta-do-reino, o cacau e a cana-de-açúcar, e que também abrem boas perspectivas de ampliação da fronteira agrícola da região através da iniciativa privada.

● Pré-Amazônia Maranhense - A Pré-Amazônia Maranhense, apesar de apresentar certos aspectos diferenciados, pode, em sua maior parte, ser considerada como um prolongamento da Amazônia. O povoamento da área, relativamente recente, realizou-se espontaneamente, em grande parte através da migração de excedentes da mão-de-obra nordestina, numa frente pioneira que avança, para o noroeste, através da rodovia BR-316 e, para o sudoeste, ao longo da rodovia Belém-Brasília. Trata-se da ocupação de áreas de terras devolutas, que se processa sob a forma de unidades familiares de produção, acarretando quase sempre intensa devastação florestal. Com a construção da ferrovia Carajás-Itaqui, o programa de ocupação deverá assumir proporções bem maiores, principalmente nas zonas de influência da mesma ferrovia.

● Rondônia - A região prioritária deverá abranger cerca da metade da área do Território, tendo uma rede hidrográfica bastante extensa, constituída por afluentes da bacia do rio Madeira, entre os quais se destacam o Guaporé, o Mamoré, o Jiparanã, o Jamari e o Candeias. São expressivos os recursos florestais economicamente exploráveis e a região é cortada, ao centro, pela BR-364, apresentando condições propícias para culturas de ciclo longo e para pastagens. Torna-se possível também a implantação de culturas

anuais em algumas áreas de maior fertilidade, principalmente entre Vila Rondônia e o rio Jaru. Vale destacar as possibilidades para as culturas de cacau, incorporadas em projeto da CEPLAC, com área prevista de 175 mil ha, além da cana-de-açúcar. A cassiterita é o mineral de maior importância, sendo suas reservas estimadas em 3 milhões de toneladas, com 60% de teor médio de estanho: sua extração representou mais de 90% da produção brasileira, em 1973. Destacam-se ainda a promissora exploração de diamantes ao longo dos rios Jiparanã e Barão de Melgaço, além de ocorrências de ouro, manganês, ferro, mica, gipsita e ilmenita. A infra-estrutura regional encontra-se em rápido desenvolvimento. Com a implantação da BR-364, tornou-se possível a ligação de Rondônia com o Centro-Sul do País. Outras rodovias federais de grande importância para a área são a BR-421 - Rodovia da Cassiterita -, com 282 km de extensão e a BR-319, ligando Porto Velho a Manaus. Já foi realizado estudo para o aproveitamento energético da Cachoeira do Samuel, no rio Jamari (23 MW), com início de operação previsto para 1980.

● Acre - A região do Estado do Acre selecionada para o Programa estende-se ao longo da rodovia Rio Branco-Cruzeiro do Sul (BR-236), envolvendo os principais centros urbanos do Estado, trechos dos rios Acre, Purus, Juruá e seus afluentes, as principais áreas de concentração de seringais e de produção da borracha, atividade de maior potencialidade, bem como a floresta de valor econômico existente entre os rios Iaco e Tarauacá. A criação do Programa de Estímulo à Produção de Borracha Vegetal - PROBOR, a cargo da Superintendência do Desenvolvimento da Borracha - SUDHEVEA, programa que visa a duplicar a atual produção de borracha do País até 1980, permitirá a revitalização, em bases racionais, da principal atividade produtiva do Estado. Pretende-se a recuperação dos seringais nativos e a incorporação, até 1975, de 18 mil hectares de seringais cultivados, com a introdução de novas tecnologias, estimando-se um acréscimo de 18 mil toneladas na produção nacional de borracha, a partir do sétimo ano de plantio. Além disso, a exploração florestal apresenta excelentes oportunidades em áreas dos municípios de Sena Madureira, Feijó e Tarauacá, na parte central do Estado do Acre. A conclusão de um recente e amplo estudo visando ao conhecimento da realidade econômica e social do Acre permitirá seja elaborado programa de ação objetivando o desenvolvimento dessa área selecionada.

● Juruá-Solimões - Trata-se de uma área identificada pelo Projeto RADAM como uma das concentrações florestais mais expressivas da Amazônia, prestando-se portanto para aproveitamento madeireiro em bases econômicas. Localiza-se entre os rios Juruá, Solimões e Coari, e se estende por aproximadamente 8,8 milhões de hectares, sendo o acesso ao seu interior proporcionado através da rede hidrográfica. Coari, Tefé e Eirunepé serão os núcleos urbanos de apoio para o desenvolvimento da área.

● Roraima - A área considerada prioritária com vistas à ação governamental compreende a porção do Território situada a oeste do rio Branco e ao norte do rio Catrimani, até as vertentes da Serra Pacaraima. A rede hidrográfica regional é formada pelo rio Branco e seus afluentes da margem direita, o Uraricuera, o Macajá e o Catrimani. Predominam, acima da Perimetral Norte, latossolos vermelho-amarelos, propícios para pastagens. Ao sul, às margens dos rios Branco, Uraricuera e Catrimani, os solos elevados são adequados para culturas permanentes. Estão sendo executados, no momento, levantamentos e pesquisas pelo Projeto Radam e pela Companhia de Pesquisas de Recursos Minerais - CPRM, com vistas ao mapeamento geológico sistemático e à verificação de ocorrências minerais. O Programa prevê para essa área selecionada a elaboração e execução de programação orientada para o desenvolvimento da pecuária bovina e suína e sua industrialização, objetivando-se a sua exportação para a Venezuela e para outros mercados externos, através do Porto Livre de Georgetown.

● Tapajós - O pólo de desenvolvimento do Tapajós compreende a área de influência da Transamazônica e da BR-165, que se cruzam em Itaituba, formando importante entroncamento rodoviário entre os rios Tapajós e Xingu. A cobertura vegetal é representada, em sua quase totalidade, pela floresta equatorial latifoliada, com nítida predominância da vegetação de terras firmes. Devido aos tipos de solo predominantes - e admitindo-se técnicas simples de manejo - recomendam-se o cultivo de ciclo longo, pastagens e reflorestamento nas áreas de terras firmes e, nas várzeas e manchas de terra de boa fertilidade, o aproveitamento com culturas temporárias. Encontra-se em estudos a implantação de uma rodovia de penetração ligando Parintins à Transamazônica, na margem esquerda do Tapajós, o que permitirá uma mais rápida integração dessa área ao sistema produtivo regional. No setor energético, os 20 MW gerados pela Usina de Curuá-Una serão de grande importância para dinamizar os núcleos urbanos regionais, principalmente Santarém, propiciando o desenvolvimento das atividades agro-industriais, bem como a exploração racional de calcário (Itaituba) e do salgema (Aveiro). Pretende-se atrair e apoiar os investimentos privados na área, no sentido de complementar o esforço de colonização oficial dirigida e aproveitar o potencial de recursos naturais existentes.

● Amapá - A área do Amapá considerada prioritária para a ação governamental e o estímulo à iniciativa privada está sob a influência da rodovia Perimetral Norte, da rodovia BR-156 (Macapá-Fronteira da Guiana Francesa) e da Estrada de Ferro do Amapá, que liga a serra do Navio a Macapá.

Dentre as atividades de sustentação econômica regional, merece destaque a produção de pescado, cana-de-açúcar, madeiras, manganês. A região é indicada para a formação de pastagens e culturas permanentes, pois os solos possuem boas propriedades físicas e respondem favoravelmente ao uso de corretivos e fertilizantes. Com o término da construção e início do funcionamento da Usina Coaracy Nunes, que agregará 80 MW ao sistema energético do Território, e com a implementação de um programa adequado de estradas alimentadoras, através do sistema rodoferroviário existente, viabiliza-se a implantação de pólos agropecuários e industriais.

● Juruena - A região de Juruena situa-se no extremo-norte do Estado de Mato Grosso, compreendendo o polígono formado pelos rios Teles Pires, Juruena e Arinos. Sua rede hidrográfica é formada pelos cursos principais e afluentes do Juruena e do Teles Pires, localizando-se neste último, as melhores possibilidades de aproveitamento da energia hidráulica. O maior potencial produtivo, tanto para as atividades extrativas vegetais como para a agricultura e pecuária, encontra-se nas porções sul e norte da área, na faixa de influência da BR-242, recomendada para ocupação por atividades empresariais. Por suas condições geográficas e ecológicas, a mesopotâmia formada pelo Teles Pires e Juruena será mantida como reserva biológica e florestal. O PLANALTO deverá prever ali a complementação de infra-estrutura física, que já se encontra em início de implantação, destacando-se a BR-242 e o eixo de penetração que, partindo da BR-165, percorre o espigão entre o Teles Pires e o Arinos, atingindo Porto dos Gaúchos e prosseguindo até o entroncamento da BR-242. Deverá ainda mobilizar as atividades empresariais para o desenvolvimento de projetos agropecuários e de extração vegetal.

● Aripuanã - O Município de Aripuanã (MT), com cerca de 140 mil km², apresentava, em 1970, população de apenas 2 200 habitantes. Estudos efetuados principalmente pela Universidade Federal de Mato Grosso e pelo CPRM, indicaram ocorrências prováveis de importantes jazidas minerais. Além de manchas de terra de alta fertilidade para agricultura e do fato de as florestas existentes apresentarem essências de alto valor comercial, o sistema hidrográfico é dotado de razoável potencial energético. Em consonância com as diretrizes de integração nacional, o então Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, os Ministérios do Interior e da Educação e Cultura e o Governo do Estado de Mato Grosso celebraram, em 1973, convênio com a finalidade de estabelecer as bases para o planejamento sistemático do Município. Com esse objetivo o Projeto Aripuanã, já em execução, prevê a implantação do Núcleo Pioneiro de Humboldt, a construção de rodovia ligando Humboldt a Vilhena (470

km), a execução de um programa de pesquisas florestais, de solos, de recursos naturais e outros de interesse científico para os trópicos úmidos. A alienação de cerca de 2 milhões de hectares de terras a empresários privados, em área situada entre o Juruena e o Aripuanã, propiciará as bases para ocupação orientada, com o aproveitamento dos amplos recursos naturais existentes. O objetivo do Programa nessa área é o de prover a infra-estrutura e o apoio necessários ao desenvolvimento desses grandes projetos de iniciativa particular.

① Marajá - O arquipélago do Marajó, com cerca de 58 mil km² e 100 mil habitantes, situado na foz do rio Amazonas, apresenta condições favoráveis para a exploração agropecuária e florestal. A principal micro-região - Campos de Marajó - com 7 dos 12 municípios do arquipélago e área total de 23 mil km², apresenta população de 85 mil habitantes. O clima de Marajó não difere do geral amazônico. Fatores pluviométricos, hidrológicos, pedológicos e outros ainda não perfeitamente definidos, dão origem a uma alternância de enchentes e secas, determinantes das principais dificuldades que se antepõem ao desenvolvimento da região. Nos Campos de Marajó, foram registrados, pelo Censo Agrícola de 1970, 3 841 estabelecimentos agropecuários, com uma área total de 1 705 792 hectares, ou 17 mil km², o que significa cerca de 30% da superfície total da região. A diferença corresponde a áreas não objeto de exploração agrícola e pecuária. Do total da área explorada, cerca de 11 900 hectares correspondem a lavouras, reservando-se a maior parte das terras para florestas e pastagens. Estima-se, hoje, um efetivo bovino de cerca de 600 mil cabeças, registrando-se aproximadamente 50 mil búfalos. O projeto RADAM e outros levantamentos oferecem importantes informações sobre o arquipélago de Marajó. Entre os principais programas e projetos necessários ao desenvolvimento da região figuram: estudo sobre a canalização das águas, com um sistema de barragens e comportas; limpeza dos rios e lagos; melhoria zootécnica, elevando substancialmente o desfrute; estudo de sistemas de transporte fluvial; saneamento das margens alagadiças; aproveitamento florestal, inclusive da Borracha Natural, iniciando-se na região, o programa da SUDHEVEA e do BASA; estudo do sistema de transporte para o escoamento da produção do arquipélago de Marajó para os principais mercados do Pará e para outros mercados, inclusive exportação; análise da estrutura fundiária e exame de formas de participação de proprietários locais nas obras de infra-estrutura governamentais, através de terras para ocupação ou de contribuição de melhoria.



AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA



Pesquisa e Experimentação Agropecuária. O objetivo central desse projeto é alcançar maiores índices de produção e produtividade na

agropecuária amazônica, através da obtenção de informações técnicas básicas que permitam a adoção de medidas de estímulo destinadas a promover o setor agropecuario regional, pela diversificação de cultura e utilização de novos métodos de cultivo e criação. Desse modo, deverão ser desenvolvidas pesquisas e experimentações agrostológicas, compreendendo manejo de pastagens e controle de plantas invasoras de pastos; zootécnicas, concernentes ao melhoramento genético, manejo e nutrição de bovinos e bubalinos; e fitotécnicas, compreendendo diversas culturas selecionadas: dendê, cacau, borracha, castanha-do-Pará, algodão, juta, malva, arroz, milho, feijão, mandioca, guaraná, pimenta-do-reino, cana-de-açúcar e frutas tropicais (Cr\$ 15,2 milhões).

③ Extensão Rural. O projeto está orientado no sentido de complementar os trabalhos de pesquisa e experimentação agropecuárias, pela prestação de assistência técnica aos empreendimentos de pecuária de corte, lavouras selecionadas e aos programas de colonização a serem implantados na região. A extensão rural proporcionará assistência técnica não somente àqueles empreendimentos beneficiados pelo sistema de incentivos fiscais mas, principalmente, aos pequenos e médios produtores rurais da região (Cr\$ 7,0 milhões).

④ Desenvolvimento da Agricultura em Áreas Selecionadas. O programa visa à exploração de culturas detentoras de vantagens comparativas, através da identificação de lavouras selecionadas, consideradas de interesse para a economia regional por possuírem elevada rentabilidade e apresentarem condições favoráveis de competitividade nos mercados nacional e internacional. O incremento dessas culturas ocorrerá prioritariamente nos Estados do Pará e Amazonas, que possuem áreas com melhores possibilidades e apresentam expectativas de elevada rentabilidade. Espera-se alcançar, no quinquênio 1975-1979, em termos de áreas cultivadas, as seguintes metas: arroz 35 800 ha; cana-de-açúcar 30 mil ha; pimenta-do-reino 4 mil ha; cacau 10 mil ha; juta e malva 25 mil ha; borracha 10 mil ha; dendê 3 mil ha e guaraná 5 600 ha (Cr\$ 311,6 milhões).

⑤ Programa de Incentivo à Produção de Borracha (PROBOR). Instituído pelo Decreto-Lei nº 1 232, de 17 de julho de 1972, o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Vegetal (PROBOR), objetiva aumentar a produção e a produtividade do setor de borracha vegetal e criar condições para a consolidação e expansão da heveicultura no País. O programa será implementado nas áreas tradicionalmente produtoras, visando ao aumento da produção de borracha a partir da extração vegetal; à instalação de usinas de beneficiamento de borracha próximas às áreas de produção; à recuperação dos seringais cultivados; ao emprego intensivo de assistência técnica e à formação de pessoal especializado, com vistas à melhoria da produtividade do setor (Cr\$ 122,0 milhões).

④ Desenvolvimento da Pecuária em Áreas Seleccionadas. Considerando-se as condições ecológicas da Amazônia, objetiva-se alcançar níveis técnicos e econômicos que permitam o crescimento do rebanho regional em 2,4 milhões de cabeças. Por outro lado, sendo a Amazônia uma região propícia a produção e exportação de carne para o exterior, torna-se necessária a realização de campanhas de defesa sanitária animal, visando à melhoria do nível de sanidade do rebanho, através de vacinação sistemática contra as diversas zoonoses. O desenvolvimento da pecuária na Amazônia Legal, que visa a transformá-la, até o final da década, em relevante setor da economia regional, tem como objetivos específicos: produzir expressiva receita cambial através da exportação de carne bovina; contribuir para o atendimento da demanda regional; criar uma reserva para o abastecimento de outros centros do mercado nacional; promover a ocupação efetiva do território amazônico, através de uma atividade capaz de proporcionar o melhor aproveitamento da infra-estrutura rodó-hidroviária em implantação e utilizar os recursos naturais de forma equilibrada (Cr\$ 2 225,4 milhões).

④ Abastecimento Regional. No programa nacional de construção de Centrais de Abastecimento, que já inclui Belém e Manaus, prevê-se o prosseguimento do trabalho de construção de Centros de Abastecimento em Santarém, Macapá, Rio Branco e Boa Vista, com a finalidade de aumentar a oferta local de gêneros alimentícios e racionalizar o processo de comercialização, particularmente de hortifrutigranjeiros. Objetiva-se, com esses projetos, prover ao abastecimento regional, com o aumento da produção de gêneros alimentícios, bem como o aperfeiçoamento dos mecanismos de armazenamento, industrialização, comercialização e distribuição da produção, através da realização de estudos que englobam: ampliação e diversificação da oferta regional de produtos hortifrutigranjeiros; pesquisas sobre o "cinturão verde" de Belém e Manaus; e pesquisas voltadas para a industrialização de produtos agropecuários (Cr\$ 8,4 milhões).

④ Programas de Colonização em Áreas Prioritárias. Será intensificado o esforço governamental na área de colonização, tendo em vista os resultados até agora alcançados. Estudos demonstram que a ocupação econômica regional deve ser seletiva quanto aos setores produtivos e descontínua quanto ao espaço. O processo de colonização, portanto, deve adaptar-se a esse linha, ganhando novas dimensões e passando a constituir um dos suportes da estratégia traçada para o desenvolvimento da Amazônia. Dentro dessa perspectiva, o projeto visa a atender três aspectos distintos: implantação de novos núcleos de colonização; consolidação e reorientação dos núcleos já existentes; e desenvolvimento dos grandes programas integrados de base rodofluvial e de ocupação empresarial orientada (Cr\$ 447,4 milhões).

④ Programas de Produção, Difusão e Utilização de Sementes Melhoradas. O setor agropecuário na Amazônia experimentou impulso satisfatório, nos últimos anos, no que tange ao volume da produção. Objetivando a melhoria

da produtividade do setor, serão implantados projetos em consonância com o Plano Nacional de Sementes Melhoradas - PLANASEM - visando à produção, difusão e utilização de sementes e mudas selecionadas, inclusive para suporte das atividades pecuárias (Cr\$ 23,9 milhões).

● INDÚSTRIA E SERVIÇOS

● Pesquisas Industriais. O projeto visa ao estudo do aproveitamento da matéria-prima local para formação de complexos industriais altamente consumidores de energia hidrelétrica, aproveitando o potencial regional de minério, madeira e energia. Inclui prioritariamente estudos de viabilidade de indústrias eletrotérmicas e eletrolíticas; estudos para implantação de ramos industriais complementares aos setores prioritários; sondagem conjuntural e pesquisa de mercado de produtos industrializados (Cr\$ 5,2 milhões).

● Distritos e Áreas Industriais. A implantação racional das indústrias regionais torna indispensável a definição de distritos e áreas industriais, objetivando a criação de infra-estrutura (água, energia, vias de acesso etc.), com a conseqüente redução dos custos operacionais, bem como eliminação dos efeitos negativos da industrialização em termos de poluição ambiental (Cr\$ 4,0 milhões).

● Desenvolvimento do Turismo. Tendo em vista o potencial de atração turística da Amazônia, que, convenientemente mobilizado, poderá transformar-se em expressiva fonte de geração de emprego e renda para a Região, o presente projeto visa a organizar as bases para a implantação de uma política de desenvolvimento para o turismo regional. Deverá ser elaborado um Plano Regional de Desenvolvimento Turístico, aproveitando-se inclusive estudos realizados e planos estaduais em fase de implementação (Cr\$ 5,0 milhões).

● Programa de Desenvolvimento Industrial. O programa visa a possibilitar a expansão do setor industrial da região, com vistas à industrialização de matérias-primas existentes para o que atentarã, prioritariamente à suplementação e complementação dos setores-chave da economia amazônica (madeira, minério, pecuária), cujos produtos são passíveis de vários graus de transformação industrial; à ampliação e consolidação do parque industrial beneficiado pelo sistema de incentivos fiscais; e à ampliação e modernização da pequena e média indústria, principalmente daquelas que sirvam de apoio às atividades agrícolas, madeireiras e pecuárias (Cr\$ 2 955,0 milhões).

● Produção de Celulose. Estudos e pesquisas sobre madeiras existentes na Amazônia comprovaram a viabilidade da produção de celulose, com base no aproveitamento de espécies tropicais, sendo necessária a implantação de uma fábrica-piloto com a finalidade de testar e divulgar tecnologias. Santarém foi escolhida como local para a implantação da fábrica, diante da existência, ali, do Centro de Tecnologia Madeireira da SUDAM (Cr\$ 7,5 milhões).

● RECURSOS NATURAIS

● Programa Especial de Aproveitamento Madeireiro. A racionalização da exploração madeireira na Amazônia exige, como medida fundamental e indispensável, um zoneamento do aproveitamento madeireiro, de modo a propiciar uma extração racional, seletiva e permanente, em contraposição à atual forma de exploração, predatória e indiscriminada (Cr\$ 514,2 milhões). Em suas linhas básicas, o programa prevê:

● seleção de áreas preliminarmente identificadas, representando cerca de 40 milhões de hectares a serem mantidas, permanentemente, sob o domínio público e destinadas à exploração florestal sustentada, procedida diretamente ou em regime de concessão por arrendamento à empresas privadas, mediante a obrigatoriedade de recomposição da mata explorada;

● sustação da exploração desordenada e predatória dos recursos florestais;

● avaliação, nessas áreas, dos estoques de madeiras comercializáveis, por espécie, e os parâmetros, qualitativos e quantitativos, para negociação de concessões;

● implantação de unidades de extração mecanizada para garantir abastecimento regular, permanente e adequado às empresas de processamento industrial de madeira;

● experimentação e difusão de métodos de educação e manejo para florestas de terra firme, que permitam atividades não itinerantes e contínuas, compatibilizando, cronologicamente, as atividades de extração e de reposição das matas em ciclos exploratórios definidos;

● criação de instrumentos de planejamento, execução e controle, com vistas à implementação do programa.

● Pesquisas Florestais. As atividades florestais na Amazônia se revestem, em grande parte, de caráter predatório. Há necessidade de dar prosseguimento, inclusive em ritmo mais acelerado, às pesquisas em curso, com vistas a racionalizar a exploração do setor madeireiro na região. Essas pesquisas envolverão experimentação de novos métodos e equipamentos para a tecnifica-

ção das atividades de extração florestal, de modo a obter-se aprimoramento das operações de corte e arrasto da madeira; introdução de modernas técnicas de manejo florestal que permitam o enriquecimento, gradual e progressivo, das matas nativas em espécies de maior valor comercial; estabelecimento de plantios de essências nativas ou exóticas de interesse industrial, visando a verificar o comportamento dessas espécies, nas condições ambientais. Os resultados dessas pesquisas deverão fornecer o respaldo técnico necessário para que as indústrias integrem o seu processo produtivo, engajando-se diretamente nas operações de extração e de recomposição da mata, assegurando, assim, suprimento regular e contínuo às suas necessidades de matéria-prima. Por outro lado, deverão ser ampliados e modernizados os laboratórios e centros de pesquisas florestais, para que realizem, satisfatoriamente, os programas previstos. O Centro de Tecnologia Madeireira, da SUDAM, localizada em Santarém, constitui-se no núcleo básico das atividades de pesquisa florestal na Amazônia. Os vários anos de experimentação continuada representam significativo acervo nesse campo de conhecimentos. Igualmente, o Instituto de Pesquisa da Amazônia - INPA, vinculado ao CNPq e sediado em Manaus, deverá oferecer importante contribuição nesse setor (Cr\$ 74,4 milhões).

⊗ Projeto RADAM. Consiste no levantamento aerofotogramétrico, através de Radar e de outros sensores remotos, de áreas da Amazônia e parte do Nordeste, numa extensão aproximada de 4 milhões de km², e na fotointerpretação das imagens obtidas, nos campos da geologia, geomorfologia, solos, vegetação e uso potencial da terra, para fornecimento das respectivas cartas temáticas e dos relatórios correspondentes. A cobertura fotogramétrica já se encontra concluída; no estágio atual do projeto, terão prosseguimento os trabalhos de fotointerpretação e divulgação dos relatórios (Cr\$ 39,7 milhões).

⊗ Programa do Trópico Úmido. Esse programa foi instituído em 1971, cabendo a sua coordenação ao Conselho Nacional de Pesquisas, assessorado pela SUDAM. Visa a coordenar a contribuição da ciência e da tecnologia ao melhor conhecimento das condições de adaptação do ser humano às peculiaridades do Trópico Úmido e à preservação do equilíbrio ecológico da região Amazônica. O programa contempla pesquisas agrícolas, pedológicas, florestais, pesquisas sobre medicina tropical e treinamento e especialização de pessoal (Cr\$ 60,0 milhões).

 MINERAÇÃO

● Pesquisas Minerais. A Amazônia apresenta perspectivas promissoras em relação aos recursos minerais. Particularmente, apresentam grande potencial, as duas faixas de terrenos antigos, de idade pré-cambriana, que se estendem às margens norte e sul do rio Amazonas, na zona de transição entre a bacia paleozóica e o continente proterozóico. Conquanto o ritmo da pesquisa mineral tenha se intensificado nos últimos anos, é necessário que, com os dados e informações do RADAM, sejam aprofundadas as pesquisas em áreas específicas de ocorrência virtual de recursos minerais. Assim, terão prosseguimento vários projetos específicos, destacando-se os que se realizam na área do Xingu-Araguais e na Bacia hidrográfica do rio Jamansim. Igualmente, apresentam importância potencial, a ser melhor determinada, as ocorrências de vulcanitos mineralizados em sulfetos matálicos (sobretudo de cobre, zinco e chumbo) identificados em vários pontos da região; a prospecção e pesquisa da bauxita fosforosa, na área amazônica do Maranhão, visando à produção de fertilizantes; os estudos de aproveitamento racional das ocorrências de diamantes e ouro aluvional no Tapajós e em Roraima. As pesquisas sobre caulim na bacia do rio Capim, já evidenciam boas condições de aproveitamento desse minério. Por outro lado, proceder-se-á ao estudo sistemático da grande bacia de evaporitos da Amazônia, a fim de detectar as possibilidades de aproveitamento econômico do seu potencial (Cr\$ 10,5 bilhões).

● Complexo Mineral Metalúrgico da Amazônia Oriental. O Complexo Mineral-Metalúrgico da Amazônia Oriental compreende a exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás e da bauxita da região de Trombetas, duas áreas que foram incluídas no Programa de Pólos Agrominerais e Agropecuários da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Essa exploração deverá possibilitar a implantação de uma grande usina siderúrgica nas cercanias de São Luís (Itaqui) e a transformação industrial da bauxita em alumina/alumínio em unidade produtiva a ser localizada nas proximidades de Belém (vila do Conde). A implementação do Complexo deverá exigir, nos próximos anos, grande esforço de mobilização de recursos financeiros, materiais e humanos, envolvendo a ação direta do Governo Federal, de empresas governamentais e privadas e dos Governos dos Estados do Pará e Maranhão. Basta mencionar que o total dos investimentos previstos para o Complexo é da ordem de Cr\$ 58 bilhões (US\$ 7,7 bilhões), dos quais mais de 50% no período de vigência do II PND.

● Complexo Ferrífero Carajás-Itaqui. Os projetos constantes do Complexo Ferrífero Carajás-Itaqui podem ser brevemente caracterizados do seguinte modo:

● Projeto Carajás - A região da serra dos Carajás, situada cerca de 150 km a sudoeste de Marabá, apresenta jazidas de ferro estimadas em cerca de 16 bilhões de toneladas. As pesquisas realizadas acusam um teor de ferro, da ordem de 66,7%, o que, conjugado com a dimensão das reservas existentes, viabiliza exploração em larga escala. Descobertas as jazidas em 1967, os trabalhos de prospecção geológica e condução do projeto ficaram, a partir de 1970, a cargo da Amazônia Mineração S.A., empresa resultante da Associação da Cia. Vale do Rio Doce-CVRD (51%), e da United States Steel-USS (49%), através da Cia. Meridional de Mineração. Os estudos de viabilidade, atualmente em fase de conclusão, foram efetuados pela VALUEC - Serviços Técnicos Ltda., consórcio da Rio Doce Engenharia e Planejamento, subsidiária da CVRD, e da U.S. Steel Engineers and Consultants Inc., subsidiária da USS. Nos trabalhos de prospecção e estudo de viabilidade, já foram despendidos cerca de Cr\$ 255 milhões (US\$ 30 milhões) e gerados cerca de 800 empregos. A previsão de exportações de minério de ferro é da ordem de 12 milhões de toneladas anuais (1979), atingindo o projeto plena capacidade em 1986, com 50 milhões de toneladas (quase o equivalente à atual produção nacional). Desse total, 20 milhões serão reservados à U.S. Steel e o restante destinar-se-á a exportações para outros clientes (Japão e Europa) e ao consumo interno na Siderúrgica de Itaqui.

● Ligação Ferroviária Carajás-Ilha de São Luís e Terminal Marítimo em Itaqui. No estudo de alternativas para escoamento do minério (via fluvial, mineroduto, via férrea), a solução alvitada foi a construção de uma

linha férrea eletrificada, ligando a mina à Ilha de São Luís, distante cerca de 890 km, tendo sobressaído as vantagens do Porto de Itaqui, pelas facilidades de acesso, profundidade natural, possibilidades de indução de atividades siderúrgicas e outros efeitos de importância para o desenvolvimento regional. O Terminal Marítimo a ser construído próximo ao Porto de Itaqui (10 km a sudoeste da cidade de São Luís), prevê a construção de dois cais, um deles capaz de acolher navios de até 300 mil tpb.

● Usina Siderúrgica de Itaqui. A construção da Usina Siderúrgica de Itaqui está intimamente ligada à exploração do minério de ferro da Serra dos Carajás. O projeto conjuga interesses da SIDERBRÁS e da Nippon Steel e visa à implantação de uma unidade siderúrgica produzindo, no 1º estágio, 3,7 milhões de toneladas anuais de semi-acabados de aço, com previsão de operação para 1981. Estão programadas ampliações subsequentes, em mais três estágios, a cada 30 meses, até atingir-se a produção de 14,2 milhões de toneladas anuais, a partir do décimo ano de operação. Num 2º estágio, estima-se em 6,2 milhões a capacidade da Usina, devendo, no 3º e 4º estágios, serem acrescentados módulos de 4 milhões de toneladas. O projeto encontra-se na fase de pré-viabilidade, com conclusão prevista para junho de 1975. Foram contratados estudos relacionados aos aspectos de abastecimento de água, energia, transportes, comunicações, matérias-primas, recursos humanos e equipamento urbano. Tais estudos, custeados pela SIDERBRÁS, deverão absorver recursos da ordem de Cr\$ 15 milhões (US\$ 2 milhões). O projeto de viabilidade está previsto para ser elaborado de julho de 1975 a junho de 1976, devendo o início da construção da Usina ocorrer ainda em 1976. Estima-se que, da produção da usina, 75% será destinado ao mercado externo e os restantes 25% para consumo interno. O conjunto mina, ferrovia, porto e usina deverá absorver recursos da ordem de Cr\$ 27,5 bilhões (US\$ 3,6 bilhões), até o completo funcionamento da primeira etapa do projeto (1981).

● Complexo do Alumínio Trombetas-Belém. O complexo do Alumínio Trombetas-Belém fundamenta-se na exploração das reservas de bauxita existentes na Amazônia, mais especificamente, as reservas de Trombetas (futuramente, as de Paragominas), e no amplo potencial hidrelétrico do rio Tocantins, compreendendo os seguintes projetos principais:

● Projeto Trombetas. Em fase de implementação, com obras já iniciadas e conclusão da primeira etapa prevista para fins de 1978 (mineração inicial de 3,35 milhões de toneladas de bauxita). O projeto prevê ainda ampliação para 8 a 10 milhões de toneladas/ano. Esta última escala deverá destinar 2,6 milhões de toneladas/ano ao atendimento total do projeto de alumina/alumínio, devendo o restante da produção de bauxita ser exportado para outras regiões do País e para o exterior. A limitação de 10 milhões de toneladas está condicionada pelo fluxo de navios suportável, muito embora as reservas de

bauxita permitam escalas consideravelmente maiores. Do ponto de vista do tamanho dos navios, o fator limitante é o chamado Canal Norte, no estuário do Amazonas, admitindo embarcações de 40 mil tpb como porte máximo. O projeto baseia-se nas reservas da Mineração Rio do Norte S.A., constituída pelas seguintes empresas: Companhia Vale do Rio Doce (41%); Companhia Brasileira de Alumínio (10%); Alcan Aluminium Limited, Canadá (19%); A.S. Aardal og Sunndal Verk, Noruega (5%); Norks Hidro A/S, Noruega (5%); Instituto Nacional de Indústria, Espanha (5%); Billiton International Metals B.V., Holanda (5%); Reynolds Metals Company, Estados Unidos (5%); The Rio Tinto Zinc Corp, Reino Unido (5%). As reservas estão estimadas em 500 milhões de toneladas de bauxita do tipo tri-hidratado, de boa qualidade comercial (Al₂O₃ - 50% e SiO₂ - 4%). Localizam-se a cerca de 25 km da margem direita do rio Trombetas e a 100 km abaixo, até sua desembocadura no Amazonas. Daí, cerca de 1 000 km até o Oceano Atlântico. Os investimentos totais para a implantação da primeira etapa do projeto são da ordem de Cr\$ 1,6 bilhão (US\$ 215 milhões). A ampliação para 8 a 10 milhões de toneladas implicará em inversões adicionais de Cr\$ 1,4 bilhão (US\$ 190 milhões).

● Projeto ALBRÁS (Alumina/Alumínio). A empresa Alumínio Brasileiro S/A - ALBRÁS, associação da CVRD (51%) e da Light Metal Smelters Association - IMSA (49%), programa para as proximidades de Belém, a instalação de unidade de produção de alumina, produto intermediário na produção de alumínio, para uma escala final de 1,3 milhão de toneladas/ano, em dois módulos de 650 mil toneladas, escala que poderá chegar, futuramente, a 3,2 milhões de toneladas/ano, em quatro módulos de 800 mil toneladas. O mercado para o primeiro módulo está assegurado e o início das operações deverá ocorrer em 1980, com 80 mil toneladas, alcançando 650 mil toneladas/ano em 1983. Em 1985, será alcançada a capacidade máxima do projeto: 1,3 milhões de toneladas/ano. A unidade de alumínio, em plena capacidade, deverá produzir 640 mil toneladas/ano, absorvendo cerca de 1,3 milhão de toneladas de alumina (2,6 milhões de toneladas de bauxita). A produção será escoada através de terminal portuário capaz de receber navios de até 35 mil tpb, destinando-se aos mercados brasileiro e japonês, na mesma proporção das participações acionárias da CVRD e IMSA. Os investimentos necessários à implantação deste projeto estão estimados em Cr\$ 15,9 bilhões (US\$ 2,12 bilhões), exclusive a participação da ALBRÁS na Usina de Tucuruí, estimada em Cr\$ 6 bilhões (US\$ 800 milhões).

● Projeto Tucuruí. A energia elétrica necessária ao projeto ALBRÁS será fornecida pela Usina de Tucuruí, a ser construída pela ELETRO-NORTE, no rio Tocantins, distante cerca de 300 km de Belém. A hidrelétrica de Tucuruí está sendo projetada para produzir 2 700 MW, em sua primeira etapa, podendo atingir a geração de 6 ou 7 mil MW, com a regularização da vazão do rio Tocantins. O complexo industrial demandará em torno de 1 300 MW, na escala prevista de 640 mil toneladas/ano de alumínio, programada como capacidade final (Cr\$ 1 553 milhões).

● Projeto de Interligação dos Sistemas CHESF - ELETRONORTE. Muito embora se tenha preliminarmente programado iniciar a produção de alumínio (40 mil toneladas/ano, em 1980), utilizando-se energia térmica, surge como solução mais adequada antecipar a ligação do Sistema CHESF até Belém, prevendo-se, posteriormente, sua integração com a Hidrelétrica de Tucuruí. Nesse sentido, o fornecimento de energia para a fase inicial do projeto seria feito pela CHESF (sem prejuízo do atendimento da demanda prevista para o Nordeste), a qual passaria, depois a receber, como reforço, a energia produzida em Tucuruí (Cr\$ 975 milhões).

● Programa de Pesquisas de Carvão no Alto Solimões. O agravamento da crise energética justifica uma maior intensificação das pesquisas geológicas, em todo território nacional, com vistas ao reconhecimento das reais potencialidades minerais e energéticas do sub-solo brasileiro. Com base nas interpretações de imagens de radar e em nova concepção geológica da região, o linhito do Alto Solimões (Formação Pebas), até pouco tempo tido como pouco promissor, está a merecer novas pesquisas, a fim de que sejam verificadas suas reais possibilidades. A região de interesse do programa está compreendida entre os paralelos 2º00' e 12º 00' e os meridianos 64º 00' e 74º 00', abrangendo toda a área prospectável, indicada pelo Projeto RADAM (cerca de 320 mil km²). As pesquisas terão como objetivo determinar o potencial linhítico da região e testar os modelos geológicos estabelecidos pelas imagens de radar. Para a execução do referido programa de pesquisas, prevê-se prazo máximo de 30 meses e, para sua 1ª etapa (12 meses) estão previstos recursos da ordem de Cr\$ 35 milhões.

● Programas de Apoio ao Desenvolvimento da Infra-Estrutura Regional e de Desenvolvimento Industrial Integrado. Para a viabilização do Complexo Mineral-Metalúrgico da Amazônia Oriental, o Governo Federal deverá propiciar, em articulação com os Governos dos Estados do Pará e do Maranhão, o necessário apoio ao desenvolvimento da infra-estrutura regional. Com esse objetivo, será conferida prioridade à elaboração e execução dos planos de desenvolvimento integrado previsto para os pólos de Carajás e Trombetas, incluídos no POLAMAZÔNIA, bem como à formação de mão-de-obra e ao reforço da infra-estrutura econômica e social urbanas nas áreas de influência do Complexo (São Luís e Belém, principalmente). Além disso, serão elaborados estudos visando ao desenvolvimento industrial integrado e à identificação e promoção de oportunidades industriais decorrentes dos complexos ferrífero Carajás-Itaqui e do Alumínio.

● Exploração de Calcário. O projeto prevê a implantação de três unidades de moagem de calcário (para uso como corretivo de solos), na Zona Bragantina e nos Municípios de Itaituba e Monte Alegre, no Estado do Pará, para aproveitamento das jazidas ali existentes. O desenvolvimento da agricultura regional irá demandar o uso de corretivos em quantidades crescentes, considerando-se a elevada acidez de grande parte dos solos amazônicos. O prazo de maturação

será de 5 anos, iniciando-se a execução em 1975. A partir de 1976, a oferta será da ordem de 24 mil toneladas de calcário, proveniente de uma das unidades previstas. Em 1978 deverá ocorrer a entrada em operação de uma segunda unidade elevando a oferta para 48 mil t/ano (Cr\$ 2,2 milhões).

④ Exploração do Minério de Caolim na Área do Rio Jari. Com esse projeto pretende-se alcançar, até 1979, produção e exportação de 220 mil t/ano, a ser duplicada após aquele ano. Trata-se de jazida de bom teor, cuja exploração pode ser iniciada a curto prazo, dada a sua localização favorável, às margens do Rio Jari, nas proximidades de sua foz no Amazonas. A entrada em operação está prevista para 1975/1976 (Cr\$ 138,0 milhões).

④ RECURSOS HUMANOS

④ Pesquisas sobre Recursos Humanos. O Projeto visa à realização de estudos básicos e específicos sobre recursos humanos, os quais servirão de subsídios para a implantação de programas de conservação, utilização e capacitação, tendo em vista as necessidades do desenvolvimento da região. Os estudos deverão ser orientados no sentido de caracterizar, na região, a situação médico-sanitária geral e do sistema educacional, aspectos relativos à mão-de-obra ao mercado de trabalho e ao comportamento das migrações (Cr\$ 16,2 milhões).

④ Apoio a Programas de Saúde na Região Amazônica. O projeto visa a reforçar o atendimento médico-sanitário da região (Cr\$ 395,6 milhões), em termos de:

④ racionalização funcional dos órgãos de saúde, de modo a atualizá-los e torná-los capazes de desempenhar a contento as suas funções;

④ emergência epidemiológica de repercussão local ou mesmo regional;

④ adversidades coletivas geradas por fatores anormais;

④ padronização dos métodos de coleta, tabulação e interpretação de dados vitais e informações de saúde.

④ Capacitação de Recursos Humanos em Áreas e Setores Selecionados. O projeto objetiva a capacitar pessoal adequado ao exercício de atividades exigidas pela nova etapa do desenvolvimento da Amazônia, considerando as premissas básicas que norteiam o crescimento da economia da região na eleição

de áreas e setores dinâmicos. Além da repercussão regional, o projeto busca efeitos a nível local. Deverá orientar-se para o reforço da infra-estrutura técnica voltada para a capacitação de recursos humanos nos setores de pesca, ma deira, pecuária, mineração, indústria e agricultura. Incluem-se também como prioritários os setores de construção civil, turismo, educação e saúde (Cr\$ 559,9 milhões).

⊙ ENERGIA

⊙ Ampliação da Capacidade das Usinas de Belém, Manaus e Rio Branco. Esses projetos objetivam o aumento da capacidade instalada, num total de 242 MW, nas seguintes capitais;: Belém - 132 MW; Manaus - 100 MW e Rio Branco - 10 MW. O surto de desenvolvimento dessas cidades deverá a médio prazo, ab sorver a oferta de energia, tendo em vista a atual capacidade instalada e a ev lução esperada de consumo (Cr\$ 433,3 milhões).

⊙ Construção da Hidrelétrica do Tucuruí. O projeto consiste na construção de uma usina hidrelétrica no rio Tocantins com capacidade, na 1ª etapa, de 2 700 MW, prevendo-se que entre em operação em 1981. A construção des sa usina permitirá a criação de um pólo industrial, com base na metalurgia do alumínio a partir da bauxita do rio Trombetas. Marginalmente, contribuirá para a exploração do minério de ferro da serra dos Carajás, não somente nos aspectos relacionados à lavra, terminais e siderurgia, como, especialmente, no tocante ao transporte ferroviário, com a eletrificação da ferrovia ligando a mina a Ita qui, no Maranhão. A ELETRONORTE, órgão responsável pelo projeto, despenderá no período recursos da ordem de Cr\$ 1 553,0 milhões.

⊙ Aproveitamento Hidrelétrico para Atendimento da Amazônia. Esses projetos prevêem o aproveitamento hidrelétrico dos rios Jatapú, no Amazonas, Trombetas, no Pará, Cotíngo, em Roraima e Jamari, em Rondônia. A implantação dessas unidades, além do atendimento dos pólos de Boa Vista, Porto Velho e da região da bauxita, visa a ampliar e garantir suprimento de energia elétrica a Manaus, em nível compatível com a evolução esperada de sua demanda industrial (Cr\$ 796,0 milhões).

⊙ Inventário dos Recursos Hidrelétricos das Bacias dos Rios Xingu, Tapajós e Madeira. O projeto destina-se ao inventário do potencial e a estudos de viabilidade para aproveitamento das bacias dos rios Xingu, Tapajós e Madeira, com vistas ao atendimento de eventuais mercados locais e à possível in ter li gação com os demais mercados nacionais (Cr\$ 105,0 milhões).

● Estudos para a Ampliação das Hidrelétricas de Coaracy Nunes e Curuã-Una. A usina de Curuã-Una, situada na cachoeira do Palhão, próxima da cidade de Santarém (PA), e a de Coaracy Nunes (Paredão), localizada no rio Araguari, território do Amapá, foram construídas para a geração de 20 a 40 MW, respectivamente. Estão previstos, no período, estudos visando à ampliação da capacidade instalada em mais 20 MW nas citadas usinas, estimando-se que tais ampliações absorvem recursos da ordem de Cr\$ 120 milhões, provenientes das Centrais Elétricas do Pará (CELPA), da Cia. de Eletricidade do Amapá (CEA e da ELETRONORTE).

● TRANSPORTES

● Rede Rodoviária. No período 1975/1979 serão implantadas 6 952,2 km da rede rodoviária básica da Amazônia compreendendo os seguintes trechos: BR-216 - Belém/Santa Maria; BR-163 - Cuiabá/Santarém; BR-230 - Humaitá/Lábrea; BR-210 - Macapá/Miter; BR-364 - Rio Branco/Fronteira com o Peru; BR-163 - Alenquer/Suriname; BR-307 - Taumaturgo/Içam; BR-174 - Vilhena/BR-230; BR-174 - Manaus/Boa Vista; BR-156 - Macapá/Guiana Francesa; BR-139 - Manaus/Porto Velho, e efetuadas obras de melhoramentos em 773 km a saber: BR-317 - Rio Branco/Assis Brasil; BR-364 - Porto Velho/Rio Branco (Cr\$ 1 796,8 milhões).

● Aeroportos. Será dado apoio à programação básica da Comissão de Aeroportos da Amazônia - COMARA, com vistas à construção de novos aeroportos e melhoramento dos já existentes. Estão previstos a ampliação, pavimentação e reparos em vários aeroportos da região, durante o período de 1975-1979. Entre esses projetos destaca-se a construção do Aeroporto Internacional de Manaus, que visa oferecer condições para o atendimento da demanda prevista nos próximos 20 anos, bem como tornar Manaus o centro do sistema de proteção e apoio às rotas aéreas que cruzam a Amazônia (Cr\$ 393,7 milhões).

● Portos. Serão efetivados no setor os programas a seguir indicados, que prevêem aplicações de Cr\$ 223,3 milhões:

- melhorias dos portos de Belém, Manaus e Macapá;
- prosseguimento das obras de melhoria do Terminal de Miramar (Belém);
- elaboração dos estudos para determinar a localização do novo porto de Belém;

● complementação e aparelhamento dos portos incluídos no Programa de Integração Nacional - PIN;

- obras de melhoramento geral no porto de Santarém;
- construção de portos de Humaitá e Caracaraí;
- construção de portos fluviais no Estado do Amazonas;
- conclusão do porto de Porto Velho, inclusive construção dos armazéns;
- construção do porto de Tucuruí;
- reconstrução do porto de Marabá.

● Hidroviás. No campo da navegação fluvial, pretende-se dar prosseguimento aos estudos dos rios da Bacia Amazônica, com a implantação de uma rede hidrométrica; construção da eclusa de Tucuruí, objetivando atender à navegação do rio Tocantins e a implantação da Hidrelétrica de Itaboca; melhoramento da navegação dos rios tributários do Amazonas e implantação de uma rede hidrométrica na Bacia do Tocantins (Cr\$ 183,8 milhões).

● Embarcações. Com a implantação da malha portuária na Região, a Empresa de Navegação da Amazônia S.A.- ENASA reforçará o transporte hidroviário na Bacia Amazônica, com a construção de empurradores de 2 mil BHP e chatas totalizando 2 mil tps, além da construção de diversas embarcações (Cr\$ 370,0 milhões).

● Ferrovias. O projeto visa à implantação da ferrovia entre a Serra dos Carajás, no Pará e o Porto de Itaqui, no Maranhão, além do estudo de viabilidade da sua eletrificação. O custo operacional unitário da tração elétrica é sensivelmente menor que o custo da tração diesel ou diesel-elétrica, em que pese o elevado custo do investimento inicial; considerando o aumento do custo do petróleo, que favorece a opção pelo sistema de tração elétrica, e que esta torna-se viável a partir de uma densidade de tráfego superior a 7 milhões de toneladas/quilômetro/ano, (a movimentação prevista na ferrovia será da ordem de 20 milhões de toneladas/ano), depreende-se a inclinação pela eletrificação da ferrovia. Daí a importância da Hidrelétrica de Tucuruí também para esse empreendimento (Cr\$ 3 113 milhões).

● COMUNICAÇÕES

Com o objetivo de eliminar os atuais estrangulamentos do sistema de telecomunicações, prevê-se a inclusão da Região Amazônica nos seguintes projetos de âmbito nacional:

- expansão e modernização dos serviços urbanos e interurbanos de telefonia pública, de forma adequada às necessidades regionais;
- sistema doméstico de comunicação via satélite;
- ampliação da rede básica de telecomunicações e implantação de centros e sistemas de interligação das redes locais e redes de longas distâncias da EMBRATEL;
- inclusão de Belém na rede nacional de estações costeiras;
- inclusão da Região na expansão e modernização da rede nacional de Telex;
- instalação em Belém de unidade de concentração da rede nacional de transmissão de dados;
- ampliação da rede nacional de telégrafos;
- inclusão de Manaus na rede nacional de audio e TV (visibilidade direta ou satélite);
- instalação de novas agências postais;
- instalação de unidades de radiodifusão na Amazônia, a ser realizada pela Empresa Brasileira de Radiodifusão (a ser criada) quando o setor não despertar comercialmente a iniciativa privada.

● ZONA FRANCA

O mecanismo da Zona Franca de Manaus vem sendo o principal instrumento de desenvolvimento da Amazônia Ocidental, notadamente da cidade de Manaus, sua principal beneficiada.

Desde sua criação, em 1967, já foram aprovados pela SUFRAMA 107 projetos, dos quais 78 já se encontram implantados e os 29 restantes, em fase de implantação, com investimentos totais da ordem de Cr\$ 1,8 bilhão.

Para o período 1975-1977, com vistas a consolidar e aprimorar o mecanismo da Zona Franca de Manaus, a SUFRAMA concentrará atividades nas seguintes realizações:

● complementação das obras de infra-estrutura do Distrito Industrial de Manaus, inclusive com a implantação da "Área Internacional" destinada à comercialização de produtos com o exterior;

● implantação do Distrito Agropecuário, visando a identificação dos tipos de culturas e das técnicas recomendáveis ao trato e exploração do solo da região, bem como possibilitar o surgimento de um centro abastecedor de Manaus.

Estimam-se em Cr\$ 116,8 milhões os recursos a serem aplicados no período.

● APOIO FINANCEIRO OFICIAL

A atuação das agências oficiais de Crédito (BASA, BB, BNDE e BNH, principalmente) estará voltada para o atendimento das atividades produtivas da região, principalmente pela aplicação de recursos oriundos de programas especiais - PROTERRA, PIN, Fundo Urbano, repasses oficiais, parcela de Imposto sobre Operações Financeiras - IOF, além dos incentivos fiscais que constituirão a fonte básica capaz de estimular e expandir a iniciativa privada. Estimam-se em Cr\$ 3,7 bilhões os novos recursos a serem aplicados no período, cabendo ao Banco da Amazônia - BASA, participar com Cr\$ 1,5 bilhões desse total, na região.

No tocante à programação creditícia, esta deverá atender a seguinte linha de ação:

● Crédito Rural. Será orientado no sentido de permitir o alcance dos seguintes objetivos básicos:

● possibilitar a implantação e consolidação dos grandes projetos agropecuários da região, estabelecidos com estímulos da política de incentivos fiscais, a fim de melhorar o abastecimento interno e gerar excedentes para a exportação;

- permitir uma melhoria na combinação de recursos produtivos das pequenas e médias fazendas, mediante a introdução de novas técnicas, capazes de elevar a produtividade do trabalhador rural;

- facilitar a expansão das lavouras que apresentam vantagens comparativas na região, tais como arroz, guaraná, pimenta-do-reino e cacau;

- melhorar o sistema de abastecimento de produtos hortifrutigranjeiros, de modo a reduzir o custo de alimentação, principalmente em Manaus, Belém, Rio Branco e outras capitais;

- transformar a atividade extrativa da seringueira em cultura racional e competitiva, a fim de assegurar o crescente suprimento de matéria-prima.

● Crédito Industrial. Os objetivos do programa de crédito industrial, dentro da estratégia a ser adotada no Plano de Desenvolvimento da Amazônia, para o período 1975-1979, são os seguintes:

- consolidar e modernizar as pequenas e médias empresas, sobretudo através de programas conjugados de assistência e crédito;

- favorecer a implantação e expansão das indústrias que na região apresentam evidentes vantagens comparativas, tais como madeira, mineração e industrialização de matérias-primas oriundas da agricultura regional;

- propiciar o suprimento de capital de giro às empresas a fim de evitar o surgimento de capacidade ociosa nos equipamentos instalados;

- complementar o esforço dos governos estaduais e municipais na implantação da infra-estrutura urbana, através da antecipação de recursos para realização de empreendimentos dessa natureza.

4

Desenvolvimento de Outras Regiões

ESTRATÉGIA E OBJETIVOS

A política nacional de desenvolvimento regional, com prioridade para o Nordeste e Amazônia não pretende a abrangência de todo território brasileiro, senão usufruir as vantagens dessa extensão, como forma de ampliação do mercado interno e da fronteira econômica, com vistas à integração nacional e a uma melhor distribuição espacial do desenvolvimento.

Objetiva, fundamentalmente, a promoção de áreas ou subáreas selecionadas que requeiram tratamento especial diante das potencialidades presentes, ou que venham sofrendo um processo de recessão ou estagnação.

Nesse conjunto incluem-se subáreas do Centro-Oeste e do Planalto Central, na área de jurisdição da SUDECO, em processo de ocupação e expansão e que, aos poucos, estão sendo integradas aos centros mais dinâmicos do País, ao Nordeste e à Amazônia, além de outras situadas nas Regiões Sul e Sudeste.



CENTRO-OESTE

A região Centro-Oeste apresenta-se como uma área em que as ações específicas de desenvolvimento regional deverão ser intensificadas nos próximos anos, de acordo com os objetivos nacionais de integração econômica e de maior participação das regiões no processo de desenvolvimento.

Caracterizado até recentemente pelo isolamento e, em decorrência, pelo retraimento das atividades econômicas e reduzido intercâmbio com as demais regiões, o Centro-Oeste experimenta agora rápidas e vigorosas modificações. A construção de Brasília, a implantação de grandes eixos rodoviários ligando o Planalto Central à Amazônia e ao Centro-Sul, a ocupação econômica de partes estratégicas de seu território - no sul de Mato Grosso pelo aproveitamento crescente de terras com lavouras, no norte, pela concentração de projetos a grópecuários beneficiários de incentivos fiscais e em Goiás, a rápida polarização de atividades ao longo da Belém-Brasília - são os principais responsáveis por essa impulsão.

O surgimento do PRODOESTE, em 1972, propiciou a criação e o fortalecimento da infra-estrutura econômica regional em termos de rodovias federais, estradas vicinais, saneamento básico, rede de armazéns e silos, constituindo outro importante marco de desenvolvimento da área.

A criação do Programa de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCENTRO, deverá propiciar a intensificação do aproveitamento agrícola de áreas selecionadas de cerrados, nos Estados de Goiás, Mato Grosso e Minas Gerais.

Outras sub-regiões do Centro-Oeste já estão sendo objeto de programação especial do Governo Federal, como Aripuanã, Pantanal, Região Geoeconômica de Brasília, além daquelas inseridas no Programa de Pólos de Desenvolvimento da Amazônia, entre as quais Rondonia, Juruena, Xingu-Araguaia e Araguaia-Tocantins.

A estratégia a ser adotada compreende a ação integrada em Áreas-Programa selecionadas, o que possibilitará um rápido retorno dos investimentos públicos, assegurando-se, ainda, melhores oportunidades para os empreendimentos privados.

As ações setoriais e os projetos a serem executados no âmbito

dessas áreas estarão relacionadas com as diretrizes que orientam os programas especiais de desenvolvimento regional como o PIN, PROTERRA, o POLAMAZÔNIA e o POLOCENTRO.

Tendo presente os critérios básicos que orientam a escolha de áreas prioritárias - aproveitamento dos recursos existentes e fortalecimento da economia regional através da ocupação produtiva da Amazônia - as atividades a serem desenvolvidas deverão restringir-se aos projetos e setores prioritários selecionados, com o objetivo de otimizar a utilização dos recursos financeiros. As atividades programadas para as regiões de ocupação em Pondônia, Aripuanã, Juruena, Xingu-Araguaia e Araguaia/Tocantins enquadram-se nas diretrizes do Programa de Integração Nacional, de agregação e incorporação de áreas novas ao setor produtivo nacional, fundadas na ocupação adequada, colonização orientada, implantação de malha viária de penetração e construção de novos núcleos urbanos de apoio às atividades rurais.

Para a Região Geo-Econômica de Brasília, assim como para as áreas selecionadas do POLOCENTRO, as ações voltar-se-ão para a consolidação da infra-estrutura de apoio e fortalecimento dos setores produtivos básicos.

Nas áreas de Campo Grande/Dourados e do Pantanal, as atividades programadas terão como objetivos principais a melhoria da tecnologia da exploração agropecuária, a elevação da produtividade e a adequação da infra-estrutura econômica, com vistas ao aproveitamento pleno das potencialidades da região.

O apoio dos órgãos de desenvolvimento na promoção e articulação das atividades programadas, além dos Programas Especiais de Desenvolvimento Regional e Fundos Especiais - dentre estes o FDPI - são os principais instrumentos com que conta a região Centro-Oeste para a execução das realizações programadas.

SUL

Os objetivos da política regional, na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento da Região Sul - SUDESUL, são os de se atingir maior eficiência e dinamismo do sistema econômico e, conseqüentemente, mais sólida integração com o eixo de desenvolvimento formado pelas áreas de influência de São Paulo e Rio de Janeiro.

A par de estudos setoriais relacionados de modo especial com o desenvolvimento da agroindústria, recuperação e incorporação de novas faixas de terras à agricultura regional e formação de complexos industriais, serão conduzidos programas e projetos que visem a solução de problemas sub-regionais ou desenvolvam novas perspectivas para a economia dos Estados sulinos.

No oeste Paranaense será implementado programa especial de apoio à economia regional, através de projetos integrados voltados para o reforço da infra-estrutura econômica e social da área, complementando o esforço da construção de Itaipu.

Alguns projetos em andamento, a cargo da SUDESUL, deverão ter continuidade assegurada, além de outros a serem implementados:

④ Projeto Sudoeste I, com área de influência superior a 72 mil km², no Estado do Rio Grande do Sul; visa à melhoria da produtividade e à modernização da pecuária da Região, através de estudos e pesquisas e da prestação de assistência técnica e treinamento a nível das unidades rurais.

④ Projeto de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim, de interesse bilateral do Brasil e do Uruguai; objetiva promover o desenvolvimento integrado da bacia, através da construção de barragens para aproveitamento energético, regularização e utilização hidro-agrícola de extensa área subutilizada.

④ Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, que tem como principal objetivo a instalação de infra-estrutura básica e de importantes unidades industriais no complexo carbonífero do Sul do Estado, sobretudo voltadas para a produção de fertilizantes e produtos químicos, além de produtos siderúrgicos com base nos amplos recursos minerais existentes naquela área, especialmente carvão, fluorita e bauxita.

④ Projeto Noroeste do Paraná, desenvolvido pela Organização dos Estados Americanos - OEA, em articulação com a SUDESUL e DNOS; estuda os efeitos da erosão, ocorrente em área superior a 67 mil km², e que permitirá a incorporação à atual área cultivada de cerca de 1,9 milhão de hectares, ampliando, significativamente, as possibilidades de uma região já responsável por 12% das exportações nacionais de produtos agrícolas.

④ Projeto de Aproveitamento Hidroagrícola de Camacã (RS), na

margem ocidental de Lagoa dos Patos; objetiva a expansão de uma área de significativo potencial hidroagrícola, mediante o disciplinamento e a racionalização do uso dos solos em cerca de 140 mil hectares, visando à produção rizícola e à ampliação das atividades pastoris.

Para o desenvolvimento desses projetos serão mobilizados esforços integrados do governo e iniciativa privada, destacando-se aportes de Transferências Federais e Fundos Especiais, entre os quais o Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados - FDPI.

④ SUDESTE

A política de desenvolvimento regional no SUDESTE contempla, basicamente, três grandes linhas de atuação:

④ Consolidação do grande núcleo do núcleo São Paulo-Pio-Belo Horizonte.

④ Recuperação de áreas estagnadas ou deprimidas, encravadas na área de influência dos grandes centros dinâmicos do País.

④ Ocupação e integração, ao sistema produtivo, de extenso vazão demográfico e econômico no noroeste do Estado de Minas Gerais.

Na década atual a região Centro-Sul, pelo elevado nível de renda já alcançado, estará enfrentando os problemas típicos da sociedade moderna: crescimento de aglomerados urbanos como o Grande São Paulo e o Grande Rio, comparável ao das maiores concentrações humanas em países industrializados; poluição crítica nos principais centros industriais; revolução tecnológica, e suas repercussões sobre a atividade econômica e social; e consolidação das já intensas relações com o exterior.

A continuidade do desenvolvimento dessa área exigirá a implantação de novas indústrias de tecnologia refinada, além da consolidação de ramos industriais básicos como a siderurgia e a construção naval, a criação de uma estrutura integrada indústria-ciência-tecnologia, a expansão da agricultura em bases empresariais; a melhoria dos sistemas de comercialização de produtos industriais e agrícolas, a solidificação do intercâmbio com os mercados externos, a consolidação das regiões metropolitanas do Grande São Paulo e da Grande Belo

Horizonte e a implantação da região do Grande Rio, indispensáveis à ação coordenada dos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Os Estados mais desenvolvidos do Centro-Sul continuarão a colaborar com o Governo Federal, no esforço de consolidar a política de integração nacional, seja mediante cooperação financeira por intermédio dos bancos oficiais daqueles Estados, seja através dos Incentivos Fiscais que sustentarão os grandes programas de caráter regional, como o PII, PROTERRA e Pólos de Desenvolvimento da Amazônia. Por outro lado, o Centro-Sul continuará absorvendo a maior parcela do capital físico do País em equipamentos, instalações e edificações, tanto na indústria quanto na agricultura, com o objetivo de garantir os altos níveis de crescimento aí presentes, responsáveis que são, mais ponderavelmente, pelas elevadas taxas de desenvolvimento nacional.

No que se refere às áreas de menor crescimento relativo no Sudeste, destaca-se a execução de um programa de scerquirento da economia do Espírito Santo, através da concessão de estímulos fiscais especiais, geridos pelo Grupo Executivo de Recuperação do Estado do Espírito Santo - GERES, que vem propiciando condições para a coordenação dos esforços federais, estaduais e do setor privado, com vistas à modernização dos setores dinâmicos da economia capixaba.

Na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais, área em processo de estagnação pronunciada, será desenvolvido um amplo programa especial voltado para o fortalecimento da infra-estrutura regional, modernização da tecnologia agrícola e do sistema de comercialização, além da implantação de agroindústrias e apoio às unidades produtoras sub-regionais, através de programas de crédito e de assistência técnica.

Na linha de ocupação e integração de regiões periféricas ao sistema produtivo, desenvolve-se em Minas Gerais o Projeto Planorceste, em decorrência de convênio entre o Governo Brasileiro e o BID. O programa visa a transformar profundamente o panorama econômico e social de vasta área a noroeste do Estado, compreendendo ações no sentido do fortalecimento da infra-estrutura básica e da ocupação progressiva da região, com ênfase em programas de colonização. Nessa área, será implantado o Distrito Agro-Industrial de Jaíba, prevenindo-se a irrigação, numa primeira fase, de cerca de 100 mil hectares, representando uma experiência de integração em que o Governo participa com a implantação da infra-estrutura básica, ficando a cargo da iniciativa privada a construção da infra-estrutura complementar nas diferentes unidades empresariais.

Assim, o atendimento a problemas regionais ou sub-regionais, em áreas não beneficiadas com política especial de desenvolvimento, se realizará através de estudos básicos e programas conduzidos pelas agências de desenvolvimento, federais ou estaduais. As medidas de apoio a projetos setoriais de interesse regional, as Transferências Federais e a participação dos Fundos Especiais sobressaem como mecanismos e instrumentos básicos da ação regional.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS (*)

No âmbito do desenvolvimento regional, a ação programada para as regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste será orientada basicamente para a implementação e o apoio aos grandes programas de desenvolvimento integrado em áreas selecionadas, e complementada, em certos casos, por incentivos fiscais, programas e fundos especiais, além da programação de caráter setorial (Cr\$ 16 544, 0 milhões).

As transferências do Governo Federal aos Estados e Municípios, para essas três regiões, são estimadas nos seguintes valores: Fundos de Participação dos Estados, Cr\$ 6 541,0 milhões; Fundo de Participação dos Municípios, Cr\$ 9 145,0 milhões; Fundo Especial, Cr\$ 555,0 milhões.

A programação do Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados (FDPI), deverá prever aplicações de recursos nos programas prioritários e em outros projetos integrados do Centro-Oeste, Sul e Sudeste.



CENTRO-OESTE

No Centro-Oeste, a ação prioritária, envolvendo os programas do Pantanal, Aripuanã, Região Geo-Econômica de Brasília, Dourados e POLOCENTRO, corresponde a investimentos da ordem de Cr\$ 7 618,0 milhões, com recursos do Governo Federal, Programas Especiais, Governos Estaduais e outras fontes.

Nessa região encontram-se as áreas de Rondônia, Juruena, Xingu-Araguaia, Araguaia-Tocantins e Aripuanã, contempladas pelo Programa de Desenvolvimento de Pólos Agropecuários e Agrorinerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA, além

(*) O valor dos programas, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1979.

de parcela significativa do seu território estar beneficiada com os incentivos fiscais administrados pela SUDAM e aplicações do PIN e PROTERPA.

No setor energético, o Centro-Oeste terá sua capacidade de geração acrescida de 1 260 MW através das usinas hidrelétricas de São Félix, Couto Magalhães e Cachoeira Dourada (Cr\$ 2 010,0 milhões).

● SUL

Na região Sul, através dos Ministérios Setoriais e, principalmente, da SUDESUL e do DNOS, e com a participação dos governos estaduais e outras entidades públicas e privadas, terá continuidade e execução dos programas prioritários da Bacia da Lagoa Mirim, Noroeste do Paraná, Litoral Sul de Santa Catarina, Sudoeste I, Aproveitamento Hidroagrícola do Vale do Camaquã, e Programa Especial do Oeste do Paraná (Cr\$ 5 845,0 milhões).

● SUDESTE

Na região Sudeste, contarão com apoio institucional e financeiro do Governo Federal os programas do PLANOROESTE, Distrito Agroindustrial de Jaíba e PRODEMATÁ, de responsabilidade do Governo de Minas Gerais (Cr\$ 2 870,0 milhões).

No Espírito Santo terá prosseguimento a ação do Grupo Executivo para a Recuperação Econômica do Estado - GERES, com recursos de incentivos fiscais especiais e de outras fontes (Cr\$ 211 milhões).

O Programa Especial do Norte Fluminense, de outra parte, objetiva a realização de obras de recuperação das bacias selecionadas dos rios São João, Macaé, Baixo Paraíba do Sul e Sarapuí-Itirati, efetuando-se trabalhos de saneamento geral, drenagem e recuperação de terras para fins agrícolas (Cr\$ 375,0 milhões).

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

● CENTRO OESTE

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

● Programa Especial de Desenvolvimento dos Cerrados - POLOCEN

TRO - O Programa destina-se a propiciar ocupação racional e ordenada dos Cerrados, que cobrem partes dos Estados de Minas Gerais e do Mato Grosso e quase todo o Estado de Goiás. O POLOCENTRO objetiva ainda a incorporar 3 milhões de ha de cerrados à agropecuária dos quais 1,8 milhão ha com lavouras. Consistirá na conjugação da pesquisa, experimentação e produção agropecuária, florestamento e reflorestamento, assistência técnica e crédito rural orientado, aliada ao fortalecimento de infra-estrutura básica de apoio (estradas vicinais, eletrificação rural, armazenagem e comercialização). Será desenvolvido em 12 áreas selecionadas:

● Gurupi (envolve uma faixa de 200 km de extensão por 40 km de largura, entre Porangatu e Gurupi, tendo o leito da rodovia Belém-Brasília como eixo-central;

● Paranã (área de 20 km de cada lado da BR-020 entre o rio Parain e a Cidade de Posse;

● Pirineus - (área limitada pela BR-080, divisa do Distrito Federal com Goiás, Rio Maranhão e das Almas);

● Piranhas (10 km de cada lado ao longo da BR-158 entre Piranhas e Aragarças);

● Rio Verde (área de 1,2 milhão de ha);

● Parecis (a área está situada às Margens da BR-364 em faixa de 40 km ao norte da rodovia entre os ribeirões Sumidouro e Sacré;

● Xavantina (área limitada entre o rio Cristalino e seu afluente, o ribeirão Hermano);

● Três Lagoas-Campo Grande (a área estende-se por uma faixa de 20 km de cada lado da Estrada de Ferro Noroeste de Três Lagoas a Campo Grande);

● Bodoquena (área correspondente à faixa de terras existentes a 20 km de cada lado da rodovia que liga Aruidauana a Bonito);

● Vão do Paracatu (área situada na faixa de 20 km de cada lado da rodovia BR-040 entre Paracatu e BR-365);

● Alto-Médio São Francisco (a área limita-se pelos rios Paraopeba, São Francisco e das Velhas, de Sete Lagoas até Pirapora);

● Triângulo Mineiro (foi selecionada a faixa de 40 km de cada lado da BR-365 entre Patrocínio e Uberlândia).

O POLOCENTRO, prevê investimentos da ordem de Cr\$ 2 bilhões, além dos recursos destinados ao crédito agropecuário e a incentivos fiscais para florestamento-reflorestamento (estimados globalmente em Cr\$ 10 bilhões, no triênio).

● Programa Especial de Desenvolvimento do Pantanal. Em execução a partir de 1974, o Programa do Pantanal representa um conjunto de medidas destinadas a dotar a região do Pantanal Mato-grossense de condições para a melhor utilização de seus amplos recursos para sua definitiva integração ao desenvolvimento nacional. Com superfície aproximada de 170 mil km² e abrigando um rebanho de 6 milhões de cabeças de gado, a região do Pantanal notabiliza-se por singular vocação para a pecuária, em virtude de seus extensos campos naturais de pastagens, e constitui, atualmente, uma das áreas-fronteira de maior potencialidade de desenvolvimento do Centro-Oeste (Cr\$ 988,0 milhões). O Programa compreende as seguintes linhas de ação:

● complementação da infra-estrutura de transportes, principalmente através da implantação de rodovias e do aproveitamento da rede hidrográfica;

● regularização dos cursos d'água, com vistas ao controle de enchentes, ao aproveitamento hidrográfico e ao saneamento básico;

● expansão da oferta de energia;

● melhoria das pastagens, das técnicas de defesa sanitária e introdução de tecnologia adequada de manejo pecuário;

● estímulo à industrialização de matérias-primas locais, principalmente da carne.

④ Projeto Aripuanã - Iniciado em 1973, com a implantação do Núcleo de Pesquisas de Humboldt, próximo do Salto Dardanelos no rio Aripuanã, visa a estabelecer as bases para o planejamento integrado do Município de Aripuanã, com superfície de cerca de 140 mil km². A área apresenta características de um imenso vazio econômico e demográfico, dotada, porém, de um potencial expressivo de recursos naturais, a ser explorado dentro de uma política racional de ocupação territorial onde se destacam as reservas de madeira de alto valor comercial, as possibilidades mineralógicas e as condições de clima e solo propícias à exploração da pecuária em larga escala e à utilização de culturas de lavouras permanentes. A alienação de cerca de 2 milhões de hectares de terras pelo Governo de Mato Grosso a empresários privados, em área situada entre os rios Juruena e o Aripuanã, propiciará as bases para ocupação orientada, com amplo aproveitamento dos recursos naturais existentes. Aripuanã constitui uma das áreas selecionadas do Programa de Desenvolvimento de Pólos da Amazônia (Cr\$317,0 milhões).

④ Região Geo-Econômica de Brasília - O programa de investimentos para a região Geo-Econômica de Brasília busca o desenvolvimento econômico e social das áreas periféricas do Distrito Federal. Entre os objetivos enunciados situam-se a minimização dos fluxos migratórios dirigidos para Brasília, o fortalecimento da economia regional e a integração intra-regional, através do fortalecimento da rede urbana, em áreas selecionadas. As aplicações programadas abrangem os setores de educação, saúde, saneamento básico, energia elétrica (geração e transmissão), transporte rodoviário, telefonia urbana e interurbana, desenvolvimento rural (pesquisa, experimentação, assistência técnica, fomento, produção de corretivos de solos, etc), além do desenvolvimento agro-industrial, distribuídas em cinco Áreas-Programa: Eixo Ceres-Anápolis, Área de Influência das BRs 030 e 050, Área de Mineração e Vale do Paranã, em Goiás, e Área de Paracatu, em Minas Gerais. Tais áreas foram selecionadas segundo critérios estabelecidos em função das potencialidades existentes e dos objetivos do Programa (Cr\$ 1 600 milhões).

④ Programa de Desenvolvimento da Grande Dourados - O projeto tem como objetivo básico, aumentar de 1 milhão para 5 milhões de hectares a área utilizada na produção de cereais e oleaginosas. Destacam-se as condições favoráveis existentes na região para a expansão da triticultura, que possibilitará ao País buscar a auto-suficiência em trigo. A meta preconizada para o período 1975-1979 é a incorporação de 1,1 milhão de hectares ao sistema produti-

vo, o que, permitirá o agregamento de mais de 1 milhão de toneladas à atual produção de cereais e oleaginosas da Grande Dourados. A consecução dessa meta exigirá a execução de um conjunto de subprogramas e projetos de reforço à infraestrutura, pela ação direta do Poder Público e pelo estímulo à iniciativa privada (Cr\$ 2 040 milhões). Do conjunto de subprogramas e projetos, destacam-se:

① construção de armazéns para estocagem, a granel e em sacos, com capacidade nominal para um milhão de toneladas;

② construção de 600 km de estradas rurais e execução de trabalhos de melhoria e conservação de 23 mil km;

③ implantação de cerca de 1 400 km de linhas de transmissão e subestações com capacidade total de 123 MVA;

④ incentivo às práticas conservacionistas dos solos agricultáveis e estabelecimento de critérios adequados para controle da erosão urbana;

⑤ implantação de um sistema de pesquisas para determinação das melhores variedades e condições de plantio para as diversas culturas, sendo eleito Dourados como Centro de Pesquisas;

⑥ incentivos à suinocultura;

⑦ programação de uma linha especial de crédito rural para despesas de custeio e investimento.

⑧ SUL

⑧ Projeto Noroeste do Paraná. O Projeto Noroeste do Paraná teve origem nos trabalhos conjuntos realizados pelo Ministério do Interior (SUDESUL e DNOS) e a OEA, tendo por objetivo reduzir os efeitos da erosão ocorrente no noroeste do Estado. A área do projeto, 67 mil km², abriga 3,5 milhões de habitantes e cobre um terço da superfície do Estado, sendo aí gerados metade do produto e da arrecadação

estadual e cerca de 12% das exportações nacionais de produtos agrícolas. Entretanto o problema da erosão, que é resultado do inadequado uso do solo e de condições naturais, vem assumindo aspectos de real calamidade. Exige, portanto, uma efetiva ação de controle, conjugada com medidas que permitam o aproveitamento adequado dos solos de alta qualidade, inclusive com incorporação à lavoura de 1,9 milhão de hectares de terras, atualmente subaproveitadas. O projeto inclui a construção de obras de defesa contra a erosão no meio urbano e rural (Cr\$ 324,0 milhões).

② Projeto Litoral Sul de Santa Catarina. O Projeto Litoral Sul de Santa Catarina, em execução através da SUDESUL e do Governo do Estado, tem como objetivo o desenvolvimento integrado da região carbonífera do sul catarinense, abrangendo uma área de 9 800 km² e população superior a 500 mil habitantes. Tem por base a implantação de um complexo industrial voltado para o aproveitamento das matérias-primas locais, especialmente rejeitos piritosos do carvão e fluorita, em função do qual são equacionados os projetos complementares de infra-estrutura, agricultura, abastecimento e planejamento urbano. O projeto preconiza, também a revalorização dos recursos turísticos existentes na área, principalmente através da melhoria da infra-estrutura de acesso e preservação ecológico-paisagística (Cr\$ 367,8 milhões).

③ Projeto Sudoeste - I. O Projeto Sudoeste - I, desenvolvido sob a responsabilidade da SUDESUL, objetiva promover o desenvolvimento integrado de uma área de 72 mil km², abrangendo 19 municípios do Sudoeste do Rio Grande do Sul, através de amplo programa de estudos, pesquisas, assistência técnica e treinamento, a nível de unidade produtora rural. Responsável por mais de 30% da atividade pecuária do Estado e 7% da produção agrícola, a região em foco apresenta sinais de relativa estagnação econômica, em função, principalmente, de graves problemas de esgotamento das pastagens e condições dos solos, que demandam novas práticas e nova tecnologia aplicadas ao sistema de produção agropecuária. Neste sentido, o Projeto Sudoeste - I envolve o levantamento das potencialidades e limitações dos recursos naturais da área, investigações agrotécnicas, melhoria da estrutura de comercialização, implantação de indústrias para o beneficiamento da produção e aplicação de nova tecnologia a nível de unidade rural. Iniciado em 1972, o Projeto já atingiu 2 200 propriedades, com uma área de 570 mil ha, estimando-se atingir no triênio mais 6 milhões de hectares (Cr\$ 33,3 milhões).

④ Plano de Desenvolvimento da Bacia da Lagoa Mirim. Este plano tem como objetivo promover o desenvolvimento integrado da Bacia da Lagoa Mirim, na parte do território brasileiro, em uma área de 29 500 km², em articulação com o Governo uruguaio. Nessa área, que abriga população superior a 650 mil habitantes, está em execução um conjunto de medidas destinadas a permitir o maior aproveitamento do seu potencial, objetivando: a proteção contra inundações; incorporação de novas áreas; regularização e melhoramento da navegação na lagoa e nas vias para o mar; e irrigação e abastecimento d'água. As principais obras em execução são as da barragem-eclusa do canal de S. Gonçalo e o projeto-piloto de irrigação do Chasqueiro. No conjunto dos projetos para o desenvolvimento da bacia, destaca-se o de Jaguarão que contempla, entre outros objetivos, a incorporação de mais de 100 mil ha, para utilização hidroagrícola, além da construção da Usina Centurião, com capacidade para 40/60 MW (Cr\$ 94,3 milhões).

④ Programa de Aproveitamento Hidroagrícola. Esse programa tem como objetivo a criação de condições efetivas para a expansão de áreas dotadas de vasto potencial hidroagrícola, mediante o disciplinamento do uso de suas águas e a introdução de métodos racionais para o aproveitamento do solo. Com esse propósito será implantado no Rio Grande do Sul, pelo DNOS, o projeto de Camaquã, na margem ocidental da Lagoa dos Patos, através do qual se visa o aproveitamento final de 138 mil hectares, destacando-se, na atividade agrícola, a produção de arroz. Está programada, igualmente, a construção da barragem de Bom Será, destinada ao fornecimento de água para a irrigação do Vale do Camaquã, e de um sistema de canais com a finalidade de possibilitar a drenagem, a distribuição da água e a proteção das várzeas (Cr\$ 259,0 milhões).

④ Programa Especial de Desenvolvimento do Oeste Paranaense - PRODEPAR. Com a criação do Programa Especial de Desenvolvimento do Oeste Paranaense-PRODEPAR, busca-se através da execução de um elenco ordenado de projetos, que propiciarão, a médio prazo, a criação das condições necessárias à execução do projeto Itaipu, o desenvolvimento sócio-econômico da região. Procura-se, assim, maximizar as vantagens daquele projeto sobre a região e evitar problemas sociais e as distorções estruturais ocorridas em outras regiões do País, onde foram implantados empreendimentos semelhantes, ainda que de menor porte (Cr\$3,0 bilhões). O programa pretende atingir aos seguintes objetivos:

● melhoria de infra-estrutura econômica e social da cidade de Foz do Iguaçu, incluindo as áreas de desenvolvimento urbano, educação, saúde, saneamento básico e ambiental, comunicações, energia elétrica, abastecimento de gêneros alimentícios e fiscalização;

● ampliação e complementação da infra-estrutura de transportes ferroviário e rodoviário, o Porto de Paranaguá e aeroportos do oeste do Paraná (Cr\$ 3,0 bilhões).

● SUDESTE

● Projeto Integrado de Desenvolvimento da Região Noroeste de Minas Gerais (PLANOROESTE). O PLANOROESTE, desenvolvido sob a responsabilidade do Governo de Minas Gerais, constitui um amplo programa de ação destinado, a médio e longo prazo, a transformar profundamente o panorama econômico e social de vasta área a Noroeste do Estado. Em sua primeira etapa, que compreende o período 1970-1976, o PLANOROESTE tem suas linhas de ação orientadas para a criação da infra-estrutura básica além de outros requisitos que propiciem a formação de um sistema regional de pólos agro-industriais e a ocupação progressiva da região, com destaque para a implantação de programas de colonização. O Programa conta com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento e terá continuidade através do PLANOROESTE II, ora em fase de estudos. Para a segunda etapa, além da colonização e do fortalecimento da infra-estrutura, serão objeto de ênfase especial o levantamento dos recursos naturais da região e a implantação de grandes projetos agro-industriais, como parte do programa de aproveitamento hidroagrícola do Vale do São Francisco (Cr\$ 88,2 milhões).

● Distrito Agro-Industrial de Jaíba. O Distrito Agro-Industrial de Jaíba, em implantação pelo Governo de Minas Gerais desde 1973, abrange uma área de 200 mil hectares de terras no município de Manga, à margem direita do rio São Francisco, próximo ao Estado da Bahia, e constitui o principal projeto de aproveitamento hidroagrícola na área de atuação do PLANOROESTE. Com a meta de implantar um sistema de irrigação de baixo custo, cobrindo 100 mil hectares até 1985, o Projeto representa uma experiência de integração em que o Governo participa com a infra-estrutura básica, ficando a cargo da iniciativa privada a infra-estrutura complementar que possibilite a implantação de grandes e mē-

dias empresas agroindustriais, as quais serão responsáveis por 70% do investimento global, da ordem de Cr\$ 1 460,0 milhões. Os principais projetos para a área estão à produção de açúcar, sementes, algodão, carne, hortaliças e frutas. Até o final do período, além dos programas de colonização, serão criados cerca de 100 mil novos empregos na área do Distrito (Cr\$ 712,1 milhões, dos quais Cr\$ 435,1 milhões correspondem a investimentos públicos, estaduais e federais).

❶ Programa Integrado de Desenvolvimento da Zona da Mata de Minas Gerais (PRODEMATA). O Programa da Zona da Mata, a ser executado sob a responsabilidade do Governo de Minas Gerais, visa a dar novo impulso ao desenvolvimento daquela região, cumprindo assim o objetivo nacional de corrigir desequilíbrios sub-regionais acentuados. Abrangendo uma região de reconhecida tradição e potencialidade agrícola e agroindustrial, mas cuja economia passa por um longo e persistente processo de estagnação, constitui o PRODEMATA um elenco concentrado de medidas visando ao fortalecimento da infra-estrutura regional, à modernização de tecnologia agrícola e agroindustrial e ao apoio às unidades produtoras, através de programas de crédito e assistência técnica. As linhas de ação estão consubstanciadas em quatro grandes programas: Desenvolvimento Rural, Comercialização de Produtos Agropecuários, Integração Agroindustrial, e Infra-Estrutura Rural (Cr\$ 1 612,2 milhões).

❷ Grupo Executivo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (GERES). A criação do GERES, através do Decreto-Lei nº 880, objetivou a recuperação econômica do Estado do Espírito Santo, instituindo, nesse sentido, um sistema de estímulos e incentivos destinados a multiplicar a capacidade de poupança do Estado e a mobilizar o empresariado local. O sistema apoia-se na aplicação de recursos deduzidos do imposto de renda em projetos agrícolas, industriais e de serviços, juntamente com financiamentos a cargo do Fundo de Recuperação Econômica do Estado do Espírito Santo (FUNRES), além de incentivos estaduais específicos. A implantação do complexo siderúrgico (Tubarão, COFAVI) e de outros empreendimentos de vulto no Estado, que se constituirão em importante fator de transformação econômica e estrutural, motivou o GERES à realização de estudos para identificação de oportunidades de investimento, de modo a contribuir para uma orientação da estratégia de desenvolvimento, visualizando-se a máxima utilização das economias externas e de aglomeração e a consolidação de um complexo produtivo dinâmico e auto-sustentável (Cr\$ 211,0 milhões).

❶ Programa Especial do Norte-Fluminense. O desenvolvimento do novo Estado do Rio de Janeiro, como decorrência do processo de fusão dos Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara e da confirmação da existência de petróleo no norte fluminense, ao largo da plataforma continental, requer o apoio federal no sentido de encaminhar e solucionar problemas prioritários. Diversas áreas do Estado apresentam elevado potencial agrícola, agroindustrial e industrial, mas é sobretudo naquelas de vocação agroindustrial que se torna necessário executar projetos, de forma a favorecer a implantação de novas unidades de produção. O Programa Especial do Norte Fluminense tem como objetivo a realização, no período 1975-1978, de obras de recuperação das bacias selecionadas dos Rios São João, Macaé, Baixo Paraíba do Sul e Sarapuí-Meriti, com o respectivo aproveitamento agrícola e industrial, efetuando-se trabalhos de saneamento geral, drenagem e recuperação de terras. O Projeto da Bacia do Rio São João, numa área de 2.100 km² de excelente potencial agrícola, envolve obras de retificação, alargamento e serviços complementares nos principais rios do Vale, drenagem e irrigação de 80 mil ha, bem como a construção da Barragem de Juturnaíba, visando ao abastecimento de água para os principais núcleos urbanos da região. O Projeto da Bacia do Rio Macaé, compreendendo uma área de 1.500 km², tem em vista promover o completo saneamento das várzeas e áreas de baixada, permitindo o seu aproveitamento para o cultivo do arroz, cana-de-açúcar, citrus em geral e pecuária sob sistema de confinamento. O Projeto da Bacia do Baixo Rio Paraíba do Sul abrange a Baixada dos Goitacazes, no litoral norte fluminense, com cerca de 3.100 km², onde se localiza a principal área da economia agroindustrial açucareira do Estado, tendo como pólo a cidade de Campos. A complementação do complexo de obras destinadas a iniciar a irrigação de novas áreas de plantio permitirá a utilização de cerca de 230 mil ha em perfeitas condições de aproveitamento para a pecuária, a produção de cereais e de hortigranjeiros. O projeto da Bacia dos Rios Sarapuí-Meriti foi incluído no Programa em vista da grande importância dessa região, vasto pólo urbano e industrial que sofre periodicamente o problema de graves inundações. Os objetivos básicos do Projeto são a defesa contra inundações e melhoria das condições sanitárias dos Municípios de Nova Iguaçu, Duque de Caxias, São João do Meriti, Nilópolis e parte da cidade do Rio de Janeiro, visando a propiciar condições para a continuidade do desenvolvimento urbano e industrial da área. Os recursos alocados para aplicação no Programa são da ordem de Cr\$ 500,0 milhões no período 1975-1978 e provirão especialmente do FDPI, do FDAE e do Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales.

5

Programas Especiais de Desenvolvimento Regional

A criação, no início desta década, dos Programas Especiais, particularmente do PIN e do PROTERRA, marcou nova etapa na política nacional de desenvolvimento regional, objetivando maior participação e integração das regiões Nordeste e da Amazônia ao desenvolvimento do País.

Através da adoção desses programas, a reformulação do mecanismo de Incentivos Fiscais, regionais e setoriais, antes sensivelmente atomizado e revelando maior dinamismo na demanda de natureza setorial, possibilitou, com as modificações introduzidas, um maior afluxo de recursos para as regiões Norte e Nordeste do que os carreados anteriormente. Com vistas à integração, a ênfase foi dada à montagem da infra-estrutura econômica básica de suporte ao rápido crescimento regional, ao processo de ocupação produtiva da Amazônia e Centro-Oeste e à concentração de recursos em áreas e programas estratégicos do Nordeste - o que foi propiciado, principalmente pelo maior envolvimento e integração de esforços dos diversos Ministérios setoriais em estudos e empreendimentos em favor daquelas regiões.

Neste sentido, através do Programa de Integração Nacional-PIN e do Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à indústria do Norte e Nordeste - PROTERRA - ambos com atuação nas áreas de jurisdição da SUDENE e SUDAM, tomou-se possível a construção da rede rodoviária básica, de embarcadouros fluviais e aeroportos, de usinas de geração e sistemas de transmissão e distribuição de energia e implantação dos programas estratégicos de colonização oficial ao longo das rodovias de penetração, de irrigação de áreas férteis no Nordeste, de regularização fundiária, de fomento à agropecuária, agro-indústria e industrialização de insumos, de desenvolvimento do cooperativismo, da extensão rural, da rede de armazenagem, de estudos e pesquisas ligadas ao trópico úmido, de ações voltadas para o resguardo biocultural de indígenas, de levantamento radargramétrico e cartográfico de extensas áreas do território amazônico e nordestino e do fortalecimento da infra-estrutura de educação e saúde daquelas áreas.

Em atuação complementar aos programas PIN e PROTERRA, através do Programa de Desenvolvimento do Centro-Oeste - PRODOESTE - e do Programa Especial de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - PROVALE - logrou-se a interligação do Centro-Oeste e da Bacia do São Francisco aos centros dinâmicos do País, o reaparelhamento da frota e melhoria das condições de navegabilidade do São Francisco, a construção de estradas vicinais e da rede de armazenagem da produção agrícola, além de programas de saneamento básico, reflorestamento, irrigação, colonização, urbanização, saúde e educação.

Como sequência dos esforços empreendidos e que já asseguram a base infra-estrutural adequada e os pré-requisitos à articulação físico-econômica das macro-regiões ao resto do País, fica agora viabilizado o esforço no sentido do desenvolvimento intra-regional, através de política de descentralização com concentração de investimentos em áreas e setores selecionados, o que se logrará com Programas como o POLAMAZÔNIA, POLONORDESTE e POLOCENTRO.



PROGRAMA DE INTEGRAÇÃO NACIONAL - PIN

Como marco de nova etapa da Política Nacional de Desenvolvimento Regional - ao integrar em ações globalizantes as políticas de Governo específicas para as regiões Nordeste e Norte - foi instituído o Programa de Integração Nacional, tendo sido previstos investimentos de Cr\$ 2 bilhões na primeira fase (1971-1974). Posteriormente, foi prorrogada a vigência do Pro

grama até 1978, com elevação da dotação inicial em Cr\$ 800,0 milhões, a ser consignada nos exercícios financeiros de 1975 a 1978.

Entre 1971 e 1974, os recursos programados totalizaram Cr\$ 3 907,8 milhões, cifra bastante superior à previsão original. Esses recursos originam-se de parcelas dos incentivos fiscais da SUDENE, SUDAM, SUDEPE IBDF e EMBRATUR.

No período 1975-1977, estão previstas aplicações da ordem de Cr\$ 8 436,5 milhões.

O Programa de Integração Nacional com o objetivo básico de promover maior integração à economia nacional das regiões compreendidas nas áreas da SUDENE e SUDAM, tem se empenhado em:

- deslocar a fronteira produtiva e, notadamente, a fronteira agrícola para a região Amazônica;
- integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia com a do Nordeste, rompendo o quadro de soluções isoladas para ambas as regiões;
- criar condições para incorporação à economia de mercado, de amplas faixas de populações antes em regime de economia de subsistência;
- estabelecer bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste e viabilizar o processo auto-sustentado de industrialização do Nordeste;
- reorganizar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria Região e à nova fronteira agrícola, em direção ao Oeste.

Visando à consecução desses objetivos, várias frentes foram atacadas na primeira fase de execução do Programa de Integração Nacional, as quais foram sendo progressivamente ampliadas como resultado da crescente importância e abrangência do Programa entre os quais citam-se:

- a construção das rodovias Transamazônica; da Cuiabá-Santarém; da Perimetral Norte; da Porto Velho-Cuiabá; e de um sistema rodoviário

rio secundário para interligação desses grandes eixos rodoviários ao sistema já existente, num total de 15 900 km;

- construção de diversos portos fluviais e de chatas transportadoras para apoio logístico à implantação das rodovias pioneiras e como requisito ao escoamento das riquezas regionais;
- implantação de um programa de colonização oficial na Amazônia, com desenvolvimento dos projetos de assentamento de colonos em Altamira, Marabá, Itaituba, Ouro Preto, Sidney-Girão, Gi-Paraná e Bernardo Sayão, nos quais foram instaladas 10 150 famílias;
- desenvolvimento da agricultura irrigada no Nordeste, contemplando a execução de 54 projetos;
- instalação de campi avançados visando ao desenvolvimento de comunidades selecionadas;
- apoio aos programas de crédito do ENB e BASA, notadamente na área de financiamento industrial de médio e longo prazo;
- apoio aos programas de resguardo biocultural das comunidades indígenas;
- levantamento radargramétrico e cartográfico do território amazônico e nordestino objetivando mapear recursos naturais e analisar fatores ambientais;
- fortalecimento de núcleos urbanos para apoio ao processo de ocupação produtiva da Amazônia;
- pesquisas das peculiaridades do Trópico Úmido e preservação do equilíbrio ecológico da Região Amazônica, e
- construção do Aeroporto Internacional de Manaus.

O Programa de Integração Nacional envolverá a implantação de novos projetos e a continuação dos projetos constantes da primeira fase (1972-1974), sendo ainda o PIN um dos suportes financeiros básicos do POLAMAZÔNIA e POLONORDESTE.

São as seguintes as realizações programadas a nível dos diversos setores abrangidos:

● Educação

● Programa de Educação para a Amazônia. O Ministério da Educação dará continuidade aos programas de formação básica e de capacitação profissional na Amazônia Legal, particularmente nos núcleos urbanos ao longo da Transamazônica, envolvendo as seguintes atividades: construção de Centros Comunitários e de Treinamento (DED e PREMEN); implantação do ensino de segundo grau (DEM); treinamento de recursos humanos para o ensino de primeiro grau (DEF); implantação do ensino supletivo nos eixos viários e núcleos de colonização (DESU); preparação intensiva de mão-de-obra (PIPMO); curso supletivo de primeiro grau por radiodifusão (Projeto MINERVA); assistência alimentar intensiva nas escolas da Transamazônica (CNAE); implantação de serviços bibliotecários (INL); assistência a educandos e distribuição de material didático (FENAME) (Cr\$ 115,8 milhões).

● Projeto Rondon - Com o objetivo de promover trabalhos de assessoramento técnico aos governos locais, atividades visando ao desenvolvimento de comunidades selecionadas, trabalhos de qualificação da mão-de-obra e outros de interesse econômico-social, o Projeto Rondon, órgão do Ministério do Interior, em convênio com diversas universidades brasileiras, continuará expandindo o programa de instalação de campi avançados na Amazônia e no Nordeste, principalmente nas áreas desprovidas de universidades ou com acentuada carência de profissionais de nível superior (Cr\$ 13,0 milhões).

● Saúde

● Programa de Saúde para a Amazônia - Objetivando realizar trabalhos de medicina preventiva e assistencial na Região Amazônica, visando, sobretudo, à proteção de núcleos de colonização em implantação ao longo das rodovias de penetração, foi criado, no âmbito do PIN, o Programa de Saúde e Saneamento na Região das Grandes Rodovias de Integração Nacional (operação "Oswaldo Cruz"), sob a coordenação da Secretaria Especial de Saúde para a Região Amazônica, órgão do Ministério da Saúde. As atividades em andamento terão continuidade, merecendo destaque a programação de Saúde e Saneamento destinada ao combate sistemático a endemias, particularmente nos programas de er radicação da malária, controle da febre amarela, tracoma, leishmaniose e do bócio endêmico, assim como, apoio aos trabalhos da Perimetral Norte, através

da instalação de unidades básicas de Saúde em Porto Grande, Caracaráí, Cachoeira Porteira e São Gabriel da Cachoeira (Cr\$ 182,0 milhões).

- Fundação SESP - Através da Fundação de Serviços de Saúde de atuará na elaboração de projetos, construção e operação de sistemas de abastecimento da água nas agrópolis e agrovilas em implantação ao longo da rodovia Transamazônica. A programação será financiada pelo Banco Nacional de Habitação, sendo a amortização realizada com recursos do PIN (Cr\$ 8,0 milhões).

● Agricultura

- Colonização Oficial - Dentro da programação do PIN, terão continuidade as atividades de assentamento de colonos, estando prevista a consolidação do assentamento de 7 mil famílias e a instalação de 32 500 novos colonos no período. Será executada extensa programação pelo INCRA, CIBRAZEM, EMBRAPA, DNP, COBAL, ACARs, IBDF, SUDEPE e outras entidades, envolvendo: a implantação de 9 500 pequenas e médias empresas agrícolas; a construção de estradas vicinais; a regularização do abastecimento e armazenagem; programas de pesquisas e de sementes melhoradas; a implantação do sistema integrado paramétrico de informação e documentação agrícola; o desenvolvimento florestal e pesqueiro; a defesa e vigilância fitossanitária; assistência técnica, extensão rural e treinamento da mão-de-obra agrícola (Cr\$ 662,0 milhões).

- Programa de Irrigação - Constituindo-se em uma das linhas mestras do PIN, o Programa de Irrigação do Nordeste contemplou, na primeira fase, a execução de 54 projetos distribuídos do Piauí até Minas Gerais. A programação, a cargo do DNOCS, SUVALE e DNOS, atingiu aos seguintes resultados: estudos de reconhecimento de 14 172 mil ha; plano diretor de 2 138,7 mil ha; projeto executivo de 46,6 mil ha; operação de 5,1 mil ha; tendo sido assentadas 897 famílias nesses projetos. Prevê-se, até 1979, um acréscimo de 65 mil hectares com estudos de viabilidade, 148 mil hectares com projeto executivo, 127 mil hectares implantados e 120 mil hectares em operação, o que possibilitará o assentamento de 27 mil famílias de irrigantes (Cr\$ 993,0 milhões).

● Energia e Recursos Naturais

- Projeto Sobradinho - O projeto, a cargo da Companhia Hidrelétrica do Vale de São Francisco - CHESF, prevê a construção de barragem reservatório no São Francisco, com o objetivo de regularização do rio e de ampliação da potência de Paulo Afonso, assim como a instalação de uma usina hidre

létrica, composta de 6 turbinas e com capacidade de geração da ordem de 1 056 MW. (Cr\$ 180,0 milhões, além dos recursos da ELETROBRÁS);

③ Projeto RADAM - O projeto RADAM (Radar para a Amazônia), a cargo do Departamento Nacional da Produção Mineral, objetiva mapear recursos naturais e analisar fatores ambientais de superfície da Amazônia e Nordeste. Consiste na utilização da tecnologia de sensores remotos (imagens de radar e infravermelho) no mapeamento cartográfico e geológico preliminar, totalizando uma área de 4,8 milhões de km² - cerca de 59,2% do território nacional - já inteiramente aero-levantada. Está em curso a fase de interpretação geológica, geomorfológica, pedológica, hidrológica e de cobertura vegetal (Cr\$ 46,0 milhões);

④ Projeto da ELETRONORTE - Visando à elaboração de projetos voltados para o aumento da capacidade instalada de energia e inventário do potencial energético da região amazônica, serão aplicados no triênio Cr\$ 479,5 milhões do PIN, particularmente na implantação dos projetos de São Félix e Tucuruí (Rio Tocantins), Couto Magalhães (Rio Araguaia); estudos hidrográficos dos rios Tocantins, Xingu, Tapajós e Madeira, e projetos novos nos rios Trombetas (Pará), Jatapu (Amazonas), Jamari (Rondônia) e Cotingo (Paraima);

⑤ Usina de Boa Esperança - Na área da CHESF, a usina de Boa Esperança, localizada no Rio Parnaíba (MA/PI), deverá ser ampliada para uma capacidade total de 216 MW até 1977 (Cr\$ 25,0 milhões).

⑥ Transportes

⑦ Rede Rodoviária Básica - Na primeira fase do Programa de Integração Nacional, foi promovida a construção das rodovias Transamazônica, Cuiabá-Santarém e o início da Perimetral Norte, além da implantação de inúmeros trechos rodoviários na Amazônia e no Nordeste, num total de 15 896 km. Essa programação esteve a cargo do DNER e de Batalhões de Engenharia e Construções do Exército (BEC), instalados nessas regiões. Prevê-se a implantação ou melhoria dos seguintes trechos da rede rodoviária básica da Amazônia e Nordeste: BR-412 - Farinha-Monteiro; BR-407 - Piripiri-Anagé (BR-116); Trecho: Picos-Petrolina; BR-319 - Manaus-Porto Velho; BR-343 - Luís Correa-Bertolinea; Trecho: BR-316 (Placa) - Floriano (BR-230); BR-364 - Limeira-Fronteira c/ o Peru; Trechos: Porto Velho-Rio Branco; Rio Branco-Fronteira c/ o Peru; BR-307 - Taumaturgo - Fronteira c/ Venezuela; BR-163-São Miguel D'Oeste - Fronteira c/ Suriname; Trechos: Alenquer - Fronteira c/ Suriname; Cuiabá-Santarém; BR-135 - São Luís-Belo Horizonte; Trechos: Giubúes-Barreiras; Presidente Dutra - Entroncamento BR-230; Peritorô-Presidente Dutra; BR-110 - Areia Branca - Entronca

mento BR-324; Trechos: Paulo Afonso-Jeromoabo; Monteiro - BR-232; Areia Branca-Mossoró; BR-020 - Brasília-Fortaleza; Trechos: Picos-Canindé; BR-174 Cáceres - Fronteira c/ Venezuela; Trechos: Vilhena - Entroncamento BR-230; Manaus - Fronteira c/ Venezuela; BR-210 - Macapá - Fronteira c/ Colômbia (Mitu); BR-222 - Fortaleza - Entroncamento da BR-158; Trecho: Santa Inês-Santa Luzia; BR-226 - Natal-Araguaína; Trechos: Currais Novos-Jaguaribe; Teresina-Pte. Dutra; BR-230 - Cabedelo-Benjamin Constant; Trechos: Mangabeira-Floriano; Floriano - Pastos Bons; Humaitá-Lábrea (Cr\$ 1 324,0 milhões).

● Portos Marítimos e Fluviais - Com o objetivo de integrar o sistema rodoviário à rede fluvial, proporcionando à Amazônia um sistema integrado de transportes, foram contempladas, na primeira fase do PIN, as construções ou reaparelhamentos dos seguintes portos fluviais: Remanso do Pontal (rio Xingu); Santarém e Nova Itaituba (rio Tapajós); além de desenvolvidos estudos para os portos de Marabá e Tucuruí (rio Tocantins); Boca do Acre e Lábrea (rio Purus), Porto Velho e Humaitá (rio Madeira). O Programa de Integração Nacional deverá contemplar a implantação de instalações portuárias em Macapá, a construção dos Portos fluviais de Tucuruí, Maratá, Porto Velho, Humaitá e Caracaraí, além da complementação e reaparelhamento dos Portos de Altamira, Itaituba, Santarém e Imperatriz, já construídos (Cr\$ 97,0 milhões).

● Construção de Aeroportos - Está prevista a conclusão do Aeroporto Internacional de Manaus, a cargo do Ministério da Aeronáutica, que contará com equipamentos dos mais modernos, incluindo Radar e SSR, esteiras transportadoras, pontes telescópicas, circuito interno de televisão e outros equipamentos de apoio à navegação aérea. Além desse, a programação do PIN dará apoio à construção e melhoramentos dos aeroportos de Santarém, Eirunepê, Oiapoque, Japurá e Estirão do Equador, constantes da programação da COMARA (Cr\$ 215,0 milhões).

● Comunicações

● Projeto de Telefonia - A TELEBRÁS deverá implantar projetos de telefonia essenciais às comunidades selecionadas da Amazônia Legal, através das seguintes subsidiárias: Companhia Telefônica do Pará (COTELPA), Telecomunicações do Amazonas S/A (TELEMAZON), Telecomunicações do Acre S/A (TELEACRE) e Telecomunicações do Maranhão S/A (TELMA). Está prevista a instalação de serviços urbanos automáticos e interurbanos, através de mesas telefônicas, e o sistema atenderá localidades situadas nos Estados do Pará, Amazonas, Acre e Maranhão, ao longo das rodovias Transamazônica, Porto Velho-Manaus e Belém-Brasília (Cr\$ 66,0 milhões).

● Outros Programas

● Programa de Fortalecimento de Núcleos Urbanos - A pressão da demanda por serviços urbanos, somada às deficiências já existentes na estrutura urbana das cidades de apoio, determinaram a programação de um conjunto de projetos visando ao fortalecimento dos serviços urbanos de Picos, Imperatriz, Marabá, Altamira, Itaituba, Santarém e Humaitá. O programa em sua primeira fase envolveu ações específicas dos Ministérios do Interior, Saúde, Minas e Energia, Educação, Trabalho e Comunicações. Serão desenvolvidos projetos de saneamento e desenvolvimento urbano; programa de amparo médico-hospitalar e de assistência previdenciária aos trabalhadores às margens das rodovias; além de serviços de melhoria no suprimento e distribuição de energia elétrica nos núcleos selecionados. Os projetos serão desenvolvidos pelos Ministérios do Interior, Trabalho e Minas e Energia (Cr\$ 138,5 milhões).

● FUNAI - A programação da FUNAI vem sendo contemplada com recursos do PIN e envolve trabalhos de apoio à construção das rodovias de penetração e de resguardo biocultural às comunidades existentes nas áreas adjacentes aos grandes eixos rodoviários, através, principalmente, do estabelecimento de frentes e bases avançadas de pacificação (Cr\$ 26,5 milhões).

● Apoio aos Programas do BNB e BASA - O PIN vem destinando recursos para o apoio aos programas de crédito do BNB e BASA, notadamente na área de financiamento industrial de médio e longo prazos, em consonância com as diretrizes traçadas para o desenvolvimento das regiões Norte e Nordeste (Cr\$ 596,0 milhões).

● Programa de Pólos de Desenvolvimento da Amazônia - Vide Programação Prioritária para a Amazônia (Programas Integrados).

● Projeto Aripuanã - Vide Programação Prioritária para a região Centro-Oeste.

● Programa do Trópico Úmido - Instituído como componente do Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o Programa do Trópico Úmido destina-se a coordenar a contribuição da ciência e tecnologia ao melhor conhecimento das peculiaridades do Trópico Úmido e preservação do equilíbrio ecológico da região amazônica. O programa está subdividido em subprogramas, compreendendo instalação de Centros de Pesquisas; pesquisas sobre florestas, agricultura, solos e medicina tropical (Cr\$ 33,0 milhões).

● Outras Atividades - Dentro da programação do PIN, está ainda prevista a continuação dos programas de levantamento cartográfico, a cargo do IBGE; a instalação de unidades militares encarregadas da construção de trechos da rodovia Perimetral Norte, a cargo do Ministério do Exército; a constituição do capital inicial e outros programas da CODEVASF, além de outros projetos (Cr\$ 449,3 milhões).

● PROGRAMA DE REDISTRIBUIÇÃO DE TERRAS E DE ESTÍMULO À AGRO-INDÚSTRIA DO NORTE E DO NORDESTE - PROTERRA

Criado em 1971, o PROTERRA conta com recursos originários de dotações previstas nos orçamentos anuais e plurianuais, parcela de 20% dos incentivos fiscais setoriais e regionais de 1972 a 1976, transferências de recursos do PIN, recursos do orçamento monetário (IOF) e créditos suplementares. Nos anos de 1972 a 1974 foram programados Cr\$ 2 814,9 milhões. Para o triênio estão previstas aplicações de Cr\$ 5 624,3 milhões. O PROTERRA objetiva:

- dar apoio ao pequeno agricultor, principalmente ao desprovido de terra e ao proprietário de minifúndio;
- criar melhores condições de emprego da mão-de-obra;
- fomentar a agropecuária e a agro-indústria nas áreas de atuação da SUDAM e SUDENE;
- promover a montagem da infra-estrutura econômica de su porte aos programas de expansão da agropecuária e agro-indústria.

A ação do PROTERRA tem envolvido:

- aquisição de glebas ou sua desapropriação por interesse social, para posterior venda a pequenos e médios produtores das Regiões Norte e Nordeste; custeio de ações discriminatórias de terras devolutas e, fiscalização de posse e uso da terra;
- empréstimos fundiários de longo prazo para aquisição de terras próprias ou ampliação da propriedade rural; financiamento de projetos destinados à expansão ou modernização da agro-indústria, inclusive açucareira, e à produção de insumos destinados à agricultura; subsídios à utilização de insumos modernos e garantia de preços mínimos;

④ organização ou ampliação de serviços de pesquisa, experimentação agrícola, extensão rural e pesca, difusão de fertilizantes, eletrificação rural, defesa e vigilância fitossanitária e ampliação do sistema de armazenagem e silos;

⑤ implantação da infra-estrutura de transportes, construção de usinas e melhoramentos nas redes de distribuição de energia elétrica.

O PROTERRA envolverá a implementação de novos programas como o POLAMAZÔNIA, o POLONORDESTE e o Programa de Agro-Indústria do Nordeste, além da dinamização dos projetos em andamento na primeira fase (1972-1974), sendo as seguintes as realizações programadas a nível dos setores abrangidos:

⑥ Agricultura (Cr\$ 397,0 milhões).

⑦ Programa de Redistribuição de Terras, Ações Discriminatórias e Fiscalização de Posse e Uso de Terras - Dentro do Programa de Redistribuição de Terras, a cargo do INCRA, já foram elaborados estudos e estabelecidas normas e diretrizes de ação visando à seleção de imóveis rurais e expropriação de áreas. Foram fixados preços de terras e selecionadas sub-regiões em vários Estados. Foi criado, na primeira fase, o Fundo de Redistribuição de Terras visando a fornecer o apoio financeiro ao Programa, com todas as facilidades institucionais e contábeis próprias de um Fundo. Por outro lado, com a finalidade de discriminar terras devolutas da Amazônia Legal, foram criados, pelo INCRA, Projetos Fundiários (PF) em várias localidades e, paralelamente, com o objetivo de dar suporte aos projetos fundiários, foram desenvolvidas seis Comissões de Discriminação de Terras Devolutas (CDTD), abrangendo os Estados do Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Goiás e os Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá. Essa programação terá sua implementação ativada.

⑧ Desenvolvimento agrícola - O programa de desenvolvimento agrícola, com o objetivo de possibilitar o aumento da renda e da produtividade das atividades agropecuárias, englobará os seguintes projetos: Armazenamento (CIBRAZEM); Pesquisa Agropecuária (EMFRAPA); desenvolvimento Florestal (IBDF); Fortalecimento do Sistema de Extensão Rural; Programa de Regularização do Abastecimento (COBAL); Fortalecimento do Setor Pesqueiro, Recursos Pesqueiros de Águas Interiores, e Assistência à Pesca Artesanal (SUDEPE); Defesa e Vigilância Fitossanitária e Plano Nacional de Serentes (DNFV); Sistema Integrado Paramétrico de Informação e Documentação Agrícola e Rural (Secretaria Geral) e Desenvolvimento da Pecuária (DNPA).

⊗ Programa de Desenvolvimento da Agro-Indústria do Nordeste - Vide Programação Prioritária para o Nordeste (Programas Integrados).

⊗ Programa de Desenvolvimento de Áreas Integradas do Nordeste - POLONORDESTE - Vide Programação Prioritária para o Nordeste (Programas Integrados).

⊗ Energia

⊗ Energização das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. O projeto visa a possibilitar às empresas concessionárias de energia elétrica no Norte, Nordeste e Centro-Oeste, condições de ampliar a capacidade instalada de geração, transmissão e distribuição de energia. Serão contemplados os seguintes programas: recuperação do sistema de geração e distribuição da Usina Termoelétrica na cidade de Rio Branco e programas para outras localidades do Estado do Acre (ELETROACRE); recuperação do sistema de geração termoelétrica de Porto Velho e melhoria na distribuição de Guajará-Mirim, Vila Rondônia e Bueno (CERON); geração e distribuição em torno de Boa Vista (CER); programas de geração em pólos ao longo da Belém-Brasília, notadamente Lajeado, Lajes e Araguaína (CELG); substituição de locomóveis por grupos geradores Diesel no Estado do Amazonas (CELETRAMAZON); implantação de linha de transmissão Cuiabá-Cachoeira Dourada (CEMAT); ampliação das usinas de Curuá-Una e Tapanã II (CELPA); usina termoelétrica de Manaus (CEM); usina hidrelétrica de Coaracy Nunes (Paredão) (CEA); construção da usina hidrelétrica de Sobradinho (CHESF) (Cr\$ 463,4 milhões).

⊗ Transportes

⊗ Rede Rodoviária Básica - Visando a manter a rede rodoviária de apoio aos programas de expansão da agropecuária e agro-indústria do Norte e Nordeste, foi contemplada na primeira fase do PROTERRA, a implantação de 2 590,7 km e a pavimentação de 1 943,8 km das rodovias BR-010/226/153-Ceres/Porangatu/Santa Maria; BR-316/232 - Picos/Salgueiro; BR-104 Campina Grande/Entroncamento da BR-316 e BR-316 - Divisa de Maranhão/Pará/Caxuxa. Está prevista a implantação e/ou pavimentação dos seguintes trechos da rede rodoviária básica do Nordeste e Amazônia, inclusive rodovias anteriormente custeadas com recursos do Programa de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - PROVALE; BR-423 - Caruru-Juazeiro; Trecho: Caranhuns-Paulo Afonso; BR-407 - Piri-piri-Anagé (BR-116); Trecho: Picos-Petrolina; BR-343 - Luís Corrêa-Bertolinea; Trecho: BR-316 - Floriano (BR-230); BR-316/232 - Picos-Salgueiro e Ponte sobre o Rio Guaribal; BR-316/110 - Parnamirim - Paulo Afonso; Trecho: Belém de São Francisco-Paulo Afonso; BR-496 - Pirapora-Corinto; BR-110 Areia Branca - Entroncamento BR-324 ;

Trecho: Jeromabó-R. Pombal; ER-030 - Brasília-Campinho; Trecho: Brasília-BR-116; ER-020/242-Brasília-Ibotirama (Cr\$ 286,6 milhões).

● Eclusa de Sobradinho - O DNPVN, através da CHESF, já vinha aplicando recursos do PROVALE na elaboração do projeto básico, construção de modelos reduzidos e nas obras iniciais da Eclusa de Sobradinho, no baixo-mêdio São Francisco. A Eclusa, parte integrante do projeto hidrelétrico da CHESF, está projetada para embarcações de até 2,5 m de calado e permitirá vencer um desnível de 33,5 m de altura. Terá 120 m de comprimento útil, e 17 m de largura. Será dotada de canal de navegação à jusante, tomada d'água, canal de esvaziamento, comportas, e demais equipamentos, tais como dispositivos de atracação, sinalização, etc. (Cr\$ 96,5 milhões).

● Apoio Financeiro

● Programa de Crédito - Dentro da programação do PROTERRA, é dado destaque especial para os programas de crédito. A programação de crédito do PROTERRA, executada pelo Banco do Brasil, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico, Banco da Amazônia e Banco do Nordeste, envolve as seguintes linhas de crédito: Programa de Investimentos Rurais - compreendendo o financiamento de investimentos visando à organização e modernização das propriedades rurais e que conduzam à elevação da produção e produtividade; Programa de Incentivo ao Uso de Fatores Técnicos de Produtividade Agropecuária - compreendendo os financiamentos relacionados com a introdução de técnicas e insumos modernos na atividade agropecuária; Programa de Crédito Fundiário que visa a promover o mais fá cil acesso do homem à terra - a área máxima da propriedade financiada é de até 6 módulos e os beneficiários do programa são rurícolas não proprietários, ou já proprietários, mas com área inferior à área máxima financiável; Programa de Assistência Financeira à Indústria de Insumos e às Empresas Agro-Industriais, visando a facilitar o desenvolvimento do setor industrial ligado à agricultura - os financiamentos se destinam à formação de capital fixo. Os encargos financeiros desses programas variam entre 7 e 17%; o período de carência de 2 a 6 anos e o prazo máximo de amortização entre 8 e 12 anos (Cr\$ 1 439,5 milhões).

● FUNDO DE DESENVOLVIMENTO DE PROGRAMAS INTEGRADOS - FDPI

O Fundo de Desenvolvimento de Programas Integrados, veio a representar um novo e importante fator para o fortalecimento das políticas de desenvolvimento regional do Nordeste, da Amazônia e de outras regiões do País.

Criado com o objetivo de dotar o Governo Federal de instrumento específico para o apoio financeiro a programas e projetos de caráter integrado, abrangendo organicamente diferentes setores de atividades, o FDPI cumpre essa finalidade através da concessão de recursos para investimentos em programas prioritários de iniciativa governamental, nas esferas federal, estadual e municipal, assim como para aplicações em projetos de iniciativa privada considerados de interesse para o desenvolvimento regional ou sub-região. A seleção dos projetos e a programação dos recursos orienta-se, prioritariamente, para as seguintes linhas de atuação:

- ① desenvolvimento de vales férteis de rios permanentes na área do Nordeste e em novas regiões de ocupação;
- ② recuperação e desenvolvimento de regiões deprimidas do Nordeste, da Amazônia e de outras áreas;
- ③ promoção de distritos e núcleos industriais, visando à desconcentração da atividade industrial no País;
- ④ investimentos em áreas urbanas, visando a atender integralmente a determinados blocos de investimentos de infra-estrutura, ou a permitir a implantação de complexos industriais e agro-industriais;
- ⑤ apoio a outros programas e projetos integrados.

Constituindo-se em fundo de natureza contábil, administrado pela Secretaria de Planejamento da Presidência da República, o FDPI dispõe de recursos provenientes de fonte orçamentária federal e de financiamentos internos, externos e de outras fontes. O apoio financeiro aos programas efetiva-se pela destinação de recursos para investimentos e outras aplicações inclusive a fundo perdido, principalmente em obras de infra-estrutura, pela concessão de financiamentos através de agentes financeiros oficiais, e pela prestação de contrapartida a empréstimos internos e externos.

No biênio 1973-1974 o FDPI contou com recursos da ordem de Cr\$ 505,5 milhões, destinados a investimentos em mais de 30 programas distribuídos por todas as regiões do País, notadamente na região Nordeste.

Para a continuidade da programação, o FDPI contará com recursos no montante global de Cr\$ 2 590,9 milhões.

6

Outros Programas de Desenvolvimento Regional

Complementam a programação do desenvolvimento regional os seguintes programas e projetos, descritos a seguir, que, por sua natureza, não se enquadram os Capítulos anteriores:

- ④ Projeto SIPLAN;
- ④ Projeto Rondon;
- ④ Programa de Territórios Federais;
- ④ Programa de Migrações Internas;
- ④ Proteção ao Meio-Ambiente;
- ④ Análise das Imagens do Satélite ERTS;
- ④ Fundação Nacional do Índio.

⑧ Projeto SIPLAN. O Projeto SIPLAN (Sistema de Informações para o Planejamento, Coordenação e Controle) visa a atender às necessidades de informações do Ministério do Interior, e será desenvolvido com base num sistema de gestão, comandado pela Secretaria Geral, com a participação de todas as entidades vinculadas ao Ministério. Compreenderá a montagem de um sistema operacional, composto de padrões e rotinas de coleta, tratamento e disseminação de informação, cobrindo as áreas de planejamento, coordenação e controle, e os subsistemas de informação sócio-econômica, referência documentária, legislação, acompanhamento da execução de programas e projetos e avaliação do desempenho do Ministério do Interior (Cr\$ 22,0 milhões).

⑨ Projeto Rondon. Em sua fase inicial, o Projeto Rondon apresentou-se como um organismo de ação transitória. Aos poucos, foi-se firmando como um veículo importante de participação da juventude universitária nas atividades nacionais. Para acompanhar essa evolução foi necessária a criação de instrumentos legais, institucionais e financeiros, no sentido de colocá-lo à altura da crescente demanda exercida sobre as atividades que o Governo desenvolve por seu intermédio. O Projeto Rondon desenvolverá sua programação com grande ênfase nos aspectos espaciais. Dessa forma, os programas se concentrarão em duas faixas: em micro-regiões dos Campi Avançados e em micro-regiões das Coordenações. Pretende-se intensificar a ação do Projeto, dinamizando as operações nacionais e regionais. Ao mesmo tempo, em cooperação com o MEC, será dada ênfase às atividades de incentivo à fixação de mão-de-obra técnica no interior do País. Atualmente já se encontram em fase de estudos mais 9 Campi a serem implantados, até o final do período, em 7 unidades da Federação (Cr\$ 394,8 milhões).

⑩ Programa de Territórios Federais. O exercício da missão política de ocupação e valorização dos Territórios Federais do Amapá, Rondônia e Roraima, orientar-se-á pelas seguintes linhas diretoras:

- ① complementação do sistema viário básico de integração intra-regional e de articulação continental;
- ② consolidação dos centros urbanos internos e estruturação das nucleações planejadas;
- ③ geração das condições necessárias para a fixação dos fluxos migratórios;
- ④ fortalecimento, diversificação e incremento da atividade produtiva.

Paralelamente, desdobra-se uma estratégia voltada para as pesquisas do quadro natural nessas áreas. A administração de inversões em capital social básico e de pré-investimentos em pesquisas ficará a cargo dos departamentos federais especializados e de instituições regionais responsáveis pela promoção do desenvolvimento da Amazônia. Às Administrações dos Territórios caberá, na medida em que se aperfeiçoarem os instrumentos operativos necessários, o papel de elemento motor em setores produtivos. Os recursos financeiros programados, em regime de coordenação com as Superintendências Regionais, foram estimados em Cr\$ 443 milhões para a aplicação direta, pelos governos dos Territórios.

⊗ Programa de Migrações Internas. No quadro populacional brasileiro, o fenômeno migratório vem adquirindo crescente importância. Por ocasião do último censo, cerca de uma terça parte da população brasileira já não se achava presente nos municípios de nascimento, e as próprias diferenças entre as taxas de crescimento das populações urbana e rural refletem e intensidade desses movimentos e sua substancial participação na problemática da urbanização brasileira. A fim de criar condições para a fixação de uma adequada política de migrações, o Ministério do Interior planejou e dará continuidade no período às seguintes ações:

⊗ pesquisa de migrações internas, já iniciada, objetivando a obtenção de elementos indispensáveis à formulação de uma política migratória nacional, respeitadas as peculiaridades regionais e os interesses de natureza econômica;

⊗ construção e manutenção de centros de triagem e treinamento de migrantes (CETREMI), em apoio aos programas de colonização dirigida, irrigação, reforma agrária e desconcentração populacional de pólos urbanos de grande atração de migrantes (Cr\$ 29,8 milhões).

⊗ Proteção ao Meio-Ambiente. Esse Programa será executado pela Secretaria Especial do Meio-Ambiente (SEMA), do Ministério do Interior, com a finalidade de orientar a conservação do meio-ambiente e o uso racional dos recursos naturais (Cr\$ 30 milhões). Compreende os seguintes projetos:

⊗ projeto de Estações Ecológicas, que objetiva a aquisição e preservação de áreas naturais representativas dos principais ecossistemas encontrados nas várias regiões, bem como a promoção de estudos comparativos de sua ecologia com áreas ocupadas pelo homem, estabelecendo no território nacional uma rede de Estações Ecológicas com a função de atuar como verdadeiros bancos genéticos de plantas e animais vivos, que possibilitarão a comparação das

alterações ecológicas feitas pelo homem em áreas vizinhas, assim como indicações sobre o melhor uso do solo e outras questões de interesse prático;

- projeto de Monitoramento do Meio-Ambiente, que compreende implantação de pelo menos 120 centros de coleta de dados visando o conhecimento da situação ambiental, do comportamento e quantidade dos agentes poluentes no seio das comunidades e, ao mesmo tempo, a identificação da presença desses elementos nos principais rios, praias e no ar atmosférico das regiões metropolitanas;

- projeto de Educação e Divulgação Ambientais, destinado a orientar o público em geral quanto aos princípios de zelo na proteção ao meio-ambiente; será empreendida pela SEMA uma ampla programação de divulgação e educação, de forma a conscientizar a população brasileira para a necessidade de preservar o meio-ambiente.

⊗ Análise das Imagens do Satélite ERTS. O Ministério do Interior tem convênio firmado com o Instituto de Pesquisas Espaciais (INPE) para utilização das imagens do satélite ERTS, fixadas em fotografias de 1: 1 000 000, 1:500 e 1:250 000. O INPE fornecerá o material fotográfico e prestará o assessoramento necessário às unidades vinculadas ao Ministério do Interior, além de possibilitar o treinamento de técnicos em foto-interpretção, processamento de dados, controle e avaliação de programas, etc. Os programas de pesquisas compreendem a avaliação de recursos naturais, acompanhamento de projetos agropecuários, planejamento de estradas e centros de colonização, aferição das variações da cobertura vegetal e das condições ecológicas, fiscalização da prática de queimadas, etc. O Projeto terá a participação das Superintendências de Desenvolvimento Regional, da Secretaria Especial de Meio-Ambiente (SEMA) e da Secretaria Geral do Ministério do Interior (Cr\$ 6 milhões).

⊗ Fundação Nacional do Índio. A Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão do Ministério do Interior, está afeta a incumbência de executar as diretrizes da política indigenista nacional, competindo-lhe a preservação do equilíbrio biológico e dos padrões culturais do indígena no seu contato com a sociedade civilizada. A FUNAI realizará a demarcação de terras da União que constituem o Patrimônio Indígena, abrangendo área superior a 100 milhões de hectares, dos quais cerca de 50% já se encontram identificados e parcialmente demarcados. Para algumas dessas áreas a FUNAI prevê a implantação de projetos de natureza sócio-econômica, de forma a orientar o silvícola em atividades agropecuárias; a realização de atividades assistenciais nas comunidades tribais; e, a realização de estudos e pesquisas a propósito do processo de integração do indígena à sociedade brasileira (Cr\$ 30 milhões).

2

DESENVOLVIMENTO URBANO

7

A Política e a Programação do Desenvolvimento Urbano

Ao final da década, o Brasil deverá contar com uma população urbana da ordem de 78 milhões, correspondente a cerca de 2/3 do total da população do País.

Ao longo dos anos 70, o País estará, portanto, se caracterizando, cada vez mais, como uma sociedade predominantemente urbana, em processo acelerado de metropolitanização, o que significa que o desenvolvimento urbano passa a ter interação, cada dia mais profunda, com a própria estratégia nacional de desenvolvimento.

É conhecido o desequilíbrio, que se tem agravado, no processo de urbanização do País. Observa-se, de um lado, expansão acentuada e prematura das metrópoles nacionais, com a proliferação de grandes aglomerados urbanos, que continuam crescendo a taxas elevadas, e, de outro, excessiva pulverização de pequenas cidades, sem um número adequado de cidades médias que dê razoável equilíbrio à estrutura urbana em formação.

Essa prematura metropolitanização tem acarretado, principalmente no Grande Rio e no Grande São Paulo, a presença de problemas como o do congestionamento urbano, o da poluição industrial etc., que, já começam a ameaçar outros grandes centros urbanos, em detrimento da qualidade da vida nas grandes cidades.

Ao mesmo tempo, o desenvolvimento, multiforme e rápido, que se verifica em todos os quadrantes do território nacional, com a realização de grandes projetos e a aplicação de novas tecnologias tanto em áreas urbanas como rurais, suscita a necessidade de se definir política de preservação dos recursos naturais e de manutenção do equilíbrio ecológico.

● POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO URBANO

A velocidade do processo de urbanização do País é evidenciada pelas seguintes observações:

● Em apenas 30 anos, a população urbana do País quase duplicou sua participação relativa, evoluindo dos 31% em 1940, para 56% em 1970. Esse processo de urbanização decorreu, em grande parte, das migrações internas do campo para as cidades, e significou uma expansão da população urbana equivalente a cerca de 40 milhões de pessoas.

● Em 1979, a participação da população urbana brasileira no total deverá ser da ordem dos 63%, ou seja, o equivalente a 75 milhões de pessoas, determinando um aumento de cerca de 25 milhões em apenas uma década. Cerca de 48 milhões viverão em aglomerados urbanos com mais de 100 mil habitantes (contra apenas 30 milhões, em 1970), e 37 milhões, em cidades com mais de 500 mil habitantes (contra apenas 23 milhões, em 1970).

● As cidades brasileiras foram responsáveis, em 1973, por cerca de 85% do produto interno bruto (Cr\$ 606 bilhões), o que leva a prever-se para 1979, uma participação relativa no PIB da ordem de 87%, ou seja Cr\$ 1 110 bilhões.

● Estima-se que 70% da frota de automóveis existente no País em 1979 (19,8 milhões) circularão nas regiões metropolitanas, o que corresponde a 1,6 vezes o número atual de veículos em circulação no País.

Esses e outros aspectos do processo de desenvolvimento das cidades brasileiras, como núcleos concentradores da riqueza, não devem, entretanto, esconder a dimensão da problemática urbana e o desafio que encerra:

● O processo de urbanização acelerada gerou grandes distorções na distribuição espacial das cidades, predominantemente litorânea. Os principais aglomerados metropolitanos localizam-se na costa atlântica, concentrando 2/5 da população das cidades, a maior parte das atividades industriais e a maior responsabilidade no que tange à expansão da economia.

● As três regiões metropolitanas do Nordeste (Recife, Salvador, e Fortaleza), de outra parte, responsáveis por cerca de 7% da população urbana do País, respondem por menos de 3% do emprego industrial, enquanto que o Grande São Paulo e o Grande Rio, com 29% da população urbana, detêm quase a metade da mão-de-obra empregada na indústria.

● A disponibilidade dos equipamentos sociais urbanos também se distribui desigualmente no País, e a distribuição dos recursos destinados a su-
pri-los, também desigual, tende a agravar as disparidades existentes.

● A excessiva concentração urbana, que ocorre sobretudo nas re-
giões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, está acarretando sérios
problemas de congestionamento, superpopulação e poluição, em detrimento da quali-
dade de vida e do equilíbrio social.

Diante disso, a política urbana a ser executada está concebida e instrumentada como segue:

● Definição de orientação e estabelecimento de mecanismos ope-
rativos para que a estrutura urbana acompanhe a estratégia de desenvolvimento e
a política de ocupação do espaço interior.

Desta forma, cabe definir, em sentido geral, a estrutura urbana que se deseja estabelecer nacionalmente, concebida em função dos objetivos e pro-
gramas de desenvolvimento nacionais e regionais.

A cidade irá, então, situar-se dentro do planejamento do pólo eco-
nômico em que se encontra, definindo-se a sua função econômica e social e, só en-
tão, passando a definir-se sua configuração físico-urbanística. Frequentemente,
esse enfoque significará a reorientação que, no longo prazo, se afigura mais ra-
cional e menos dispendiosa do que as simples soluções de engenharia que tomam co-
mo um dado as atuais tendências de evolução, mecanicamente.

Dentro dessa orientação, é necessário promover uma melhor estrutu-
ração do sistema urbano, com vistas à maior eficácia das funções exercidas pelas
cidades e à elevação dos padrões de urbanização e qualidade de vida. Para isso,
dever-se-á:

④ Implantar as nove Regiões Metropolitanas já criadas: São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Fortaleza, Porto Alegre, Recife, Salvador, Curitiba e Belém.

⑤ Identificar as funções que devem ser cumpridas pelas metrópoles nacionais e as que devem ser desempenhadas pelas metrópoles regionais, notadamente nas áreas de maior concentração populacional e econômica.

⑥ Definir pólos secundários imprescindíveis a uma política de descentralização, de âmbito nacional ou regional, com adequado aproveitamento das vantagens da aglomeração existentes, seja por razões de ordem econômica, social ou política; nas novas regiões, estabelecer núcleos urbanos de apoio ao processo de ocupação.

A estratégia de desenvolvimento urbano objetivará, prioritariamente:

⑦ A desconcentração intra-regional do sistema urbano dominante na região Sudeste, através principalmente do esforço prático de evitar o crescimento excessivo das grandes aglomerações urbanas de São Paulo e do Rio de Janeiro.

⑧ A ordenação do processo de desenvolvimento do sistema urbano da região Sul, mediante expansão ordenada das metrópoles regionais e o fortalecimento dos núcleos urbanos de médio porte.

⑨ A dinamização da base econômica das metrópoles regionais do sistema urbano do Nordeste e o reforço das atividades produtivas e dos equipamentos sociais dos pólos urbanos interiorizados.

⑩ A promoção da urbanização nas áreas de ocupação recente ou não consolidada das Regiões Norte e Centro-Oeste e a organização do desenvolvimento das metrópoles regionais em formação e da região geo-econômica de Brasília.

⑪ O desdobramento dessas diretrizes, operativamente, em estratégias regionais específicas, refletindo as peculiaridades e o estágio de urbanização em que se encontra cada macrorregião brasileira.

⑫ Na região Sudeste, a estratégia regional deverá conferir prioridade:

● à coordenação dos investimentos em infra-estrutura e à regulamentação do uso do solo nas regiões metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro, de modo a conter a taxa de crescimento dessas metrópoles e induzir à descentralização das atividades produtivas, particularmente das industriais, para centros periféricos de médio porte, que apresentem potencialidades locais;

● ao disciplinamento da ocupação urbana e rural das áreas contíguas às duas metrópoles nacionais, particularmente, nos eixos Rio de Janeiro - São Paulo, São Paulo - Campinas e Santos - São Paulo;

● à ordenação e ao disciplinamento do processo de crescimento da região metropolitana de Belo Horizonte, bem como da região urbanizada sob influência de Vitória, onde serão realizados grandes investimentos ligados à siderurgia e à exportação de minérios;

● ao planejamento da expansão e reforço da infra-estrutura urbana das cidades beneficiárias da descentralização funcional intra-regional, com atuação preferencial sobre os núcleos urbanos com mais de 50 000 habitantes; por esta razão, cidades como Araçatuba, Araraquara, São José do Rio Preto, Ribeirão Preto, Marília, Bauru, Ourinhos, São Carlos, Presidente Prudente, Piracicaba, Jundiaí, Sorocaba, Taubaté, Mogi das Cruzes, Barra Mansa, Volta Redonda, Campos, Nova Friburgo, Cachoeiro do Itapemirim, Montes Claros, Teófilo Otoni, Patos de Minas, Governador Valadares, Uberlândia, Uberaba, Divinópolis, Varginha e Juiz de Fora, entre as principais, serão objeto específico dos programas federais para o desenvolvimento urbano;

● à dinamização das funções urbanas de apoio às atividades agropecuárias e agro-industriais desempenhadas por cidades de médio e pequeno porte;

● ao disciplinamento planejado do processo de urbanização da orla marítima, visando ao desenvolvimento das atividades ligadas ao turismo e ao lazer, à preservação das belezas naturais e das cidades históricas e ao apoio das funções urbanas das estâncias hidrominerais;

● à promoção de atividades permanentes para os núcleos urbanos que surjam em consequência da implantação de grandes projetos;

● à promoção de programas urbanos especiais para a região do Vale do Aço (cidades de Coronel Fabriciano, Ipatinga, Acesita e Timóteo).

● Na região Sul, a estratégia adotada objetiva a alcançar:

- o planejamento e o controle do desenvolvimento das regiões metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba, principalmente no que se refere ao uso do solo, ao planejamento integrado, e à implantação e operação do sistema de transporte metropolitano;

- a dinamização e a promoção das atividades de planejamento integrado, infra-estrutura urbana e equipamento social, atuando preferencialmente nos centros urbanos com população superior a 50 000 habitantes, caracterizando-se alguns como prestadores de serviços localizados em zonas rurais, como Uruguaiana, Santa Maria, Santana do Livramento, Bagé, Lages, Joaçaba, Londrina e Maringá, entre outras, e outros como cidades marcadamente industriais, tais como Pelotas, Rio Grande, Caxias do Sul, Joinville, Blumenau e Ponta Grossa; ressalte-se que, em Estados como o Paraná e o Rio Grande do Sul, onde já existe uma política urbana, o Governo Federal atuará articulado aos programas estaduais. em Santa Catarina, o caso especial de Florianópolis exigirá especial atenção, face à necessidade de desenvolvimento econômico e à preservação de suas belezas naturais e turísticas;

- o disciplinamento e a promoção de adequado processo de urbanização para as cidades localizadas na faixa litorânea e nas regiões de ser-
ra que se destinam ao turismo e ao lazer;

- a ampliação dos equipamentos sociais, dos serviços básicos e a promoção de uma base econômica durável para o núcleo urbano decorrente da implantação do projeto de Itaipu;

- a promoção de programas urbanos especiais para os núcleos urbanos situados na área de influência dos projetos do Porto e Distrito Industrial de Rio Grande e do Porto e Complexo Carbo-Químico de Imbituba.

● Na região Nordeste, a estratégia urbana procurará alcançar:

- o desenvolvimento acelerado das atividades produtivas e dos equipamentos sociais das metrópoles regionais de Recife, Salvador e Fortaleza, bem como o controle e a organização do processo de expansão metropolitana;

- o crescimento das atividades produtivas e a melhoria na infra-estrutura funcional e no equipamento social das Capitais dos Estados e dos pólos secundários regionais; assim, serão incentivados os programas de planejamento, treinamento de recursos humanos e, especialmente, infra-estrutura econômica e social, visando a criar uma base econômica e de emprego para as populações

urbanas que residem nas capitais e algumas cidades do interior, principalmente Parnaíba, Teresina, Florianópolis, Sobral, Juazeiro do Norte, Crato, Natal, Mossoró, João Pessoa, Campina Grande, Patos, Caruaru, Petrolina, Maceió, Aracaju, Juazeiro, Alagoinhas, Feira de Santana, Jequié, Ilhéus, Itabuna e Vitória da Conquista; a esses núcleos deverá caber importante função na contenção do processo migratório e no apoio às atividades agropecuárias e agro-industriais;

- a ordenação da ocupação da orla marítima, preservando-se o patrimônio histórico e valorizando-se a beleza paisagística, com vistas ao desenvolvimento do turismo interno e internacional;

- a implantação de programas de planejamento integrado, de reforço da infra-estrutura econômica e dos equipamentos sociais das cidades que recebem grandes projetos industriais, destacando-se, na Região Metropolitana de Salvador, o pólo petroquímico de Camaçari, no Estado do Maranhão, a cidade de e a ilha de São Luís e o Porto de Itaqui, e ao sul da cidade de Recife, o Porto de Suape.

- Nas regiões Norte e Centro-Oeste, a estratégia adotada promoverá:

- o desenvolvimento da Região Metropolitana de Belém e das cidades de Manaus e Santarém, através da dinamização das funções administrativas e de apoio às atividades produtivas secundárias e terciárias e da complementação da infra-estrutura;

- a definição e aplicação das diretrizes de desenvolvimento da região geo-econômica de Brasília, especialmente com vistas à ocupação ordenada ao longo dos eixos viários que demandam a Capital do País, sobretudo no caso do eixo Brasília-Anápolis-Goiânia;

- a dinamização das funções urbanas, entre outras cidades, de Cuiabá, Campo Grande, Corumbá, Dourados, Macapá, Boa Vista, Rio Branco e Porto Velho;

- a promoção dos núcleos urbanos de ocupação, estrategicamente selecionados ao longo das grandes vias de integração amazônica (Transamazônica, Cuiabá-Santarém, Belém-Brasília, etc), bem como em função das potencialidades sub-regionais para o desenvolvimento agropecuário, agromineral e

Em síntese, a ação executiva na área de Desenvolvimento Urbano deverá cobrir os seguintes aspectos:

REGIÕES/NÚCLEOS	NATUREZA DA AÇÃO DE GOVERNO	ÁREAS DE AÇÃO
REGIÃO SUL		
1. Metrôpoles Regionais	Controle	Regiões Metropolitanas de Porto Alegre e Curitiba:
2. Centros Sub-Regionais	Dinamização	Florianópolis, Londrina, Pelotas, Caxias do Sul, Santa Maria, Blumenau, Joinville e demais centros urbanos com população acima de 50 mil habitantes, preferencialmente.
3. Regiões de Turismo	Disciplinamento e Dinamização	Foz do Iguaçu, Paranaguá, Laguna, Gramado, Litoral de Santa Catarina, Norte do Rio Grande do Sul e Sul do Paraná.
4. Áreas de Programas Especiais	Promoção	Itaipu, Porto e Distrito Industrial de Rio Grande, Porto e Complexo Carbo-Químico de Imbituba.
REGIÃO SUDESTE		
1. Metrôpoles Nacionais	Contenção	Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro
2. Metrôpole Regional	Controle	Região Metropolitana de Belo Horizonte, Vitória, conurbações de Santos e Campinas.
3. Centros Sub-Regionais	Disciplinamento e Dinamização	Juiz de Fora, Ribeirão Preto, Sorocaba, Campos, Jundiaí, Volta Redonda, Bauru, São José dos Campos, Piracicaba, Uberlândia, Uberaba, Governador Valadares, São José do Rio Preto e demais centros urbanos com população acima de 50 mil habitantes, preferencialmente.
4. Regiões de Turismo	Disciplinamento	Cidades Históricas, estâncias hidrominerais e orla marítima.
5. Áreas de Programas Especiais	Promoção	Vale do Aço (MG)
REGIÃO CENTRO-OESTE		
1. Região Geo-econômica de Brasília	Disciplinamento e Dinamização	Distrito Federal e áreas circunvizinhas.
2. Centros Sub-Regionais	Dinamização	Goiânia, Anápolis, Cuiabá, Corumbá, Campo Grande, Dourados.
3. Núcleos de Apoio ao Processo de Ocupação	Promoção	Araguaína, Aragarças, Cáceres, Rondonópolis,
4. Regiões de Turismo	Promoção	Goiás, Caldas Novas
REGIÃO NORTE		
1. Metrôpole Regional	Disciplinamento e Dinamização	Região Metropolitana de Belém
2. Centros Sub-Regionais	Dinamização	Manaus, Macapá, Boa Vista, Rio Branco, Porto Velho e Santarém.
3. Núcleos de Apoio ao Processo de Ocupação	Promoção	Capanema, Monte Alegre, Marabá, Alenquer, Parintins, Itacoatiara, Cruzeiro do Sul, Imperatriz, Içana, Humaitá, Lábrea, Conceição do Araguaia, Caracará, Tucuruí, Benjamin Constant, Itaituba, Altamira, Boca do Acre, Tefé, Paraqueminas, Coari, Vilhena.
REGIÃO NORDESTE		
1. Metrôpoles Regionais	Disciplinamento e Dinamização	Regiões Metropolitanas de Salvador, Recife e Fortaleza.
2. Centros Sub-Regionais	Dinamização	João Pessoa, São Luís, Teresina, Natal, Maceió, Aracaju, Campina Grande, Feira de Santana, Caruaru e demais centros urbanos com funções de polarização regional.
3. Regiões de Turismo	Promoção	Cidades Históricas e orla marítima
4. Áreas de Programas Especiais	Promoção	Camaçari (BA), Itaqui (MA), Suape (PE).

agro-industrial; isto será executado através do Programa POLAMAZÔNIA e exigirá uma efetiva ação federal nos núcleos urbanos de Caracaraí, Içana, Benjamin Constant e Cruzeiro do Sul, ao longo da Perimetral Norte, Tefé, Coari, Itacoatiara, Paratins, Alenquer e Monte Alegre, ao longo do curso do rio Amazonas; Lábrea, Itaituba, Altamira, Tucuruí e Marabá, ao longo da Transamazônica e as cidades de Capanema, Imperatriz, Araguaína, Conceição do Araguaia, no eixo Belém-Brasília; outros núcleos urbanos de apoio ao processo de ocupação também serão objeto de ação especial; dentre os quais relacionam-se Boca do Acre, Paragominas, Vilhena, Cáceres, Rondonópolis e Aragarças;

● a promoção dos centros turísticos das regiões Norte e Centro-Oeste, especialmente Manaus, Goiás, Caldas Novas e Brasília.

● A definição das seguintes prioridades principais para implementar a política definida, e, em particular, implantar as Regiões Metropolitanas já estabelecidas em lei:

● ação de estímulo e coordenação de planejamento, tendo como órgão auxiliar a Comissão Nacional de Regiões Metropolitanas e Política Urbana (CNPUR), que deverá, em especial, orientar e acompanhar a implantação dos órgãos de comando das Regiões Metropolitanas (Conselho Deliberativo e Consultivo); efetuar a definição detalhada da estrutura urbana a ser estabelecida, nas diferentes regiões; estabelecer diretrizes para a utilização dos fundos federais destinados ao desenvolvimento urbano.

● prioridades gerais (comuns a todas as regiões metropolitanas): transportes coletivos, uso do solo, zoneamento urbano, saneamento e outros equipamentos sociais, etc.;

● prioridades específicas de cada região: combate ao crime, principalmente no Rio de Janeiro e São Paulo, favelas em várias Regiões, etc.;

● uso coordenado dos fundos de desenvolvimento urbano já criados (para o Centro-Sul, Nordeste e Norte), e demais mecanismos financeiros para o setor: FDPI, recursos do ENDE para distritos industriais, etc.

REALIZAÇÕES PROGRAMADAS

Programas e projetos de interesse direto do desenvolvimento urbano serão desenvolvidos pelos respectivos órgãos setoriais, nos campos de habitação, saneamento, transporte e infra-estrutura urbana, recursos humanos, controle de poluição e preservação do meio ambiente.

As aplicações diretas no setor, pelo BNH e pelos sistemas por ele comandados, perfazem Cr\$ 133 bilhões, para o período 1975-1979, dos quais Cr\$ 72 bilhões serão aplicados no triênio 1975-1977. Adicionando-se a esses recursos a contrapartida das entidades públicas e privadas, ter-se-á uma soma de aproximadamente Cr\$ 187 bilhões para as aplicações no quinquênio e Cr\$ 101 bilhões, se considerado o triênio 1975-1977.

Acrescentando-se, ao total desses investimentos, os recursos previstos para o Programa de Saneamento Ambiental do DNOS, as transferências da União para os Estados e Municípios, os investimentos em infra-estrutura de transporte urbano, pelo Ministério dos Transportes, os recursos dos Fundos de Desenvolvimento Urbano e do FDPI e os investimentos em recursos humanos, as aplicações totais previstas para o desenvolvimento urbano alcançarão o montante de Cr\$ 230 bilhões, no período 1975-1979 e Cr\$ 127 bilhões no triênio 1975-1977.

Quanto à participação direta do Governo Federal na elaboração de estudos, planos e projetos específicos de desenvolvimento urbano, alinhar-se a seguir as principais realizações programadas:

⊗ colaboração na elaboração de planos diretores para as áreas metropolitanas, em especial do Norte e Nordeste, bem como a elaboração de projetos específicos de saneamento básico e ambiental, de transporte e de estrutura administrativa;

⊗ implantação de projetos específicos, decorrentes dos planos metropolitanos mencionados, e de respectivos sistemas de administração de serviços comuns de peculiar interesse;

⊗ elaboração de planos diretores de desenvolvimento urbano para os centros dinamizadores do interior e Capitais do Norte e Nordeste,

assim, como a implantação dos projetos específicos, de urbanismo, saneamento básico e saneamento ambiental decorrentes;

- consolidação dos núcleos urbanos planejados como centro de apoio na região Amazônica;
- implantação de planos de desenvolvimento local elaborados para as Capitais dos territórios e outros núcleos;
- participação em estudos e projetos de interesse do desenvolvimento urbano, em colaboração com governos estaduais e administrações municipais;
- treinamento de executivos das administrações municipais e estaduais, compreendendo prefeitos e servidores de municípios e das secretarias estaduais interessadas no desenvolvimento urbano;
- aperfeiçoamento de profissionais de nível superior em cursos de pós-graduação e especialização em planejamento urbano, beneficiando universidades e outras entidades.

PROGRAMAÇÃO PRIORITÁRIA (*)

● PROGRAMAS DE ÂMBITO NACIONAL

● Plano Nacional de Habitação. Através dos programas habitacionais serão concedidos cerca de 761 mil financiamentos no período 1975-1977, o que indica a alta prioridade para o setor, no qual serão investidos cerca de Cr\$ 44,5 bilhões. Procurar-se-á elevar o atendimento do mercado constituído de famílias de baixa renda (mercado popular, isto é casas em que a parcela financiada pelo BNH vai até 200 UPC). Estima-se para 1975 o financiamento de 58 mil moradias, quantidade essa que deverá atingir, em 1977 a cerca de 123 mil unidades, representando um crescimento de mais de 110% no período. Ao mercado econômico (casas com financiamento do BNH, entre 201 e 400 UPC) será igualmente dado tratamento prioritário, elevando-se o

(*) O valor dos programas e projetos, expresso a preços estimados de 1975, refere-se, sempre, ao período 1975-1977.

número de unidades financiadas de 28 mil, em 1975, para 41 mil unidades, em 1977, representando um crescimento, no período, de quase 50%. Ainda com o objetivo de atender a famílias de baixa renda deverá ser desenvolvido o Programa de Lotes Urbanizados, que já está em execução, em caráter inicial. Os recursos alocados neste programa, deverão propiciar cerca de 58 mil financiamentos no período 1975-1977, o que, somados aos financiamentos para os mercados popular e econômico, perfaz o total de 440 mil famílias a serem atendidas, nestas faixas, no triênio. Os demais financiamentos deverão atender ao mercado médio (casas com financiamento do BNH entre 401 a 900 UPC), e ao mercado superior (casas com financiamento do BNH acima de 900 UPC). Como se observa, o programa previsto objetiva o atendimento crescente das camadas de menor renda. Dentro dos programas habitacionais mencionados, destaca-se o PLANHAP, (Plano Nacional de Habitação Popular), que busca propiciar a construção e financiamento, a longo prazo, de 2 milhões de moradias para famílias com renda entre um e cinco salários mínimos. Além de buscar metas quantitativas, o PLANHAP prevê o estabelecimento de mecanismos de auto-sustentação financeira para a continuidade do projeto, o que além de possibilitar a eliminação do deficit habitacional nessa faixa de renda, gerará recursos para garantir continuado atendimento a novas solicitações, minimizando a necessidade de investimentos adicionais pelos Estados. Destacam-se ainda os programas habitacionais complementares, que têm como objetivos principais permitir o financiamento de terrenos destinados à execução dos programas habitacionais para famílias de baixa renda, assim como dotar os conjuntos habitacionais, financiados pelo SFH, dos necessários equipamentos básicos e complementares. Nesse último caso, a atuação do BNH no campo de Desenvolvimento Urbano complementa-se através de financiamento de obras de infra-estrutura em conjuntos habitacionais (FINC) e do financiamento da construção e instalação de equipamentos comunitários essenciais, àqueles conjuntos (FINEC). Enquadra-se também entre esses o de complementação da habitação, com o objetivo de permitir que as parcelas da população com renda inferior possam programar a melhoria de suas habitações ao longo do tempo de suas possibilidades financeiras.

❶ Programa de Financiamento de Urbanização e Equipamento Comunitário. Os Programas de Urbanização e Equipamento Comunitário do BNH buscam, ao complementar os demais programas, promover a realização dos projetos integrados. Pelo seu caráter de mútua complementaridade esses programas são aplicados em conjunto numa mesma área, objetivando atingir um desenvolvimento harmônico e equilibrado, entre a qualidade da habitação, a necessidade de equipamentos sociais e um adequado nível de urbanização. A previsão das aplicações nesses programas, no triênio, é da ordem de Cr\$ 25,8 bilhões, dos quais cerca de 50%, ou sejam, Cr\$ 12,9 bilhões, serão provenientes de recursos do SFH.

④ Programas Complementares Especiais. Os programas complementares especiais muitas vezes ultrapassam o objetivo previsto, de criação de condições infra-estruturais e de apoio ao desenvolvimento dos programas habitacionais. É esse, especialmente, o caso do FIMACO (Programa de Financiamento de Materiais de Construção). O esforço desenvolvido pelo Banco nesse campo vem sendo feito de forma conjugada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), na qualidade de agente especial. A amplitude desse programa foi recentemente estendida, com ampliação dos financiamentos às indústrias produtoras de materiais e equipamentos para projetos de água potável e esgotos sanitários. Ainda entre os Programas Complementares Especiais destacam-se o Programa de Estudos e Pesquisas (ESPES), o Programa de Treinamento e Assistência Técnica (TREINAT), o Programa para Definição de Normas Técnicas e o Programa de Financiamento para o Planejamento Urbano (FIPLAN). Este último destina-se a financiar pesquisas, planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano (Cr\$ 5,6 bilhões).

④ Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). O Plano Nacional de Saneamento (PLANASA), será definitivamente consolidado no quinquênio, através do aperfeiçoamento dos mecanismos financeiros, administrativos, gerenciais, técnicos e de pesquisa, implantados ou em implantação, em todos os Estados da Federação. Prevê-se o abastecimento em condições adequadas de, no mínimo, 80% da população urbana, com água de boa qualidade. Também entrará em execução acelerada o programa de esgotos sanitários, objetivando o controle da poluição hídrica em cerca de metade dos domicílios urbanos, os quais serão ligados às redes de esgotos. Até o presente já foram investidos cerca de Cr\$ 7,0 bilhões neste programa. Para o triênio são previstas aplicações no valor de Cr\$ 12,0 bilhões, participando o BNH e FAES, com Cr\$ 10,6 bilhões, que se destinam aos subprogramas de abastecimento d'água, controle da poluição hídrica e controle de inundações.

④ Programa Nacional de Saneamento

④ Controle de Cheias. Este projeto, que faz parte do Programa Especial de Controle de Enchentes e Recuperação de Vales, tem por objetivo a defesa contra inundações provocadas pelos extravasamentos de cursos de água. As obras programadas nos núcleos urbanos visam a melhoria das condições ambientais, a elevação dos padrões sanitários e, principalmente a minimização dos efeitos de precipitações pluviiais que, periodicamente, causam inúmeros problemas de repercussão local e regional. A execução de obras de controle de cheias será também, estendida às áreas rurais, cujos sistemas fluviais possam influenciar núcleos urbanos. Dentre as obras programadas, destacam-se

as que serão desenvolvidas em Goiânia-GO, Campo-Grande-MT, Curitiba-PR, Santarém-PA, Porto Alegre-RS, Vale do rio Mearim-MA, Vale do rio Capibaribe-PE, Vale do rio Jaguaribe-CE, Vale do rio Sapucaí-MG, Vale dos rios Sarapuí-Meriti - RJ/GB, Vale do rio São João-RJ, Vale do rio Itajaí-SC, Vale do rio Tubarão-SC, Vale do rio dos Sinos-RS, Barragem eclusa do canal de São Gonçalo-RS, Vale do rio Parnaíba-PI, Vale dos rios Açu-Piranhas-RN e Vale do rio Paraibuna-MG. O projeto será implementado pelos DNOS (Cr\$ 1 308,4 milhões).

● Recuperação de Terras. Com a execução desse projeto tem-se em vista recuperar áreas rurais e urbanas, de modo a contribuir para a abertura de novas fronteiras econômicas através do aproveitamento do espaço geográfico. Constituindo um instrumento de apoio às atividades para redução dos desequilíbrios regionais, as obras e serviços envolvidos têm por escopo a regeneração de terras disponíveis dotadas de efeito potencial, inseridas tanto em áreas dinâmicas quanto em faixa deprimidas. Na esfera urbana, dentro os efeitos que a conquista de novas áreas oferece, destacam-se a criação de condições para o crescimento ordenado de cidades, a desconcentração de faixas saturadas, a expansão de sistemas viários e a criação ou consolidação de distritos industriais, a par da melhoria dos níveis de urbanização e industrialização (Cr\$ 178,2 milhões).

● Obras de Finalidades Múltiplas. Têm por objetivo o aproveitamento integrado dos recursos de água e solo, tanto em núcleos urbanos quanto em áreas rurais, onde o controle de cheias e a recuperação de terras estão associados. Consta, basicamente, da implantação das seguintes obras: diques, cais de saneamento, canalização, casas de bombas, aterros e a execução de várias obras complementares nos sistemas. Dentre as obras programadas, em âmbito nacional, destacam-se as que serão desenvolvidas nas cidades de Santarém-PA e Porto Alegre-Canoas-RS, bem como nos vales dos rios São João-RJ, Itajaí-SC e Tubarão-SC. O projeto será implementado pelo DNOS (Cr\$ 187,8 milhões).

● Transportes Urbanos. Dentre os principais projetos previstos salientam-se os que serão realizados no âmbito do Ministério dos Transportes, dos quais destacam-se a ampliação dos sistemas de transporte de massa e a construção de novas vias expressas. O projeto sobre transporte de massa prevê a remodelação e ampliação de sistemas ferroviários suburbanos e a construção de sistemas metropolitanas, enquanto o projeto de vias expressas compreende a construção de vias de forma integrada com as prioridades do transporte de massa. Ambos os projetos beneficiarão as principais regiões

urbanas do País - São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Recife, Porto Alegre, Salvador, Fortaleza, Belém, Curitiba, Goiânia e Brasília - e as aplicações no triênio perfazem cerca de Cr\$ 22,1 bilhões, dos quais cumpre destacar os seguintes empreendimentos:

- Rio de Janeiro: construção do metrô, remodelação e ampliação dos sistemas ferroviários suburbanos, construção de vias expressas.

- São Paulo: plano de expansão do metrô, anel rodoviário de São Paulo, vias expressas e sistemas ferroviários suburbanos.

- Capacitação de Recursos Humanos. O Programa tem por objetivo sanar as deficiências em relação a pessoal qualificado para as tarefas de planejamento urbano e atividades de administração de Municípios da área de Segurança Nacional. Compreende:

- Recursos Humanos para o Desenvolvimento Urbano. Tendo em vista a carência de profissionais especializados em planejamento urbano, os Ministérios do Interior e da Educação e Cultura e a Secretaria de Planejamento da Presidência da República firmaram convênio, com a finalidade de propiciar a realização de cursos de mestrado, na área, através das seguintes instituições de ensino superior: Universidades Federais do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e Pernambuco, e Universidade de São Paulo. Pretende-se, através desse convênio, que deverá ter seu prazo de execução dilatado para o final de 1979, possibilitar a formação de 400 técnicos e a instalação de equipamentos nas bibliotecas e nos demais setores de apoio nas quatro Universidades (Cr\$ 18,0 milhões).

- Recursos Humanos para Administração Municipal. Há no momento cerca de 100 municípios declarados de interesse para a Segurança Nacional, incluindo aqueles contíguos à fronteira do Brasil com outros países, bem como localidades onde se encontram situadas instalações federais de vulto ou que se acham à margem de certas rodovias-tronco de importância estratégica. Considerando o caráter peculiar desses Municípios, serão organizados cursos de capacitação em administração municipal, os quais terão por objetivo orientar a preparação de candidatos que disponham de experiência administrativa e outras condições indispensáveis ao eventual exercício de funções diretivas buscando-se assim contribuir mais eficientemente para a melhoria dos padrões técnicos e administrativos. O programa será realizado inicialmente a nível de especialização, em curso intensivo com a duração de um ano, para pessoal de nível superior, por intermédio de convênio entre o Ministério do Interior e a Universidade de Brasília, a partir de 1975 (Cr\$ 9,0 milhões).

* Planejamento para o Desenvolvimento Urbano

● Centro de Planejamento Metropolitano. Em decorrência da institucionalização de nove regiões metropolitanas e, em virtude da necessidade de um órgão que coordene o encaminhamento de pesquisas e estudos e desenvolva outras atividades para uma melhor orientação do processo de desenvolvimento metropolitano brasileiro, foi criado no âmbito do MINTER o Centro de Planejamento Metropolitano. Esse Centro exercerá basicamente a função de coordenador e promotor das atividades de planejamento do desenvolvimento das regiões metropolitanas, conforme definições que venham a ser estabelecidas pela CNPU. Seu programa de ação tem como escopo incentivar a compatibilização dos orçamentos, investimentos, programas e projetos dos três níveis de Governo, em cada região metropolitana; desenvolver estudos e pesquisas, prioritariamente, nas áreas de uso do solo metropolitano, transportes de massa, saneamento básico e legislação e fornecer subsídios à institucionalização de outras áreas metropolitanas (Cr\$ 4,5 milhões).

● Sistemas Estaduais de Desenvolvimento Urbano. A concentração demográfica em áreas urbanas no Brasil, com seus inúmeros problemas e com importante papel no processo de desenvolvimento nacional, demonstra a necessidade da definição e montagem de um sistema de desenvolvimento urbano que possa capacitar o Setor Público a enfrentar os graves problemas subjacentes ao fenômeno da Urbanização.

Nessas condições, a estruturação de Sistemas Estaduais de Desenvolvimento Urbano Municipal, articulados aos Sistemas Nacional e Estadual de Planejamento, apresenta-se como um importante passo no sentido de descentralizar as funções do Governo Federal e contribuir para a organização e controle das funções em nível urbano municipal. Pretende-se assim obter a promoção e o apoio à montagem, junto aos governos estaduais, de adequadas estruturas de decisão, planejamento e execução de ações que se vinculem ao desenvolvimento. Trata-se de atividade permanente a ser desenvolvida no âmbito do Ministério do Interior (Cr\$ 32,0 milhões).

● PROGRAMAS PARA AS REGIÕES METROPOLITANAS

As regiões metropolitanas legalmente estabelecidas pela Lei Complementar nº 14/73, em função dos núcleos urbanos de Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, São Paulo, Curitiba e Porto Alegre, seguiu-se a recente criação da região metropolitana do Rio de Janeiro, através da Lei Complementar nº 20, de 1974.

As regiões metropolitanas, dentro do território nacional, apresentam necessidades e problemas de interesse comum, com características distintas de uma para outra região. Devido a complexidade e diversidade de situações locais e específicas em cada uma, foram estabelecidas diretrizes básicas e gerais de atuação, que serão apoiadas nas seguintes ações (estimando-se disponibilidade de recursos, pelo Governo Federal, da ordem de Cr\$ 30 bilhões):

- estruturação e implantação dos sistemas de administração metropolitana;
- compatibilização dos orçamentos, investimentos, programas e projetos nos três níveis de Governo, em cada região metropolitana;
- adequação das condições de saneamento básico, habitação, comunicação, transportes e sistemas viários, como suporte do fortalecimento da base econômica;
- adequação da legislação vigente, em especial a que diz respeito à regulamentação do uso do solo urbano;
- prevenção e minimização da deteriorização da qualidade de vida urbana;
- otimização da distribuição espacial dos equipamentos urbanos em função da definição e controle do uso do solo;
- elaboração de planos diretores e estudos metropolitanos;
- criação de condições para que os serviços comuns de natureza metropolitana sejam tratados em nível distintos dos serviços municipais, estaduais e federais;
- capacitação de recursos humanos em problemas de planejamento metropolitano.

Paralelamente às grandes regiões metropolitanas, também as áreas metropolitanas em formação devem receber atenção federal, principalmente no que diz respeito à dinâmica de seu crescimento integrado. Na região Sul, Londrina-Maringá, no Paraná; no Sudeste, Campinas e Santos, em São Paulo, Vitória e Colatina, no Espírito Santo, e a nebulosa urbana em expansão no vale do rio Paraíba. No Nordeste, as conurbações Juazeiro do Norte e Crato e, ao Norte do País, a região de Manaus. A Região Geo-Econômica de Brasília também será objeto de projetos especiais.

❶ Programa da Região Nordeste. Para as regiões metropolitanas de Fortaleza, Recife e Salvador, prevê-se a realização do seguinte programa:

❶ elaboração de Planos Diretores abordando aspectos sócio-econômicos, institucionais, urbanísticos, de definições de uso de solo e sobre estrutura administrativa;

❷ elaboração e implantação de projetos específicos de comunicação urbana, e saneamento básico e ambiental, de acordo com as diretrizes delineadas nos Planos Diretores ou considerados de interesse para o desenvolvimento destas áreas;

❸ realização de estudos visando ao equacionamento dos transportes urbanos e execução de obras de contorno, acessos e duplicações de trechos, tais como o contorno das cidades de Fortaleza e Recife, o acesso ao porto de Recife, a duplicação das ligações Recife-São Lourenço, Recife-Igarassu e Recife-Cabo;

❹ implantação de distritos industriais;

❺ definição e implantação dos sistemas de administração metropolitana.

❷ Programa da Região Norte. Para a região metropolitana de Belém estão previstas as seguintes ações:

❶ incentivos à implementação do Plano de Desenvolvimento Metropolitano da Grande Belém, propiciando condições para sua implantação;

❷ preparação de projetos específicos para implementar a estrutura viária metropolitana;

❸ promover a implantação do programa de renovação da cidade velha da metrópole de Belém e de sua área central, incluindo a área contígua ao porto, dando-se prioridade à preservação e restauração das edificações de interesse histórico;

❹ incentivar o programa de urbanização das áreas de interesse turístico do Mosqueiro e Caratateua;

❺ reavaliar e implantar os projetos de saneamento existentes para a metrópole de Belém, tendo em vista sua compatibilização com a estrutura de ocupação metropolitana proposta pelo Plano de Desenvolvimento da Grande Belém.

● Programa para a Região Sudeste

● São Paulo. O CEGRAN (Grupo Executivo da Grande São Paulo), órgão técnico institucionalizado da Região, promove há alguns anos trabalhos sobre a metrópole paulista, estando já elaborados ou em fase de projeto e implementação o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, os Planos Setoriais para Lixo, Transporte, Saneamento e Recursos Hídricos. A seguinte programação deverá ter continuidade no período: consolidação dos orçamentos dos três níveis de Governo da Grande São Paulo e assistência aos Municípios, em questão de administração financeira e orçamentária; estudos do Anel Rodoviário e aplicação das soluções apresentadas no Programa de Ação Imediata de Transporte e Tráfego; elaboração de planos diretores municipais e montagem de Escritórios Municipais de Planejamento; estudo do Parque Metropolitano Sul; estudo do uso do solo, com utilização de levantamentos aerofotogramétricos; estudo de recuperação e urbanização da várzea do Rio Tietê; estudo integrado da destinação final dos resíduos sólidos na região do ABC (Stº André, São Bernardo, São Caetano); integração das linhas de ônibus da CMTC com os terminais do METRÔ; adequação dos terminais de abastecimento em função dos corredores de exportação e de funcionamento do Metrô (nova CEASA na Zona Leste); estudo da distribuição do gás encanado para a Região metropolitana; abastecimento de água tratada na região (a cargo da COMASP - Cia. Metropolitana de Água de São Paulo); transporte de massa: expansão do metrô para a região Leste/Oeste, atendendo-se Municípios vizinhos da Capital, em Convênio com a Central do Brasil (região Leste) e com a FEPASA (região oeste); retificação do Rio Tietê na Zona leste, onde se instalará o Centro Administrativo do Estado; padronização do Sistema de Cadastro Técnico Municipal, objetivando utilizar a política tributária municipal para efeito de controle do uso do solo; montagem do SIPLAN (Sistema de Informações para o Planejamento Metropolitano); implantação dos organismos executivos e de decisão na Região Metropolitana.

● Belo Horizonte. Para a região metropolitana de Belo Horizonte já foram executados o Plano Preliminar e os projetos setoriais para saneamento e recursos hídricos. Está prevista a seguinte programação no período: montagem da estrutura da entidade metropolitana (PLAMBEL); estudos de saneamento básico (abastecimento d'água e rede de esgotos) em conjunto com o serviço estadual, através da COMAG; implantação do distrito industrial de Betim; programa de transporte de massa; programa de vias expressas; colocação dos Conselhos Deliberativos e Consultivo em efetiva operação.

● Rio de Janeiro. A região metropolitana do Rio de Janeiro merece consideração especial, pois juntamente com São Paulo apresenta os maiores problemas político-administrativos e complexidades do fenômeno urbano. As ações projetadas para essa região prevêem a definição de uma política espacial

para descentralizar algumas de suas atividades comuns. Um aspecto que deverá ser estudado com profundidade será o do uso do solo, já que os problemas a ele inerentes são decorrentes da dimensão populacional metropolitana e resultam de suas crescentes complexidades funcionais intra e interurbanas. Atenção especial deverá ser dada aos problemas de infra-estrutura de transportes, (incluindo vias expressas e transporte de massa), habitação, saneamento, comunicações e de conservação do meio-ambiente a níveis razoáveis. Além de alguns planos municipais já existentes, deverá ser implementado o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, como também projetos para setores mencionados anteriormente. Deverão ser também estruturados e implantados os Conselhos Deliberativo e Consultivo, e os órgãos executivos.

① Programa da Região Sul

● Porto Alegre. Os 14 municípios que compõem a região metropolitana de Porto Alegre integram o Conselho Metropolitano de Municípios, do qual participam, também, representantes do Governo do Estado e do Ministério do Interior, através da SUDESUL. Foi constituído também o Grupo Executivo da Região Metropolitana (GERM), já institucionalizado, porém funcionando basicamente a nível municipal. Esse grupo, contando com assistência técnica alemã elaborou o Plano Preliminar (Município em conjunto com o Estado) e o Plano Metropolitano de Desenvolvimento Integrado, além de projetos setoriais sobre lixo e transportes. A continuidade dos trabalhos deverá nortear-se pela seguinte ação programática: implantação da entidade metropolitana, de acordo com as legislações federal e estadual pertinentes ao assunto; complementação do sistema de planejamento já montado, especialmente no campo da informática, para possibilitar avaliação e correção do plano; plano geral de transportes, a nível metropolitano; plano para o destino final dos resíduos sólidos na região metropolitana; plano geral de saneamento, também a nível metropolitano, incluindo o levantamento dos recursos hídricos; e elaboração do cadastro técnico metropolitano.

● Curitiba. Com a instalação, em 1974, da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba (COMEC), teve início o processo de planejamento desta região, que agora atinge a todos os municípios que dela fazem parte. Os programas básicos para a região metropolitana são os seguintes: elaboração do Plano de Desenvolvimento Metropolitano, pelo IPPUC; elaboração e implantação dos projetos específicos de abastecimento de água, sistema viário, mapeamento e cadastro, e informações sócio-econômicas; e implantação da entidade metropolitana, de acordo com as legislações Federal e Estadual, pertinentes ao assunto.

② PROGRAMAS DE ÂMBITO REGIONAL: NORDESTE E AMAZÔNIA

● Desenvolvimento Integrado das Capitais, Centros Dinamizadores e Cidades do Interior do Nordeste. Contempla esse projeto as ações a serem

exercidas nas Capitais, centros dinamizadores a outras cidades do interior, objeto de programas integrados ou de grandes investimentos, visando à adequação dessas cidades às funções de centro administrativo ou pólo econômico. Dentro desse objetivo geral espera-se fortalecer os núcleos urbanos de tamanho intermediário, melhorando a qualidade dos serviços urbanos e aumentando as oportunidades de emprego. Para o alcance desses objetivos serão realizados no triênio:

- elaboração de estudos sobre a hierarquização e classificação das cidades nordestinas;

- elaboração de planos diretores, contemplando aspectos sócio-econômicos, institucionais, urbanísticos, de definição de uso do solo e de estrutura administrativa;

- elaboração e implantação de projetos específicos de habitação, saneamento ambiental e básico, comunicações urbanas, de acordo com as diretrizes delineadas nos planos diretores ou consideradas de interesse para o desenvolvimento das cidades, inclusive obras de acesso aos portos de Maceió e Aracajú;

- implantação e consolidação de distritos industriais;

- racionalização administrativa das Prefeituras.

A ação será desenvolvida pelo Ministério do Interior, através do ENH, DNOS, SUDENE, Secretarias de Desenvolvimento Local e Meio-Ambiente, pelo Ministério dos Transportes, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais (Cr\$ 1 660 milhões).

- Apoio Básico aos Núcleos Urbanos de Áreas Seleccionadas na Amazônia. O objetivo desse programa é o fortalecimento dos núcleos urbanos de apoio à ocupação e ao desenvolvimento de áreas seleccionadas da Região. Envolve as seguintes ações:

- Estudo e Planejamento dos Núcleos Urbanos já Existentes. A promoção de estudos de desenvolvimento e planejamento integrado dos núcleos urbanos de apoio às áreas seleccionadas busca melhorar o conhecimento da realidade local e objetiva dotar a SUDAM e outros organismos do MINTER, bem como as administrações municipais, de um referencial básico e eficiente para nortear sua atuação dentro das diretrizes dos Planos Nacional e Regional. Os centros urbanos seleccionados como núcleos de apoio às áreas prioritárias ligados

aos principais setores produtivos (mineração, madeira, pecuária, lavouras selecionadas) são: Belém, Manaus, Santarém, Marabá, Altamira, Itaituba, Humaita, Castanhal, Abaetetuba, Capanema, Bragança, Óbidos, Oriximiná, Conceição do Araguaia, São Miguel do Guamá, Monte Alegre, Tucuruí, Jarilândia, São Domingos do Capim, Itacoatira, Tefé, Lábrea, Parintins, Codajás, Boca do Acre, Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Boa Vista, Macapá, Caracaraí, Imperatriz e Porto Franco.

④ Estudo e Planejamento dos Novos Núcleos Previstos para as Áreas Prioritárias. Na ausência de núcleos urbanos em áreas prioritárias prevê-se a implantação de novos centros. Dentro desta concepção, os núcleos de apoio previstos estão localizados na bacia do Itacaiúnas e Serra dos Carajás, no Estado do Pará, e na região produtora de pimenta-do-reino, cacau e dendê, no entroncamento da PA-02, no Estado do Pará. A ação prevista busca estabelecer bases para o apoio das atividades econômicas e consolidação da rede urbana da região.

⑤ Coordenação da realocização e implantação de novos núcleos urbanos; incluem-se neste caso os núcleos de Marabá, Boca do Acre, Humaita e São Domingos do Capim.

⑥ Organização das administrações municipais. A eficiência de um programa de desenvolvimento para um Município depende, em grande parte, da capacidade e organização das administrações municipais.

Faz-se mister, portanto, fortalecer as bases administrativas dos governos municipais através da continuidade dos trabalhos desenvolvidos pela SUDAM, junto às Prefeituras Municipais, visando a adequá-las às tarefas de execução dos planos elaborados, orientando-as para adoção de medidas de racionalização administrativa, fornecendo assistência técnica e capacitando seus servidores. As metas previstas para o período 1975-1977 são as seguintes: realização de cursos visando treinar 300 servidores municipais em setores básicos das Prefeituras e fornecer apoio técnico às Prefeituras que já possuam ou que venham a possuir Planos de Desenvolvimento, estando previsto o atendimento a aproximadamente 35 cidades. Esse apoio deverá concretizar-se sob a forma de assessoramento, treinamento prático de servidores, elaboração de cadastros técnicos imobiliários das sedes municipais, elaboração de normas para execução de projetos específicos, atualização de códigos tributários e regulamentação dos impostos predial e territorial urbano, controle orçamentário, e organização e funcionamento dos serviços internos.

⑦ Desenvolvimento Comunitário. É fundamental a participação da população na promoção do desenvolvimento, desde que essa participação

se efetue de forma consciente e organizada. As metas preliminares previstas para o período 1975-1977, no que tange à capacitação de recursos humanos para atividades de desenvolvimento comunitário, envolvem o treinamento de 180 profissionais de curso superior, 120 técnicos de nível médio, 420 pessoas em cursos de lideranças institucionais e 2 000 pessoas em cursos de liderança comunitárias. Outra meta fundamental é dar continuidade e dinamismo às tarefas de implantação das coordenações na região, atendendo a novas áreas e dinamizando a atuação de outras já contempladas. Pretende-se atingir com mais urgência as áreas preferenciais, de forma a constituir um programa básico de apoio, para que os esforços e necessidades das respectivas populações e entidades locais sejam integrados nos planos governamentais.

② Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia-(POLAMAZÔNIA). Este programa visa a complementar e concentrar as ações em áreas selecionadas da Amazônia buscando-se acelerar o desenvolvimento da região. No que respeita ao desenvolvimento urbano está prevista a realização de diversos projetos, salientando-se os seguintes, de acordo com as respectivas áreas:

① Carajás: relocação da cidade de Marabá e fortalecimento do núcleo de Conceição do Araguaia;

② Araguaia-Tocantins: fortalecimento dos núcleos de Araguaia e Miracema do Norte e apoio a projetos resultantes do Plano de Desenvolvimento Integrado do Vale do Tocantins;

③ Trombetas: fortalecimento dos núcleos urbanos de Monte Alegre, Oriximiná e Alenquer;

④ Altamira: apoio ao núcleo de Altamira;

⑤ Pré-Amazônia Maranhense: fortalecimento do núcleo de Imperatriz;

⑥ Rondônia: apoio aos núcleos urbanos de Porto Velho e Vila Rondônia;

⑦ Acre: apoio aos núcleos urbanos ao longo da BR-364;

⑧ Juruá-Solimões: apoio aos núcleos de Tefé, Coari, Eirunepé e Boca do Acre;

⑨ Tapajós: apoio aos núcleos de Santarém e Itaituba.

⑩ Aripuanã: construção do núcleo de Humboldt.

